

Resumo

A ocupação residencial do Bairro da Liberdade iniciou-se nas primeiras décadas do século XX, numa zona periférica da cidade de Lisboa. O bairro apresenta actualmente uma estrutura residencial diversa: dois conjuntos habitacionais ao abrigo dos programas habitacionais PER e Eixo Norte-sul/PIMP, 206 fogos construídos pela Cooperativa de Habitação Económica do Bairro da Liberdade e um conjunto residencial onde pontuam *Pátios, Vilas e Casas Velhas*, marcados pela má qualidade habitacional e situação de insegurança face à Serra de Monsanto.

A análise do *Notícias de Campolide* e os relatos de moradores e responsáveis políticos, permitiu enunciar a origem do Bairro da Liberdade, acompanhar os processos de reabilitação urbana de uma parte do bairro, assim como as fragilidades dos diversos programas que a suportaram ao não reconverter o bairro completamente.

Palavras-chave: Bairro da Liberdade, Habitação Clandestina, Realojamento, Habitação Degradada.

Abstract

The initial home occupation in *Bairro da Liberdade* began in the first decades of 20th century, in a suburban area from Lisbon. Currently the neighborhood has this residential structure: two sets of buildings from diverse housing programs as *PER* and *Eixo Norte-sul/PIMP*, 206 houses built by *Cooperativa de Habitação Económica do Bairro da Liberdade* and a residential set where score *Pátios, Vilas e Casas*, marked by poor quality, and uncertainty under *Serra de Monsanto*. The analysis of *Notícias de Campolide* and the reports from residents and politicians, allowed to announce the origin of the neighborhood, to follow the processes of urban regeneration of a part of it, as well as the weaknesses of the various programs that supported it by not reconverting the neighborhood completely.

Keywords: *Bairro da Liberdade*, Informal Housing, Resettlement, Degraded Housing.

Lista de Abreviaturas

AD: Aliança Democrática

CDU- Coligação Democrática Unitária

CCDR- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

FFH- Fundo de Fomento da Habitação

GEBALIS- Gestão de Bairros Municipais de Lisboa, EP

INATEL- Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres

INH- Instituto Nacional de Habitação

IGAPHE- Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

LNEC- Laboratório Nacional de Engenharia Civil

MRPP- Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

PPD/PSD- Partido Popular Democrático/ Partido Social Democrata

PS- Partido Socialista

PER- Plano Especial de Realojamento

PIMP- Plano de Intervenção a Médio Prazo

SAAL- Serviço Ambulatório de Apoio Local

Introdução

Pertinência da Investigação

O objectivo do trabalho é a análise da questão habitacional no Bairro da Liberdade - Freguesia de Campolide, em Lisboa –, recorrendo ao Boletim da Junta de Freguesia, *Notícias de Campolide*, assim como à observação de campo no bairro compreendendo as dinâmicas existentes na área do alojamento.

A minha preocupação principal é destacar as áreas no Bairro da Liberdade que são marcadas pela insalubridade ou insegurança habitacional e estão integradas em planos de reconversão futura. Este esforço passa por analisar o parque habitacional existente, as dinâmicas históricas da sua implantação, as diferenças de qualidade, os seus moradores e as condições de acesso aos diferentes tipos de alojamento. A análise possibilitará a construção de um conjunto de pistas para conhecer esta zona da cidade, as suas dificuldades e desafios; a sua integração no concelho e área metropolitana de Lisboa. Ao estudar o Bairro da Liberdade estarei a construir conhecimento não só desta parcela mas também da restante cidade, da sua dinâmica de alargamento para a periferia, do resultado das migrações que se deram e da forma como a cidade compreende dentro de si zonas marcadas pela exclusão social e económica.

Quando se aborda o Bairro da Liberdade tem que se ter em conta as dinâmicas produzidas pelas entidades privadas e públicas no espaço urbano, os seus resultados e fracassos. No que toca às entidades privadas – os proprietários - terei naturalmente de abordar o seu papel como detentores originais de todas as parcelas de terreno disponível, o carácter clandestino da sua construção inicial e posterior alteração, configurando o bairro desde a sua génese no início do século XX. Neste campo percebi igualmente que alguns dos proprietários são também moradores no bairro, logo os melhoramentos e alterações posteriores das suas habitações são reflexo da alteração das suas condições de vida. Ao mesmo tempo persistem moradores/arrendatários que por desleixo dos senhorios ou por manifesta falta de recursos - rendas muito baixas - vêm os imóveis entrar em estado de degradação, marcando significativamente a qualidade de vida dos seus utilizadores.

No que diz respeito às entidades públicas, Estado Central, Câmara Municipal de Lisboa e Junta de Freguesia de Campolide, penso ser necessário invocar a visibilidade pública do bairro. Ao abordar as dinâmicas destas entidades, compreendi o contexto político/partidário que marca as diferentes intervenções no campo da habitação *clandestina*, assim como a forma como o bairro foi convocado por estes organismos na comunicação social como zona da cidade a ser reconvertida. O Bairro da Liberdade é convocado em momentos específicos: eleições, aplicação de um programa de reabilitação urbana (PER, PIMP ou Construção do Eixo Norte-sul) ou mesmo quando acontece algum desmoronamento de terras. De uma forma que não é inocente, estes poderes prometem um futuro promissor em determinados momentos do tempo, não se dando posteriormente uma mudança na dinâmica fundamental, a habitação clandestina de má qualidade e insegura que persiste desde o início do século XX. A qualificação por parte de um anterior Presidente da Câmara Municipal de Lisboa em 2005, Carmona Rodrigues, como *a última favela de Lisboa*¹, enfatiza esta situação de carência e necessidade de reconversão, usando uma expressão marcadamente forte, dando conta da emergência associada a este bairro, tendo sido esta uma das suas promessas eleitorais.

Uma outra dinâmica extremamente importante está ligada aos usos, representações e expectativas dos diferentes agentes em relação ao bairro. Em primeiro lugar aponto os moradores, especialmente aqueles que maioritariamente *nasceram* no bairro ou que se fixaram até à década de 60 do século XX. Mais do que abordar a deficiente qualidade das suas habitações, é necessário destacar a dimensão de agrupamento familiar que se deu em determinadas partes do bairro, a constituição de formas de sociabilidade e solidariedade residencial que o marcam significativamente, assim como a desejo que muitos moradores têm de ver a sua condição de vida melhorar. Ao mesmo tempo encontrei uma população marcada pelo envelhecimento, que persiste nas casas mais degradadas, cansada de promessas de reconversão, não acreditando que alguma vez o bairro seja completamente requalificado. Estes são aqueles que por dificuldades financeiras ou por ligação extrema ao bairro (nomeadamente aos serviços de apoio social) não puderam abandoná-lo e procurar uma habitação melhor noutras zonas da cidade, sobrevivendo com a ajuda de vizinhos ou do Centro de Assistência Social de São Vicente de Paulo.

¹Público: *Lisboa: CDU contra demolições em Campolide*, 14 de Outubro, 2005, edição online, <http://dossiers.publico.clix.pt/noticia.aspx?idCanal=1467&id=1234505>

Ao mesmo tempo é importante analisar os elementos exteriores ao Bairro da Liberdade: funcionários das diferentes entidades públicas e privadas localizadas no bairro, assim como a população em geral da cidade de Lisboa. Nos funcionários que trabalham no Bairro da Liberdade, dos quais fiz parte durante 3 anos, percebi uma tentativa de afastamento do bairro e dos seus moradores, sendo avaliado apenas como o local onde trabalham, sem desenvolverem qualquer tipo de solidariedade/ligação com os moradores. Estas instituições que trabalham voltadas para dentro de si vão desenvolvendo as suas actividades em instalações alugadas a baixo preço, não orientando sequer parte da sua acção para os moradores do bairro. No que se refere à restante população de Lisboa, apenas poderei referir a imagem construída pelos media (principalmente nacionais) como zona de habitação degradada, ou mesmo pela associação do bairro a dinâmicas ilegais como a venda e consumo de estupefacientes ou prostituição. É uma imagem que naturalmente acaba por denegrir e associar uma população que na sua grande maioria não está ligada a estes fenómenos, que vê o seu bairro ser utilizado como campo de possibilidades de enriquecimento rápido e fora da lei.

Para pensar o Bairro da Liberdade e o seu parque edificado com funções residenciais é importante descrever as várias tipologias residenciais existentes e os públicos que lhes estão associados. Deste modo encontramos populações realojadas ou moradoras nos conjuntos habitacionais erigidos pela Cooperativa do Bairro da Liberdade de um lado e por outro as habitações originais, de qualidade variável, que estão presentes por todo o bairro. Naturalmente estas populações apresentam expectativas diferentes, mas mesmo os moradores de habitações com maior qualidade anseiam pela qualificação global de todo o bairro, melhorando a qualidade dos arruamentos, tornando-o mais seguro no que toca à insustentabilidade das encostas de Monsanto. Estes moradores enunciam também o fim da estigmatização a que estão sujeitos devido às actividades informais que se dão em determinadas partes do bairro.

Ao analisar esta zona da cidade teremos de ressaltar as possíveis formas de conflito ou parceria existentes. A principal fonte de investigação, o *Notícias de Campolide*, possibilitou a exemplificação de alguns desses momentos. As sinergias foram visíveis nos momentos de transformação mais global do bairro na área habitacional: construção do Eixo Norte-sul e consequentes processos de deslocação de pessoas e seu

realojamento, assim como o processo de realojamento ao abrigo do PER. Nestes momentos foi expressa através do boletim um campo de sinergias entre as três entidades administrativas (Estado Central, Câmara Municipal de Lisboa e Junta de Freguesia de Campolide), moradores e seus representantes locais na busca de uma solução partilhada e negociada. Mas estas intervenções não foram globais, como poderemos ver mais à frente, uma vez que a reconversão do Bairro da Liberdade não foi total, permanecendo uma parte substancial dos moradores em situações de insalubridade e insegurança. Como reacção a este facto, o próprio jornal local constituiu-se como promotor de formas de conflito entre Junta de Freguesia/Moradores e Estado Central/ Câmara Municipal de Lisboa, quando os primeiros reclamam dos serviços públicos uma resposta emergente face à situação de insegurança ou quando se dá uma contestação visível face à permanência destas situações no bairro.

Em termos mais globais esta investigação pretende igualmente levantar a centralidade e importância da variável alojamento no campo científico, técnico (urbanístico), político e mediático.

No campo científico ao compreender as diferentes tipologias residenciais existentes no Bairro da Liberdade; a constituição de formas de socialização, as dinâmicas de acesso aos diferentes tipos de alojamento, estaremos a construir conhecimento sobre a cidade de Lisboa e as suas dinâmicas urbanas. O Bairro da Liberdade poderá assim apresentar-se como um objecto de estudo para a caracterização das situações de carência ou insalubridade habitacional na cidade que se afasta do centro, levantando este campo como uma dinâmica primordial no estudo da cidade e das suas partes.

No campo técnico (urbanístico) a questão habitacional também se vem constituindo como central. Marcadas pelas *boas soluções urbanísticas*, num contexto em que pontuam as respostas a necessidades de tipo social muitas vezes de emergência, a habitação seria assim encarada como mais um dos problemas a que os responsáveis técnicos das cidades (urbanistas, engenheiros, arquitectos) teriam de dar resposta, *resolvendo-os*.

Por fim, o campo político e mediático. Com base na visão que os media constroem acerca destes espaços e da sua generalização no discurso da *opinião pública*, a habitação

degradada torna-se socialmente significativa, promovendo a discussão à sua volta. Esta discussão permite a constituição de uma *sensibilidade*, um *discurso público* que chama a atenção dos poderes políticos para a resolução deste mesmo problema. Ao mesmo tempo é construído um discurso marcadamente sensacionalista, *orientando o olhar público* para as situações mais negativas do bairro.

O enfoque principal da investigação é compreendido entre 1990 e 2006. A escolha por 1990 prende-se com a primeira grande intervenção de fundo que o bairro conhece, a introdução da estrutura viária Eixo Norte-Sul, que obriga ao obriga à destruição das do parque habitacional que se tinha consolidado desde os anos 20 junto à estação ferroviária de Campolide. Independentemente deste enfoque em 1990, por marcar um sentido de intervenção pública mais visível, é necessário abordar as origens do bairro, percebendo a sua origem, assim como as suas diferentes fases de desenvolvimento. O ano de 2006 é apontado como final da investigação, uma vez que em 13 de Dezembro do mesmo ano é apresentado o plano de reconversão total do bairro, estando neste momento em apreciação pela administração central, através da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

É a vontade de avaliar o percurso de políticas e intervenções urbanísticas à volta da habitação clandestina que me leva ao Bairro da Liberdade em Lisboa. Este poderá ilustrar a existência / inexistência de algumas destas medidas, regulamentadas e até realizadas, agregando um conjunto de dimensões importantes para estudar fenómenos urbanos como o alojamento:

- 1) Um Posicionamento geográfico e físico que o afasta do “centro” da cidade, onde as questões de fronteira terão de ser equacionadas. Em primeiro plano deverei levantar a condição periférica do bairro face ao centro da cidade de Lisboa. Resultado da progressiva abertura do centro para a periferia, o bairro detém fundamentalmente uma estrutura funcional residencial, não havendo uma pluralidade de actividades profissionais ou mesmo culturais que permitisse a visita e utilização de outros agentes exteriores ao bairro. Aliando à sua condição de afastamento do centro de actividades da cidade, terei de associar a progressiva desvalorização fundiária que irá marcar concentração de populações com recursos económicos mais baixos.

Este ponto revela a leitura do carácter contraditório do sistema urbano e económico: ao lado da cidade que se mundializa e se torna visível para o turismo, permanecem zonas *excluídas* onde se localizam aqueles que a fazem mover, que limpam o seu lixo. Acompanhando os ritmos de crescimento urbano e o alargamento a zonas afastadas do centro tradicional, o Bairro da Liberdade ocupa claramente uma zona de fronteira, muito perto do concelho da Amadora, apertado entre a linha ferroviária de Sintra e Monsanto. Este efeito de fronteira estaria presente não só em relação à restante cidade de Lisboa, mas também com a restante freguesia de Campolide e de São Domingos e Benfica. O bairro fica localizado numa das encostas da Serra de Monsanto separado da restante cidade pela linha ferroviária e Eixo Norte-sul, ficando de certa forma fora da imagem idílica da cidade de Lisboa, da sua conhecida luz e ligação ao Tejo.

- 2) Concentração de populações declaradamente excluídas do processo económico, o que pode ser exemplificado pela observação das tipologias residenciais existentes, pela persistência de práticas de ilegalidade, por uma estrutura laboral em que cerca de 10% da população é desempregada e 28 % reformada, segundo dados de 2006.² A existência de estruturas degradadas e sobrelotadas como os *Pátios* ou *Vilas*, a falta de saneamento básico em algumas das casas mais antigas e a utilização do Balneário Público junto ao Bairro da Serafina, demonstram a persistência de condições de vida muito abaixo do desejável, a que por pressão pública de alguns agentes no bairro (nomeadamente o Pároco Local Sr. Crespo, Orlando Duarte vogal da Junta de Freguesia) e comunicação social local e nacional, as instâncias administrativas centrais terão de dar resposta. No que toca às práticas económicas informais (venda de drogas e prostituição) há que considerar todo o conjunto de construções que foram demolidas, abandonadas pelos moradores devido ao constante perigo das encostas de Monsanto, ou mesmo em ruínas, que constituem um suporte logístico para esse tipo de comércio. Igualmente terei de abordar a *estrutura de oportunidades* (Chaves, M, 1999, 198), nomeadamente uma certa abertura/resignação por parte de alguns

² Dados cedidos gentilmente pela Direcção Municipal de Habitação no seu estudo de caracterização em Setembro de 2006, aquando do início da construção do Plano de Pormenor de Requalificação Urbanística da Zona, ainda em fase de conclusão.

moradores, permitindo a permanência destes vendedores em plena rua, facilitando desta forma o comércio de substâncias ilícitas.

- 3) Um bairro que congrega diferentes opções residenciais: Habitação de Realojamento PIMP e PER, Movimento Cooperativo, Pátios, Vilas, Habitação Clandestina e Informal de qualidade variável e até há pouco tempo a existência de barracas. É esta estrutura de habitação e as diferentes opções tomadas desde os anos 30 que qualifica este bairro como zona de estudo interessante e profícua para âmbitos mais gerais de conceptualização da cidade e dos seus utilizadores. O ponto fulcral desta investigação passará pela compreensão das diferentes opções construtivas feitas no bairro, percebendo de que forma surgiram e o alcance dos dois programas de reabilitação urbana (PIMP e PER) na reconversão total do Bairro da Liberdade.
- 4) A introdução de uma grande infra-estrutura rodoviária, implicando realojamentos e visibilidade pública do Bairro da Liberdade. Aqui refiro a construção de uma importante via de escoamento de trânsito da cidade de Lisboa e de toda a área metropolitana que é o Eixo Norte-Sul. Ocorre um conjunto de alterações ambientais e de qualidade de vida que a introdução de uma estrutura física pesada impõe aos moradores. Ao mesmo tempo, a introdução do eixo trouxe uma resposta habitacional parcial para o bairro. Ao demolir um conjunto de barracas e promovendo um processo de realojamento dos seus moradores, dá-se ao mesmo tempo a entrada de novos moradores no Bairro da Liberdade.

Mais do que detalhar como se deu o processo de construção do Eixo Norte-sul, consequente deslocamento das pessoas que habitavam no local da estrutura rodoviária e consequente realojamento ao abrigo do PER e PIMP, é importante compreender que resultados globais se fizeram sentir em termos de melhoria das condições de vida desta população. Ao reportar a forma como os processos relacionados com o Bairro da Liberdade tiveram eco público, complementado com as entrevistas feitas a um morador do bairro e um responsável político da CML, assim como a observação directa do mesmo, permite perceber a diferença entre o discurso das instâncias administrativas centrais e locais (através do anúncio público de medidas) e a progressiva deterioração das condições de vida

das populações. Deste modo a análise da imprensa local e nacional permitiu reportar possíveis instrumentalizações e revelou a importância que o alojamento apresentava no Bairro da Liberdade. Na maioria das vezes que o Bairro da Liberdade foi citado na comunicação social nacional e local a questão habitacional revelava-se preponderante, nomeadamente no que toca à permanência de situações clandestinas e de qualidade habitacional inferior.

O conhecimento do bairro por parte do público esteve expresso em várias ocasiões: nas eleições autárquicas em Lisboa³, nas diferentes reportagens jornalísticas que destacam a má condição de vida destas populações, na identificação como zona de práticas ilegais ou mesmo na sua inclusão no “Programa para a Inclusão” da Presidência da República no início de mandato do Prof. Cavaco Silva. Face a este contexto de avanços e recuos na qualidade de vida destas populações e do discurso a este associado, torna-se importante perceber se esta será ou não uma nova zona de reconversão urbana, de que forma os poderes camarários poderão intervir, de que forma os proprietários de grande parte das casas do bairro irão ou não fazer parte desta questão.

³ Considerando o bairro como zona de intervenção prioritária em 2001 e 2005.

Percurso da Investigação

Quando iniciei este trabalho tentei abordar um fenómeno que sempre me despertou interesse: o estudo sobre as condições de habitabilidade de determinadas zonas urbanas marcadas por níveis de exclusão económica, assim como a possibilidade de reconversão e melhoria das condições de vida destas populações. Já o tinha iniciado durante o seminário de investigação de Licenciatura em Sociologia na FCSH/UNL, tentando retratar o processo de ocupação de casas no Bairro 2 de Maio na Ajuda no ano de 1974.

No momento que começou esta investigação exercia funções administrativas numa instituição com sede no Bairro da Liberdade, a *Fundação da Criança*. Nesta entidade tive a oportunidade de conhecer algumas crianças que usufruíam daquele espaço, como as irmãs Mariana e Beatriz e os irmãos Marcelo e Rúben, e particularmente uma moradora, a D. Maria José, também funcionária da instituição. Das crianças, apenas uma tinha nascido depois do realojamento, Beatriz. Mariana tinha vindo do Bairro Padre Cruz, com o qual mantinha uma ligação de rede familiar e de amizade. Os irmãos Marcelo e Rúben eram provenientes do bairro de barracas da Bela Flor também em Campolide. No mesmo edifício estava localizado o centro de atendimento da Gebalis, empresa municipal que gere o parque habitacional municipal nos bairros de realojamento de Lisboa, onde foi possível analisar a forma como os moradores se relacionavam com o seu senhorio. A D. Maria José começou por me relatar a sua presença inicial no bairro de barracas⁴, assim como o processo de realojamento em 2000. Através do discurso da D. Maria José foi possível perceber uma certa distanciação desta parte do bairro (relojada e reconvertida) e o restante bairro que era marcado pela habitação original e muitas vezes degradada. Deste modo o meu raio de contacto no bairro estava fortemente ligado a este empreendimento onde exercia funções profissionais. Uma vez que a instituição trabalhava unicamente com as crianças daqueles dois empreendimentos, o restante Bairro da Liberdade afigurava-se desconhecido.

Parti então para a minha ideia inicial: pensar o impacto da introdução do Eixo Norte-sul e o conseqüente processo de realojamento. Recorri nesse momento à Junta de Freguesia,

⁴ Localizado na actual infra-estrutura rodoviária

com quem a *Fundação da Criança* tinha relações privilegiadas, na pessoa do seu presidente, Jorge Teixeira dos Santos, que indicou o *Notícias de Campolide* como fonte importante de informação. Em conversa com o presidente da Junta de Freguesia de Campolide, este deu conta do processo encetado pelo então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Pedro Santana Lopes, no sentido de realojar um conjunto de pessoas deslocadas em 2004. Neste mesmo momento dava-se um acontecimento muito importante: a consolidação da Encosta de Monsanto em frente da Estação de Caminho de Ferro de Campolide.

Foram igualmente fundamentais os contactos feitos com Orlando Rodrigues⁵ dando-me a conhecer o *seu bairro*, mostrando um forte sentido cívico e apego ao mesmo; a Arquitecta Célia Milreu⁶ da Câmara Municipal de Lisboa pela disponibilização de informação acerca do bairro e do seu futuro e Miguel da *Plataforma Artigo 65* pelo testemunho acerca do movimento de moradores e questão habitacional na região metropolitana de Lisboa.

Ao analisar todas as edições do *Notícias de Campolide* desde 1990 até hoje compreendi que o processo de realojamento ao abrigo do Programa PIMP, aquando da construção do Eixo Norte-sul, só seria bem compreendido se outras três dinâmicas fossem explicadas: o processo habitacional da Cooperativa de Habitação Económica do Bairro da Liberdade, o bairro construído ao abrigo do PER e a construção clandestina original que ainda persistia. No início da minha pesquisa ainda existiam no Bairro da Liberdade situações de má qualidade habitacional, deficiente saneamento básico, um conjunto edificado em que ainda pontuava a solução habitacional *Pátio*, e a tudo isto acresciam graves condições de segurança no que toca à consolidação de solos. Foram escolhidos 37 artigos e destes, 34 referiam-se a questões habitacionais.

Atendendo à pertinência da informação produzida pelo boletim, assim como à fiabilidade cronológica que o *Notícias de Campolide* me oferecia, focalizei o meu olhar neste jornal em especial. Acedendo a esta fonte de informação produzida localmente pude identificar os momentos mais importantes do bairro, relacionando-os com

⁵ Morador e proprietário de algumas casas na parte degradada do bairro, entre o Aqueduto das Águas Livres e o Centro Paroquial de São Vivente de Paulo.

⁶ Parte integrante da equipa que em 2006 apresentou o plano de reconversão do Bairro da Liberdade, que gentilmente cedeu uma entrevista expressamente não gravada.

dinâmicas exteriores ao mesmo. Assim pude perceber a forma como a Junta de Freguesia, órgão democrático mais próximo destas populações, relatava a habitação no bairro, enaltecendo o trabalho desenvolvido, mas também reivindicando medidas e recursos para o Bairro da Liberdade. Terei, naturalmente, de levantar as devidas reservas no que toca a esta publicação. Esta foi, desde o início, a voz da Junta de Freguesia de Campolide, não sendo imune a todas as relações políticas e partidárias com a Câmara Municipal de Lisboa e a Administração Central. Poderei assim encontrar momentos de encontro entre a Junta de Freguesia e Câmara Municipal no mandato de 1993 (ambas eleitas pela coligação PS/CDU) ou mesmo em 2005 (ambas eleitas pela coligação PSD/CDS-PP), mas o *Notícias de Campolide* demonstrou momentos de desencontro, como em 2003 aquando das divergências entre a Junta de Freguesia (PS/CDU) e o executivo de Pedro Santana Lopes (PSD/CDS-PP).

O passo seguinte foi assinalar a importância do alojamento enquanto dinâmica social frutífera enquanto variável de análise de uma parte escolhida da cidade. Torna-se assim importante pensar a questão habitacional no contexto das sociedades complexas urbanizadas desmontando um conjunto de sentidos: simbólico (no que toca à valorização da propriedade privada de habitação), económico (dinâmicas ligadas ao sector da construção civil, bancário, assim como da desigualdade de acesso ao alojamento) e político (satisfação de necessidades suscitadas pela comunidade ou criação de clientelas políticas).

Neste momento torna-se importante perceber a génese do tecido residencial presente no Bairro da Liberdade, sendo necessária a explicação dos programas nacionais que os suportaram assim como os seus resultados finais. Foi muito importante neste momento a análise de teoria das ciências sociais acerca da questão habitacional. Relevo o trabalho desenvolvido por António Ferreira (1987) sobre a Política Habitacional seguida em Portugal no século XX ou a investigação desenvolvida por Isabel Guerra (2001) acerca da centralidade desta questão no campo das ciências sociais. Terei de relevar igualmente o trabalho desenvolvido por Luís Baptista (1996 e 2001) no que toca à formulação do conceito de *Habitação Social*, desmontando o conceito e dando a perceber as lógicas de auto afirmação e fidelização de votos que os promotores desta medida desenvolviam com estes processos e a constituição de um campo administrativo de intervenção. No campo mais pormenorizado, terei que ressaltar o trabalho de João Gomes (2001) em que

este caracteriza um conjunto de situações clandestinas que são *resolvidas* com os programas PER e PIMP. Para poder desenvolver a proposta atrás enunciada elaborei este trabalho que está dividido em três capítulos:

- 1) Capítulo 1: Bairro da Liberdade: localização e integração na cidade de Lisboa:
Neste capítulo tentei localizar o Bairro da Liberdade na malha urbana de Lisboa, identificando as suas possíveis fronteiras. Partindo da ideia de que a unidade *bairro* é sempre uma entidade imaginada e não administrativa (uma vez que a unidade administrativa mais reduzida é a freguesia), foi necessário enunciar os seus limites do bairro, sendo estes marcados por fenómenos morfológicos⁷ ou mesmo sociais e habitacionais⁸. Foi igualmente pertinente enunciar a sua origem enquanto bairro periférico, com uma utilização inicial marcadamente agrícola, elaborando uma síntese da formação inicial do bairro, enunciando as principais dinâmicas de ocupação dos solos e sua posterior alteração com fins residenciais. Foi igualmente importante apresentar a caracterização das instituições presentes no mesmo.

- 2) Capítulo 2: Bairro da Liberdade: que pluralidade residencial? No segundo capítulo categorizei o parque habitacional do Bairro da Liberdade. Foram identificados quatro núcleos fundamentais: Construção Clandestina e Informal, Movimento Cooperativo, Eixo Norte-sul/PIMP e PER. Através da análise da informação fornecida pelo *Notícias de Campolide*, suportes bibliográficos e entrevista a um morador, fiz uma análise dos principais acontecimentos nestes quatro núcleos, assim como a persistência de situações de má qualidade habitacional por resolver. Pude assim perceber a forma como foram erigidas as habitações originalmente e alteradas posteriormente, que materiais que foram utilizados, se existe ou não um padrão de concentração familiar. Ao compreender o processo de construção habitacional no Bairro da Liberdade pude igualmente relacioná-lo com a restante Habitação em Lisboa, com as suas dinâmicas de transformação e readaptação, percebendo os programas, objectivos

⁷ O Vale de Alcântara e Estação Ferroviária de Campolide separam *fisicamente* o Bairro da Liberdade da restante freguesia de Campolide e São Domingos de Benfica e Monsanto que o separa da zona de Alcântara

⁸ Como no caso do vizinho Bairro da Serafina.

e limites das intervenções legais no campo da habitação para populações com recursos económicos mais baixos.

- 3) Capítulo 3: Habitação e desigualdade social: uma proposta de análise. Neste último capítulo apresento um enquadramento acerca das questões relacionadas com as políticas de Habitação para camadas insolventes ou deficitárias ao nível económico. Inicialmente pretendo pensar a institucionalização do Direito à Habitação nas sociedades ocidentais, cruzando-o com as diferentes perspectivas associadas a esse direito social. Neste sentido será extremamente importante considerar as dinâmicas de participação/orientação públicas e privadas no campo da *habitação social*.

Alguns dados sobre o Bairro da Liberdade:

Antes de iniciar o estudo sobre o Bairro da Liberdade e a sua caracterização habitacional, penso ser importante apresentar alguns dados demográficos acerca do mesmo. Uma vez que a unidade *Bairro* não é considerada como uma divisão administrativa com efeitos electivos, torna-se desde logo muito difícil quantificar a população do mesmo. Recorri então a três fontes principais: o estudo de caracterização da condição sociohabitacional da CML elaborado em 2006⁹, os Censos de 2001 e a informação produzida pela GEBALIS, empresa gestora do parque habitacional municipal no bairro. No que se refere ao cruzamento de dados entre a proposta da CML em 2006 e os Censos de 2001 teremos de referir que estamos a tratar datas diferentes, havendo naturalmente um conjunto de mudanças, não apreendendo as possíveis alterações populacionais durante 5 anos, sendo os valores apresentados uma aproximação aos dados reais.

O estudo apresentado pela CML do Bairro da Liberdade apresenta um universo contabilizado de 1049 famílias, unicamente a população abrangida pela habitação original do bairro e que se encontra em processo de reconversão. A esta população terão de ser contabilizadas as 126¹⁰ famílias realojadas ao abrigo do Eixo Norte-sul, 64¹¹ ao abrigo do PER e 206¹² pela Cooperativa de Habitação Económica do Bairro da Liberdade e Serafina. Deste modo chegamos ao número de 1445 núcleos familiares no Bairro da Liberdade.

Analisando os Censos de 2001¹³, no que se refere à população de Lisboa e da Freguesia de Campolide, percebemos que o número de “Núcleos Familiares Residentes” no concelho de Lisboa era de 159 666, assim como na freguesia de Campolide de 4 364. Deste modo poderemos perceber o peso do Bairro da Liberdade no restante concelho e

⁹ CML, Divisão Municipal de Habitação: “*Caracterização Sócio-Económica do Bairro da Liberdade*”, apresentação do Plano de Elaboração da Proposta de Reconversão do Bairro, em Dezembro de 2006

¹⁰ Gebalis, Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, disponível em <http://www.gebalis.pt>

¹¹ Idem

¹² O valor de 206 famílias deverá ser decomposto em dois processos: nos anos 80, 56 famílias e em 1999 156. Estes dados estão disponíveis em Notícias de Campolide: *Cooperativa “Bairro da Liberdade volta a construir habitação”*, pag.8 e 9, Janeiro/Fevereiro de 1993 e *Cooperativa do Bairro da Liberdade constrói 150 fogos*, pag.1, Dezembro de 1997.

¹³ Instituto Nacional de Estatística, *Censos 2001: resultados definitivos: XIV recenseamento geral da população: IV recenseamento geral da habitação* / Instituto Nacional de Estatística. - Lisboa: I.N.E., 2001.

freguesia, correspondendo a 0,9% dos agregados familiares de Lisboa e 33,1% de Campolide. O bairro apresenta um valor baixo em relação à cidade de Lisboa, uma vez que também a Freguesia de Campolide com 2,8% e 4364 de agregados familiares registados, apresenta um peso menor que outras freguesias do concelho como Benfica com 7,3% e 12386 famílias, ou Santa Maria dos Olivais com um valor de 8,8% e 14351 famílias. No que toca à relação com a Junta de Freguesia de Campolide, percebemos que o Bairro da Liberdade representa cerca de 1/3 da restante freguesia, detendo assim um peso elevado.

No que toca à contabilização de habitantes, não sendo possível aceder a estes dados, apresentarei igualmente uma aproximação. Deste modo se o Bairro da Liberdade corresponde a 0,9% das famílias na cidade de Lisboa¹⁴ e se esta tem uma população residente de 564 657 habitantes, a população do Bairro da Liberdade situar-se-à nos 5081 habitantes. A População Residente na Freguesia de Campolide em 2001 era 15927 pessoas, segundo os dados dos Censos 2001.

Tabela 1: Núcleos Familiares e População Residente no Bairro da Liberdade, Freguesia de Campolide e Concelho de Lisboa

| | Núcleos Familiares Residentes ¹⁵ | População Residente ¹⁶ | % Campolide ¹⁷ | % Lisboa ¹⁸ |
|---------------------|---------------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------|------------------------|
| Bairro da Liberdade | 1445 ¹⁹ | 5081 ²⁰ | 33,1% | 0,9% |
| Campolide | 4 364 | 15927 | | |
| Lisboa | 159 666 | 564 657 | | |

De forma a poder exemplificar os principais acontecimentos na área habitacional do Bairro da Liberdade apresento os dois gráficos em baixo. No primeiro é apresentado o número de Agregados Desalojados no âmbito temporal desta investigação (1990-2006)

¹⁴ Acreditando que esta percentagem se mantenha face ao número de habitantes.

¹⁵ Instituto Nacional de Estatística, *Censos 2001: resultados definitivos: XIV recenseamento geral da população: IV recenseamento geral da habitação* / Instituto Nacional de Estatística. - Lisboa: I.N.E., 2001.

¹⁶ Idem.

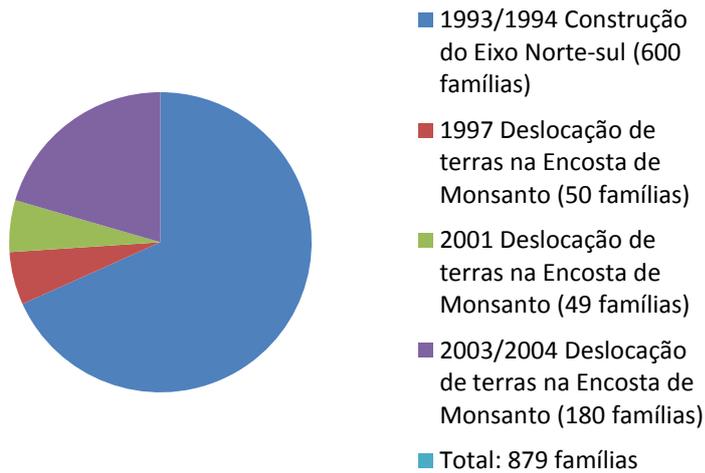
¹⁷ Calculado em relação aos Núcleos Familiares Residentes

¹⁸ Idem

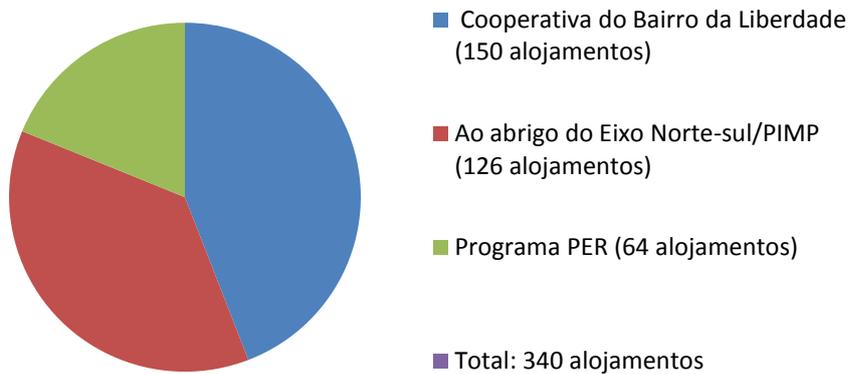
¹⁹ Valor ponderado

²⁰ Idem

com o valor total de 879 famílias. No segundo gráfico é a apresentado o número de alojamentos existentes no Bairro da Liberdade resultantes ou participados pela administração central, com o valor de 340. Da análise destes dois gráficos poderemos confirmar a tendência de abandono que o Bairro da Liberdade tem vindo a sentir desde 1993, dando-se a saída de alguns moradores devido a situações de realojamento e falta de segurança, não se dando o retorno ao Bairro da Liberdade.



Legenda: Famílias desalojadas no Bairro da Liberdade desde 1993 a 2004



Legenda: Número de Alojamentos construídos no Bairro da Liberdade directamente ou participados pela Administração Central e Câmara Municipal de Lisboa

Capítulo 1

Bairro da Liberdade: Fronteiras, Ocupação inicial e Instituições presentes



Legenda: Planta topográfica de Lisboa, 1904-1911
apresentando apenas uma ocupação agrícola dos terrenos²¹

²¹ Fonte: CML, Divisão Municipal de Habitação: “*Caracterização Sócio-Económica do Bairro da Liberdade*”, apresentação do Plano de Elaboração da Proposta de Reversão do Bairro, em Dezembro de 2006

Introdução

Este primeiro capítulo da investigação tem como objectivo caracterizar o Bairro da Liberdade no que toca aos aspectos de natureza mais formal.

Antes de iniciar a caracterização da condição de alojamento dos moradores do bairro é necessário explicitar os limites geográficos do mesmo. Na verdade, quando falamos em Bairro da Liberdade, a que parcela da cidade nos estamos a referir? Torna-se assim particularmente importante perceber em que freguesia o Bairro da Liberdade se enquadra, que bairros o circundam, de que forma está situado geograficamente no contexto urbano e económico da cidade de Lisboa.

Esta análise tem de ser complementada com o aprofundamento das condições históricas da sua implantação, progressiva alteração e configuração actual. Ao analisar este processo poderei compreender mais um pouco acerca dos padrões residenciais iniciais e existentes, levantar as possíveis lógicas de reagrupamento familiar em contexto de migração e perceber como se constituiu a estrutura de proprietários/moradores. No campo mais geral, ao analisar este processo histórico e a sua transformação como unidade marcadamente residencial poderei construir um conjunto de pistas sobre fenómenos semelhantes na cidade de Lisboa.

Por fim, este ponto termina com uma caracterização das instituições presentes no Bairro da Liberdade. Foi necessário fazer uma distinção entre aquelas que surgiram antes da construção do Eixo Norte-sul (mais interventivas) e as outras que se estabeleceram posteriormente. No que se refere às primeiras, terei de enunciar o trabalho desenvolvido pelo Centro Social Paroquial de São Vicente de Paulo (na pessoa do Padre Crespo), assim como o Externato Educação Popular ou o clube desportivo local Liberdade Atlético Clube, como instituições firmadas no bairro já há vários anos, desenvolvendo um trabalho visível e reconhecido pelos moradores. No que se refere às instituições que chegaram ao bairro depois de 2000 (final da construção dos empreendimentos de realojamento do Eixo Norte-sul/PIMP), percebi que não mantêm uma relação próxima com os moradores, utilizando apenas o espaço para as suas próprias actividades administrativas.

1.1 As Fronteiras do Bairro da Liberdade

O ponto de partida desta investigação é retratar a forma como os meios de comunicação local, particularmente o Boletim da Junta de Freguesia de Campolide *Notícias de Campolide*, e restante comunicação social nacional retratam a situação de habitabilidade no Bairro da Liberdade entre 1990 e 2006. Afigura-se então uma primeira questão, e que levanta sempre algumas dificuldades de configuração: quais os limites, quais as fronteiras do Bairro da Liberdade?



Legenda: Bairro da Liberdade entre o eixo Norte-sul e a Serra de Monsanto, atravessado pelo Aqueduto das Águas Livres²²

Recorri então às fontes escritas e relatos dos moradores nas publicações locais e nacionais. Encontrei alguns exemplos de configuração espacial por parte do jornal local²³, nas publicações nacionais²⁴, nos diferentes documentos de suporte que a CML²⁵ desenvolveu sobre o bairro e até em alguns relatos escritos nos anos 40 por alguns

²²Fonte: Google Earth

²³*Notícias de Campolide*

²⁴Jornais *Público*, *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias*, *Diário Digital e*, *Correio da Manhã*

²⁵ Comissão de Toponímia: *Rua da Capela, Rua do Cotovelo, Rua de S. Jacob, Rua de Samaritana e Escadinhas da Liberdade*, C.M.L. Lisboa, Maio, 1995

Divisão Municipal de Habitação: “*Caracterização Sócio-Económica do Bairro da Liberdade*”, apresentação do Plano de Elaboração da Proposta de Reconversão do Bairro, em Dezembro de 2006, suporte CD-Rom

Pereira, Teresa Sancha: *Rua da Capela, Rua do Cotovelo, Rua de S. Jacob, Rua da Samaritana e Escadinhas da Liberdade*, Comissão Municipal de Toponímias, Câmara Municipal de Lisboa, 1995

romancistas. Todas estas fontes apresentam algumas dificuldades mas naturalmente também algumas virtudes. Esta opção foi justificada face às necessidades da investigação, avaliando constantemente a premência da informação fornecida e também a origem da fonte.

A dificuldade surge quando queremos quantificar e definir graficamente o bairro. A unidade *Bairro*, não sendo reconhecida administrativamente, torna sempre difícil a delimitação geográfica do objecto em causa. Cachado, Rita (2008) apresenta uma abordagem acerca do carácter flexível das fronteiras dos bairros não históricos. Marcados por uma condição periférica face ao centro urbano e económico da cidade de Lisboa (como referência mais importante) e uma condição habitacional desfavorável, a autora explícita a dimensão *social* de construção destas fronteiras. No caso do Bairro da Liberdade este efeito da fronteira seria particularmente importante para o diferenciar do vizinho Bairro da Serafina:

“Se os bairros considerados *típicos* representam a cidade (Cordeiro e Costa, 1999: 59), os bairros de *barracas*, em vias de realojamento, representarão a *infra cidade* (Agier, 1999: 155). Se os primeiros têm muitas vezes fronteiras territoriais instáveis (...), os limites dos bairros de *barracas* são mais facilmente identificáveis no território – eles começam e terminam com a presença das *barracas*, começam e terminam com as ruas em terra batida e/ou a rede de esgotos deficitária. Mas se nestes últimos são as casas que os diferenciam e que nos auxiliam a perceber os seus contornos, tanto nuns como noutros são os **habitantes que permitem perceber a inconsistência das fronteiras**, (ênfase meu) o que, na verdade, levanta mais hipóteses sobre a vida no bairro do que a procura dos limites concretos. (...) os bairros podem ser, antes de tudo, construções sociais.”²⁶

No que toca à fonte principal da investigação, o *Notícias de Campolide*, percebi igualmente uma visão flexível ao abordar geograficamente o Bairro da Liberdade, muitas vezes associando-o a zonas análogas, como as Furnas, Casal de Sola²⁷ e Vila Ferro. Esta forma de representar o espaço do bairro, principalmente antes dos dois processos de realojamento, tinha como objectivo permitir a visibilidade pública de um conjunto de barracas e casas insalubres de toda a freguesia. A forma como a Junta de Freguesia e o seu jornal retratam fisicamente o Bairro da Liberdade demonstra virtudes, na medida em que dá a ideia do conjunto de situações de habitabilidade de todo o Vale de Alcântara, percebendo-se que muitos dos moradores desenvolviam relações entre si.

²⁶ Cachado, Rita d'Ávila: *Hindus da Quinta da Vitória em processo de realojamento [Texto policopiado] : uma etnografia na cidade alargada*, Tese de doutoramento em Antropologia Urbana, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - ISCTE, 2008, pag.21

²⁷Antigo conjunto habitacional composto por barracas que foi destruído para a construção da ligação rodoviária do bairro ao Eixo Norte-sul, Radial de Benfica e ligação à restante Freguesia de Campolide.

Na interpretação abrangente do Bairro da Liberdade proposta pela Junta de Freguesia surge também o Aqueduto das Águas Livres. Esta integração foi igualmente confirmada pela entrevista a Orlando Rodrigues, defendendo este morador que ambos os lados do Aqueduto pertenceriam ao Bairro da Liberdade. As instituições de apoio ao Bairro da Liberdade – o Externato Educação Popular e o Centro Social Paroquial de São Vicente de Paulo - que apontam a sua acção como sendo destinada ao bairro, estão para lá do Aqueduto das Águas Livres, trabalhando com populações dos dois lados. Percorrendo as ruas perto da estrutura do Aqueduto observei a presença de casas insalubres em ambos os lados do mesmo.

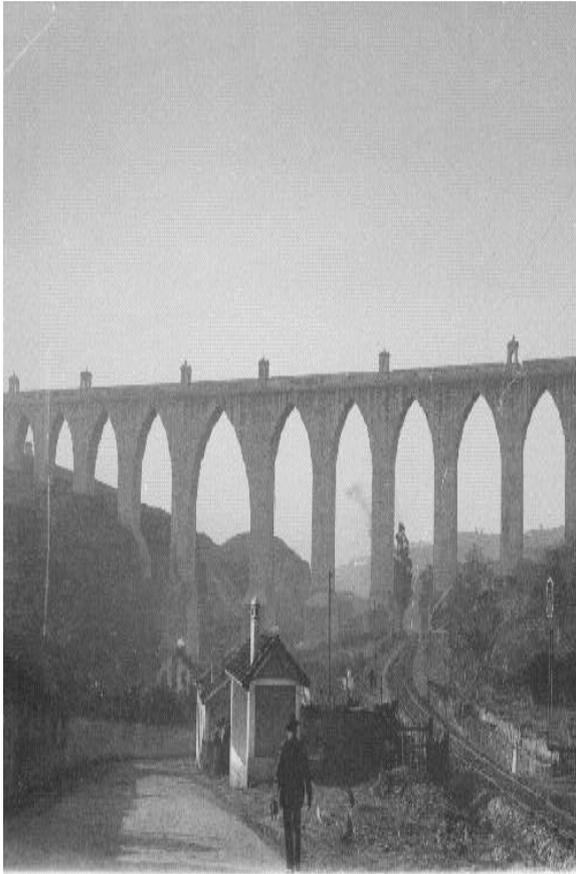
Falando com alguns moradores da zona, residentes em casas de construção clandestina de má qualidade junto às *vivendas* construídas durante o Estado Novo, apreendi uma outra forma de analisar esta questão. Estes apontam a constituição da fronteira (do Bairro da Liberdade) em relação à Serafina, como sendo a estrutura de habitação, a sua qualidade e público utilizador como marcas fundamentais. Indicam que o Bairro da Serafina é exclusivamente o Bairro de Casas Económicas iniciado na década de 30, havendo uma separação entre *engravatados* e a *escumalha*²⁸, entre um conjunto de moradores que originalmente eram funcionários do INATEL, CTT²⁹ e outros organismos públicos e a diversidade de situações de carência presentes no Bairro da Liberdade.

Para ultrapassar esta dificuldade, apresentarei como objecto de investigação a área relativa aos quatro núcleos habitacionais fundamentais, reportado pela CML em 2006: os conjuntos edificados ao abrigo do Realojamento do Eixo Norte-sul, PER, Cooperativa do Bairro da Liberdade e um quarto núcleo: o perímetro que foi apresentado como área de intervenção habitacional futura na Proposta Preliminar do Plano de Pormenor dos Bairros da Liberdade e da Serafina em 13 de Dezembro de 2006 aos moradores no Centro Paroquial de São Vicente de Paulo.

²⁸ Relato de morador em Público: *Cavaco não vai pôr os pés na realidade da Serafina*, 10 de Outubro de 2006, edição online <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1272814&idCanal=10>

²⁹ Conforme o relato de uma moradora do Bairro da Serafina

1.2 As Primeiras Ocupações:



Legenda: Bairro da Liberdade em 1912³¹

“Um renque de casinhas baixas, todas iguais, debruava o caminho. Em frente, entre lama escorregadia, havia quintais, divididos por arames, onde as galinhas à solta debicam o chão. Cada morador tinha ali o seu pedaço de terra, sem guarda de espingarda aperrada ou cão que a guardasse. A riqueza não era muita. Umas couves, canteiros de cheiros a salsa e ervas criadas ao Deus dará, por via dos coelhos. A Câmara não colhia colecta. E, na verdade, o olho industrial ainda não enxergara naqueles terrenos, sedutoras raízes para uma vila de arranha-céus à maneira do Bairro Azul. Aquilo prestava-se a pouco. Bairro da Liberdade, gente de casebres, pegado com Monsanto, vizinho do Aqueduto, nem de graça se iria para lá. E no entanto a encosta da serra começou a povoar-se. Vinham famílias sacudidas pela miséria, abrigar-se comodamente, por cem mil réis de renda. Três cubículos de madeira velha, telhas em cima de vigas que o cair das chuvas logo apodrecia, portas estreitas em que o geído, o pranto ou a alegria eram vizinhos da rua - e tudo isto rodeado de um chão barrento onde os homens, as mulheres e as crianças deixavam marcados os trilhos do seu caminho³⁰.

Origem Agrícola e concentração residencial inicial: do Bairro dos Arcos ao Bairro da Liberdade.

Até ao final do século XIX, o terreno onde se pode situar o Bairro da Liberdade tinha uma utilização maioritariamente agrícola. Uma fonte residente no bairro afirmava “que era terra de bom azeite e bom vinho” havendo igualmente um pomar. Esta zona era inicialmente conhecida como Campolide de Serra, segundo o *Notícias de Campolide*. Tal como noutras zonas do concelho de Lisboa que se afastavam do núcleo central, a ocupação era feita onde havia parcelas de terreno disponível, ganhando terreno ao campo.

³⁰ Pereira, Teresa Sancha: *Rua da Capela, Rua do Cotovelo, Rua de S. Jacob, Rua da Samaritana e Escadinhas da Liberdade, Comissão Municipal de Toponímias, Câmara Municipal de Lisboa, 1995, pag.8*

³¹ CML, Divisão Municipal de Habitação: “*Caracterização Sócio-Económica do Bairro da Liberdade*”, apresentação do Plano de Elaboração da Proposta de Reversão do Bairro, em Dezembro de 2006

Este fenómeno de procura de alojamento em zonas periféricas aquando de processos de urbanização acelerados, dinâmicos e com uma forte componente de diversidade de proveniências, irá marcar o Bairro da Liberdade e a cidade de Lisboa. Desta forma é possível fazer uma categorização das diferentes zonas da cidade, as suas dinâmicas de fixação habitacional de baixa condição económica, em que fenómenos como a proveniência familiar, regional ou étnica funcionam como factores de fixação residencial. Dá-se uma dinâmica de alargamento e especialização das diferentes partes da cidade, numa relação entre o centro e a periferia, marcados pela utilização diferenciada do solo urbano.

“A partir de estos cuatro elementos: división social del trabajo, concentración de poder, accesibilidad ligada al crecimiento urbano y jerarquización simbólica, se constituye una expresión de la estructura espacial en las grandes ciudades, en términos del valor que recibe el suelo en el mercado urbano; es decir, estos cuatro criterios se combinan para expresarse en una síntesis que, en nuestro tipo de sociedades, se expresa por 10s precios del suelo. Estos precios del sudo son 10s que van a expresar la centralidad y la periferia urbana”³².

A Câmara Municipal de Lisboa através da sua Comissão Municipal de Toponímia (1995), relata a não existência de barracas no local (não relatando a concentração no antigo Bairro dos Arcos) e indica 1924 como início da construção no bairro:

“Mas qual é a origem do Bairro? Excluindo os testemunhos orais, não existe nada documentado. Assim, estes indicam, que em 1910, não havia casas na encosta da serra à excepção do Asilo Espie de Miranda, fundado em 1900 (...) Desta forma, as primeiras construções naqueles terrenos, onde crescia trigo datam de 1924, na parte de cima das escadas, a norte dos arcos.”³³

A primeira ocupação com funções residenciais que se conhece do bairro data do início do século XX, no momento em que alguns trabalhadores do Aqueduto das Águas Livres se concentram em cavidades naturais na inclinação da Serra do Monsanto, as chamadas *Grutas*,³⁴ usando estas estruturas naturais como forma de alojamento. Esse local viria a dar origem ao Bairro dos Arcos, junto da actual Rua dos Arcos. Na segunda década do século XX, devido ao aumento de construção que se dá junto à linha de comboio, no

³² Castells, *La Intercion Administrativa en los centros urbanos de las grandes ciudades*, artigo online <http://www.raco.cat/index.php/Papers/article/view/24741/57504>

³³ Pereira, Teresa Sancha: *Rua da Capela, Rua do Cotovelo, Rua de S. Jacob, Rua da Samaritana e Escadinhas da Liberdade*, Comissão Municipal de Toponímias, Câmara Municipal de Lisboa, 1995.

³⁴ Essas cavidades ainda hoje podem ser vistas, tendo sido requalificadas como zona de lazer no Parque de Monsanto. Esta informação foi confirmada por um morador do Bairro, assim como pela entrevista feita à Arquitecta Célia Milreu da CML em 2007.

novo Bairro da Liberdade que cresce ao seu encontro, esta designação passa a designar as duas situações de concentração populacional³⁵.

O desenvolvimento deste novo bairro e a fixação de populações nesta zona da cidade aponta para a coincidente chegada de migrantes para a recente industrialização do Vale de Alcântara, implicando a fixação de população nesta zona de fronteira da cidade de Lisboa. Esta época foi marcada pelo início e fim da I Grande Guerra, uma enorme carestia de vida associada às conturbações políticas do regime português, um ritmo de crescimento natural elevado e consequente défice habitacional. Acrescido a este facto as populações acorriam às cidades cada vez mais e de forma permanente. Outras fontes apontam igualmente para outras actividades produzidas:

“O meu pai nasceu em 1914 e veio para aqui com três, quatro anos, vindo das Beiras. Os primeiros ocupantes desta zona nem vieram para aqui (zona junto ao aqueduto), habitaram aqui numa pedreira, aqui na Serra de Monsanto, esses é que foram os primeiros habitantes. Primeiro era uma pedreira, depois deixaram de explorar a Pedreira, e nos orifícios dessa pedreiras, essas pessoas que vieram das Beiras e do interior do país, acabaram por ocupar essas grutas, essas cavernas (...) Ao princípio a trabalhar como picheleiro, mas depois e principalmente ao comércio. (...) Havia aqui algumas hortas, que a pouco e pouco foram eliminadas face à necessidade de construção. Este bairro começou totalmente por ser um bairro de barracas, todo de madeira e a pouco e pouco as coisas se foram transformando clandestinamente, porque muito poucas casas aqui são legais, legais na sua construção, não têm licença de habitação. É como lhe digo, tenho aqui muita família e eu próprio sou dono de algum terreno que está aí. O meu avô começou por comprar uma boa parcela de terreno e depois à sua morte os filhos herdaram, à morte dos meus pais herdei eu,”³⁶

Da citação apresentada percebemos como um conjunto de pessoas, com maior ou menor capacidade económica (será sempre importante perceber que a propriedade dos terrenos sempre foi privada), adquiriu ou acabou por arrendar locais para a fixação de habitações precárias e de qualidade habitacional muito baixa.

O nome Liberdade estaria ligado, segundo as fontes consultadas, a este período da Primeira República em que alguns procuravam o bairro com esse ideal de *Liberdade*, associando-se assim uma determinada zona da cidade ao regime que se ia afirmando. Segundo as fontes consultadas quem baptizou o bairro com este nome foi Carlos Rodrigues dos Santos conhecido como Carlos da Parteira, defensor do ideal republicano, que trocou a totalidade do actual bairro por um prédio em ruínas.

³⁵ O morador Orlando relatou a existência durante a sua juventude da utilização da expressão Bairro da Liberdade de *Cima* e de *Baixo*, relatando as duas entradas no Bairro. Poderemos associar *a parte de cima do bairro* ao antigo Bairro dos Arcos e zonas análogas, enquanto o *Bairro da Liberdade de baixo*, poderia ser associado à concentração de população junto da Estação Ferroviária de Campolide. Esta informação está igualmente presente em <http://bairrodaliberdade.com/historia.html>, site dinamizado por um morador.

³⁶ Entrevista a Orlando Duarte, vogal da Assembleia de Campolide e morador no Bairro.

“O nome do Bairro da Liberdade, situado na freguesia de Campolide, próximo do Aqueduto das Águas Livres, tem duas origens possíveis. É provável que os seus habitantes lhe tenham dado esta designação com o objectivo de transmitir a ideia de que a vida decorria tão livremente no Bairro como a água corria no Aqueduto. No entanto, a hipótese mais convivente remota ao republicano “Carlos da Parteira”, que terá baptizado as primeiras crianças que ali nasceram com os nomes Libertino e Libertina”³⁷

“ Carlos da Parteira era um dos caudilhos da Revolução de 1910. Era também um homem de poucos escrúpulos pois burlou uma senhora, proprietária dos terrenos (...) Negociou-os por um prédio que possuía e que estava destinado a ser demolido. Quando a senhora deu conta do logro em que tinha caído, quis reavê-los, mas já não conseguiu. Todos conheciam Carlos da Parteira, detentor de uma personalidade revolucionária, ele foi o proprietário, o arquitecto, o engenheiro e o mestre-de-obras deste bairro”³⁸

É esta concentração populacional que vai levar à construção de uma estrutura habitacional em que é privilegiada a existência de pátios e casas com uma só divisão, promovendo situações de falta de higiene e permanência de toda a família no mesmo local. Na mesma divisão faz-se quarto, cozinha, sala de estar e casa de banho, com elevados níveis de insalubridade e falta de qualidade de vida. No Bairro da Liberdade este tipo de construção continuaria por toda a Primeira República já com todas as parcelas vendidas e com condições díspares, as casas vão-se consolidando.

No que se refere à composição do bairro, é perceptível igualmente que a sua agregação era feita de forma familiar ditando a posição de ocupação que se vai deter no bairro. Esta liberdade de construção iria ter as suas primeiras contrariedades com o início do Estado Novo e conseqüente organização promovida pela Constituição de 1933. Uma posição que se queria dirigista, mas sem grandes resultados, não respondendo cabalmente à necessidade habitacional sentida:

“Nasce da ideia de liberdade de ocupar e construir, isto ainda foi na primeira república, esse espírito de Liberdade, que como sabe em 26, acabou com Estado Novo. E isso depois reflectiu-se na construção, continua ilegal mas foram muito reprimidos, castigados com pesadas multas, porque as pessoas construía clandestinamente, mas a Câmara, vinha, multava, por puro castigo, porque nunca demoliram nada, porque como vê as coisas continuam de pé”³⁹.

Bairro da Liberdade e o vizinho da Serafina

Será igualmente muito importante relacionar o Bairro da Liberdade com o bairro vizinho, o da Serafina, obra dos anos 30 e um importante contributo para o estudo da *Casa Económica* em Portugal. Nesta zona da cidade encontrei um fenómeno

³⁷ Notícias de Campolide, *Bairros de Campolide* Julho/Setembro de 2001, pag.11

³⁸ Notícias de Campolide, *Bairros de Campolide* Julho/Setembro de 2001, pag.8

³⁹ Entrevista a Orlando Duarte, vogal da Assembleia de Campolide e morador no Bairro

interessante de recomposição populacional. Por um lado, aqueles que viviam em casas degradadas ou de má construção, por outro os seus vizinhos de *classe média*, a habitação desordenada e à margem da política supostamente dirigista do Estado Novo e a visibilidade de um regime que tentava afirmar-se e fazer-se notar. Para perceber a forma como os dois bairros são abordados é utilizada uma comparação feita por Maria Carvalho em 1942:

“Num dia quente da primeira quinzena do mês de Julho, fui visitar o Bairro da Liberdade (...) Mas a Liberdade era paga com muita miséria, muito descalabro, muito abandono das crianças e dos lares, formados em pobres barracas que, com liberdade também, ali se tinham levantado, servindo de abrigo a famílias pobríssimas”.

Sobre o Bairro da Serafina assegura:

“O Ministério das Obras Públicas (...) construiu o bairro novo e as escolas primárias para os dois sexos. (...) As casas são encantadoras, ladeando uma larga rua areada - pequenas moradias à portuguesa, caiadas de branco, com barra azul, 4 a 6 divisões, casa de banho, água, luz eléctrica, canteiros, vasos de plantas, jovens árvores dando nota da sua verdura, e tudo banhado de luz e sol. O bairro tem o seu fiscal, o seu posto telefónico e caixa de correio. **Neste Bairro vivem as famílias com asseio, dignidade humana** (ênfase meu) e até certo conforto, e o exemplo pode tanto que em algumas das casas antigas pudemos observar, no meio de grande pobreza, já o desejo de corrigir a promiscuidade”⁴⁰.



Legenda: Imagem do Bairro da Serafina, anos 40⁴¹.

Os moradores do Bairro da Liberdade indicam este conjunto de vivendas unifamiliares como a fronteira do bairro. Existe igualmente uma separação física entre os dois bairros. O Bairro da Serafina encontra-se numa zona plana, com uma vista privilegiada para o estuário do Tejo, com uma qualidade pouco conhecida na altura. A sua composição era constituída principalmente por funcionários do Estado Novo, nomeadamente dos Correios e do INATEL.

“Tenho a dizer-vos o seguinte: Nasci há cerca de meio século, numa zona de Lisboa onde viviam lado a lado famílias operárias pobres e muito pobres, com famílias de classe média, à época, ou seja,

⁴⁰ Carvalho, Maria: *O Bairro da Liberdade*, in Revista Municipal. – Lisboa, 1942 - Nº 13-14, pag. 8

⁴¹Fonte: CML, Divisão Municipal de Habitação: “*Caracterização Sócio-Económica do Bairro da Liberdade*”, apresentação do Plano de Elaboração da Proposta de Reconversão do Bairro, em Dezembro de 2006

trabalhadores bancários, empregados de escritório, quadros médios de empresas, construtores civis, etc. Eram dois bairros distintos. O Bairro da Liberdade com habitações de tipo “abarracado” e barracas genuínas, feitas de madeira e lata, onde viviam as famílias mais pobres, e o Bairro da Serafina onde morava a classe média. Nada havia a separar os dois bairros a não ser a distinção no pavimento das ruas e o traçado das mesmas (...) Como só existiam duas escolas primárias na zona, os miúdos misturavam-se e faziam grandes amizades, conhecendo uns e outros o modo de vida de ambos os lados”⁴²

Esta construção de bairros com uma componente de intervenção estatal mas beneficiando as suas próprias clientelas estaria presente noutras zonas da cidade, como por exemplo no primeiro Bairro de Casas Económicas na Freguesia da Ajuda⁴³. O Bairro da Liberdade cresceu encostado às encostas de Monsanto e apertado pela antiga ribeira de Alcântara, a estação de Campolide e o Aqueduto das Águas Livres. Num período marcado por uma estrutura de poder autoritária, surgiram igualmente divergências políticas entre as duas comunidades. Os habitantes do Bairro da Liberdade acusam os seus vizinhos da Serafina de terem sido delatores de algumas actividades subversivas no bairro. Os “bufos” ou os “engravatados” e a “canalha”.

“Desta rua para cima é a Serafina, gente importante. Daqui para baixo é a Liberdade, é a canalha”, assinala o homem, ali instalado desde 1932. Ana Maria Sousa, 45 anos, empregada doméstica e cliente habitual, corrobora a sociologia do merceeiro. Mas acrescenta que “muitos dos que vivem na Serafina são gente simples, armada ao importante, que se transferiu da Liberdade”. A afirmação é, em parte, verdadeira. O Bairro da Serafina foi erigido pelo estado Novo, há cerca de 60 anos, para alojar elementos das corporações da polícia, CTT, da CP, de instituições bancárias, ente outras – condição que fez com que alguns dos subversivos da Liberdade se referissem aos seus vizinhos como a “bufaria.”⁴⁴

Dos anos 60 à década de 70: Os anos das barracas.

Os finais da década 50 trouxeram mudanças significativas. Atraídos pela recente indústria, muitos habitantes dos campos e pequenas cidades encetam um processo de êxodo, deslocando-se para Lisboa em busca de uma vida melhor. São estes migrantes que vão inaugurar os bairros de barracas/ lata surgidos nos anos 60.

Uma marca indelével em Portugal é o conjunto de migrações ocorridas neste período. A emigração ilegal crescia exponencialmente. Esta modifica a sua forma, na medida em que os destinos deixam de ser as Américas e África, passando a ser predominantemente

⁴² Relato de morador em Limite: http://wwwlimite.blogspot.com/2005/07/eramos-to-diferentes_07.html

⁴³ Ver Baptista, Luís V: *Cidade e habitação social : o Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa*, Celta Editora, Oeiras, 1999 e Nunes, João Pedro Nunes (2007), *À Escala Humana. Planeamento Urbano e Arquitectura de Habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969)*, Lisboa, Câmara Municipal de, 2007

⁴⁴ Público: *Cavaco não vai “ por os pés na Serafina”*, 10 de Outubro de 2006, edição online <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1272814&idCanal=10>

um destino europeu. O fenómeno de emigração tinha sido uma constante por todo o século XX, mas tornou-se neste momento um problema para o regime, na medida em que não o consegue controlar, fenómeno que foi claramente ampliado pela fuga ao serviço militar e guerra colonial. Mas as migrações também se modificam e passam a ser feitas para dentro do país, nomeadamente para as cidades do litoral, e com grande intensidade para a cidade de Lisboa. A futura concentração residencial deu-se com base em redes familiares ou regionais, sendo utilizadas como interposto de apoio. São estas novas populações que vão morar nas zonas periféricas da cidade, em situações de mau alojamento, muitas vezes em barracas e casas pré-fabricadas. Surgem, entretanto, números verdadeiramente alarmantes que apontam para cerca de 600 000⁴⁵ mal alojados em todo o país, (já depois do 25 de Abril cerca de 50 000 famílias mal alojadas no concelho de Lisboa): uma política que se queria de mudança, sendo derrotada devido às contingências orçamentais.



Legenda: Bairro da Liberdade na década de 60,

Fonte: Divisão Municipal de Habitação: “*Caracterização Sócio-Económica do Bairro da Liberdade*”, apresentação do Plano de Elaboração da Proposta de Reversão do Bairro, em Dezembro de 2006

No Bairro da Liberdade a ocupação ilegal de terrenos de propriedade privada para fins habitacionais será uma constante, tendo novamente um ponto forte nas décadas de 60 e 70, décadas de explosão demográfica da cidade de Lisboa. Independentemente destas migrações, esta zona manteve um aspecto *arrabaldista* até ao final dos anos 60, como documentam algumas imagens da época.

Encontramos soluções habitacionais que eram marcadas pela existência de pequenos quintais em frente da habitação (sempre que possível e nas zonas onde não havia pátios) e uma proximidade física entre as casas. Eram situações de casas abarracadas que tinham um esgoto a céu aberto perto das suas casas, com condições muito degradadas.

⁴⁵ Público: *Cavaco não vai “ por os pés na Serafina”*, 10 de Outubro de 2006, edição online <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1272814&idCanal=10>

São precisamente as más condições de habitabilidade a serem levantadas como uma das primeiras bandeiras nos pós 25 de Abril. Havendo no Bairro da Liberdade uma forte componente de elementos do MRPP⁴⁶, logo após o golpe de estado é constituída uma comissão de moradores, cuja actividade se desenvolve principalmente em redor das casas de má qualidade, em intervenções de nível básico de saneamento.

“ Em 1975, com a realização de um inquérito ao Bairro da Liberdade, verificou-se (...) que reinava a degradação extrema e a sobreocupação. Era frequente que os moradores dormissem e cozinhassem num espaço demasiado reduzido e as casas eram muito húmidas e alagáveis. A cobertura original era remendada com plásticos, tábuas e latas, as paredes tinham fendas, as caixilharias estavam apodrecidas e os esgotos entupidos. Somente 50 famílias dispunham de água canalizada, ao passo que as restantes 91 recorriam ao chafariz. A instalação eléctrica, generalizada praticamente a todas as habitações, tinha sido obra dos próprios moradores”⁴⁷.

Aquando da intervenção do SAAL (1975) os técnicos perceberam que muitas das casas já se encontravam em situação de ruína, que era frequente a pia comum⁴⁸, com situações flagrantes de sobrelotação. Acrescendo ao facto de serem muito húmidas e facilmente alagar, o sistema incipiente de escoar os diversos líquidos era um verdadeiro chamariz para pragas: de ratos e insectos. Os materiais usados eram plásticos, tábuas e latas. Esta situação estava presente não só nas barracas, mas também nas casas pertencentes aos pátios e às vilas. Estas eram formas habitacionais não dotadas de estruturas de saneamento básico, com uma pequena “casa de banho” ao redor das habitações, as chamadas *sanitas turcas*.

“Entre os pobres a “música era outra”. A rede de saneamentos estava lá, mas a quase totalidade das casas não possuía casa de banho. Algumas, não todas, possuíam uma pia de despejos (em pedra granito) onde se despejavam as águas de todos os tipos de lavagens. Na ausência de casa de banho aconteciam duas realidades: Nas chamadas “vilas” ou Pátios, existia uma espécie de compartimento colectivo, com uma sanita rasante a que hoje chamamos “sanita turca” onde as necessidades fisiológicas dos habitantes do Pátio ou Vila eram feitas. Nas casas individuais, as necessidades eram feitas num pode de barro com mais ou menos 50 cms de altura e que tinham uma tampa de cortiça muito justa. Todos os dias passava uma carroça da Câmara Municipal, puxada por um muar, que recolhia os dejectos.”⁴⁹

Para além das mudanças que se tinham dado no ano de 1975, em que uma parte significativa do bairro é dotado de água e electricidade, mantinha-se até aos anos 90 uma estrutura habitacional degradada, mesmo na parte do bairro que não era ocupada por barracas, mas sim por um conjunto de *pátios*, *vilas* e habitação em estado de degradação. Desde os anos 60, este bairro torna-se um bairro dito *problemático*. Surge

⁴⁶ Segundo fonte residente no Bairro da Liberdade

⁴⁷ Idem, ibidem

⁴⁸ Notícias de Campolide, *Bairro de Campolide* Julho/ Setembro, 2001 pag.11

⁴⁹ Relato de morador em Limite: http://wwwlimite.blogspot.com/2005/07/eramos-to-diferentes_07.html

um enorme parque habitacional degradado, constituindo assim não só uma marca de degradação na cidade, mas também dos seus moradores.

1.3 Bairro da Liberdade: que instituições estão presentes?

Depois de enunciar as origens da construção habitacional e primeira ocupação de terrenos para este mesmo fim no Bairro da Liberdade, torna-se importante identificar as instituições presentes, percebendo as suas condições de instalação assim como a identificação das suas actividades. Nesta categorização as instituições são divididas em dois grupos: aquelas que se instalaram até 2000 (detendo uma actividade mais orientada para o bairro e para as suas necessidades de tipo social) e as outras instituições que vieram ocupar algumas das lojas cedidas pela CML, aquando da construção do Eixo Norte-sul. Segue-se uma abordagem geral de cada uma delas:

Instituições anteriores a 2000.

Centro Paroquial de São Vicente de Paulo: Esta instituição é extremamente importante no bairro, uma instituição marcante, reconhecida por todos, e tem no seu responsável, o padre Crespo, um agente definitivamente *interessado*, que iniciou a sua actividade no bairro em 1977. A intervenção do Vicentinos no bairro iniciou-se nos anos 30 pelo apoio directo a estas populações, com uma acção que se foi desenvolvendo e diversificando⁵⁰. As actuais instalações foram inauguradas em 2000, substituindo as instalações provisórias desde 1985.⁵¹

O jornal *Notícias de Campolide* publica em 1998 uma entrevista onde o pároco faz uma análise do Bairro, demonstrando um conhecimento profundo dos seus moradores e a sua génese.

“ O Bairro da Liberdade é um bairro que já tem muitos anos. Penso que ao início era constituído por trabalhadores do Aqueduto das Águas Livres, que tinham liberdade para construir aqui as suas habitações. As famílias desses trabalhadores, oriundos de várias zonas do país, desde o Norte, Beiras e Alentejo, acabaram por construir a sua própria casa, e daí surge um bairro clandestino que ainda hoje é considerado como tal. Estamos, actualmente a trabalhar junto da Câmara Municipal de Lisboa para reconverter esta situação (...) Há muitas casas degradadas e esta situação tem que se reconverter o mais rapidamente

⁵⁰ Conforme informações constantes em <http://cspsvp.com.sapo.pt/>

⁵¹ Notícias de Campolide: *Centro Social dá respostas às carências*, Ano 1, nº2, pags.3, 6, 7 e 8, Abril de 1998.

possível. Infelizmente o plano PER só inclui as pessoas que vivem em barracas, segundo dizem os responsáveis da câmara e do ministério da habitação, e estas não são consideradas como tal. O que para nós é muito pior (...) Quando vim para aqui trabalhar senti uma grande necessidade de promover as pessoas, desde a criança, ao deficiente, ao idoso, ao jovem, ao adolescente. É por isso que idealizei tudo isto para que eles, não tendo uma boa casa pudessem passar o dia numa casa condigna”⁵².

Ao analisar a citação do padre Crespo percebemos duas dinâmicas fundamentais: por um lado, a compreensão da situação de habitabilidade como factor fundamental para a compreensão do bairro e, por outro, a assunção do trabalho necessário de acompanhamento destas populações, melhorando as suas condições de vida, permitindo uma valorização pessoal e comunitária destas pessoas.



Legenda: Interior das Instalações do Centro Paroquial⁵³

A percepção da condição de habitabilidade destas populações esteve bem presente em três ocasiões específicas: 1998, 2004 e 2006. Em 1998, o pároco refere numa entrevista dada ao Jornal *Notícias de Campolide* em Abril, que a mais frágil e degradada estrutura de habitação não estava a ser tratada, o que se torna mais visível no deslocamento de terras após a abertura do Eixo Norte-sul. O pároco refere que os empreendimentos imobiliários que estavam em construção não iriam abranger uma parte significativa do bairro, por não estar integrada em qualquer medida legal que fosse. Deste modo, o pároco demonstra uma ligação com a parte mais degradada do bairro, onde se encontram igualmente os principais utilizadores do seu centro paroquial. Em 2004, essa preocupação esteve também presente. Dá-se a deslocação de 180 famílias, mais uma vez, devido à má condição de uma das encostas da Serra de Monsanto. Este deslocamento forçado das populações, ditado pelo risco natural, confrontou os moradores com a inexistência de um programa pensado para o seu realojamento.

⁵² *Notícias de Campolide*, Abril, Maio/Junho de 2001, pag.8

⁵³ Fonte: Imagem colhida pelo autor

Mostrando outra vez uma forte ligação com o bairro, o pároco cede o espaço da paróquia para a reunião e discussão entre moradores, proprietários, comerciantes e membros da Junta de Freguesia⁵⁴. Toma posição e faz parte da comissão que se formou em defesa do bairro. Em Dezembro de 2006 é apresentada no salão paroquial a proposta camarária de requalificação do bairro, sendo o pároco um dos seus intervenientes, apoiando as actividades e o plano e servindo, uma vez mais, de interlocutor entre o bairro e a CML⁵⁵.

Na mesma entrevista dada ao *Notícias de Campolide* anteriormente referida o padre fala igualmente da sua acção como uma resposta às necessidades da população que, afligida por necessidades de vária ordem (em que a habitação toma um lugar cimeiro), é mais orientada para os mais jovens e para os idosos. Esta preocupação está presente quando o bairro vê sair os seus jovens e habitantes mais dinâmicos, procurando outras zonas, tornando o bairro mais envelhecido.

“Este Centro Social e Paroquial é uma resposta à carência da população, às suas necessidades, à prestação de serviços, e ao mesmo tempo uma forma de promoção humana das pessoas. Esta formação demora tempo e é preciso gerações e gerações para que se torne real. Em segundo lugar é necessário fazer com que a população permaneça mais tempo no Bairro, Um jovem que deseja casar muda de sítio, às vezes para fora de Lisboa, visto que aqui não tem condições habitacionais. Mas depois não encontra respostas a nível de equipamento social. Por outro lado, quando as casas ficam devolutas, há uma família que vem para cá com um nível social pior e que traz uma série de problemas. Estamos sempre a reiniciar o nosso trabalho da estaca zero”⁵⁶.

Hoje em dia, o Centro Paroquial de São Vicente de Paulo apresenta um conjunto de valências: creche, jardim-de-infância, atelier de tempos livres, grupo de escuteiros, lar de idosos, centro de dia, assistência residencial a idosos e deficientes, clínica de fisioterapia e consultório dentário, detendo quase todo o monopólio de intervenção no bairro. Muitas vezes poderemos associar ao padre Crespo um excesso de protagonismo, anulando as intervenções que se dão ao lado da sua acção. Esta atitude passa igualmente pela tentativa do responsável em orientar a sua acção, podendo deste modo controlar a forma como o trabalho é realizado. Face à participação do Estado directamente no apoio

⁵⁴ Conforme informações constantes em Público: *Moradores do Bairro da Liberdade contra “Intimidação” da Câmara de Lisboa*, pag. 49, 25 de Janeiro de 2004

⁵⁵ Nesta apresentação a que pude assistir, o Pároco iniciou as intervenções, respondeu a muitas das perguntas dos moradores, assim como demonstrou uma forte vontade de construir sinergias com a Câmara Municipal e Junta de Freguesia no que se refere ao andamento do processo de requalificação apresentado.

⁵⁶ Notícias de Campolide, *Relatório e Contas do ano 2000, Pelouros de Urbanismo, Habitação, Iluminação Pública e Abastecimento Público (PER)*, Abril, Maio e Junho de 2001, pag.8

às populações mais desfavorecidas do bairro, o padre tem uma posição autonomista, demarcando posições de fronteira:

“Sente-se um pessimismo nos deveres do Estado, sobretudo na falta de apoio às instituições, em vez do seu posicionamento. O Estado não tem vocação para o social, nem deve ter. Quem deve exercer uma acção sócio caritativa é a sociedade organizada”⁵⁷.

“ É muito fácil falar de uma pessoa que trabalha e faz obra como ele fez, é fácil controlar populações, qualquer pessoa que faça obra, se os demagogos dominam as populações, os obreiros mais ainda, creio eu, (...) Agora é assim, enquanto pessoa é uma pessoa que não é fácil, lidar com o padre Crespo...um ortodoxo, não no sentido de leigo, religioso, ele é católico claro, mas é muito conservador (...) Este foi o primeiro que começou a fechar, no sentido de impor grande regras, grandes rigores, coisa que esta gente não estava habituada. A tal Liberdade, aqui não há regras, e então começaram a afastar-se a pouco e pouco. O Padre Crespo é tão rigoroso, que estas duas instituições nunca se deram muito bem, a Educação Popular demarca-se sempre da Paróquia e vice-versa”⁵⁸.

O Centro Paroquial desenvolve igualmente as Festividades de São Vicente de Paulo no último fim-de-semana de Julho, em que são comemoradas as festas do bairro. Nestas, têm lugar a procissão, banda e missa solene, assim como uma festa com bandas populares até às duas da manhã.

Externato Educação Popular



«Educação Popular» para crianças do Bairro da Liberdade

Em 1931 foi inaugurada uma capela-escola, capela a uma hora a escola a outra. Dois anos depois foi inaugurado um curso nocturno para adultos e em 1935 foi reconhecida por alvará e ficou a chamar-se «Educação Popular», como é ainda hoje, sendo o Externato n.º 1 de uma série de 9 que, entretanto, se foram extinguindo. Um ano depois a obra é considerada de beneficência. Até que, depois de várias vicissitudes, as Irmãs do Amor de Deus tomam conta da obra «Educação Popular» do Bairro da Liberdade, onde estão hoje as instalações.

Legenda: Edifício inicial no *Notícias de Campolide*

Esta instituição surgiu no bairro em 1931 como capela-escola, iniciando actividades lectivas para crianças e mais tarde, em 1935, para adultos. A sua acção actual está ligada à existência de uma creche, jardim-de-infância e escola do primeiro ciclo do ensino básico. Sendo anterior à instalação do centro paroquial, esta é uma escola do ensino básico de nível privado com preocupações sociais. A obra é financiada em grande parte pela Igreja Católica e Ministério da Educação, sendo o seu corpo docente inteiramente composto por religiosas.

⁵⁷ Entrevista à Agência Ecclesia, em 15 de Maio de 2008 em www.agencia.ecclesia.pt.

⁵⁸ Entrevista a Orlando Duarte, morador do Bairro.

A instalação inicial desta agregação religiosa deu-se numa capela que foi construída pelos moradores no final de um pátio do bairro aquando da sua instalação. Foi dado o nome de Rua da Capela Velha onde algumas cerimónias religiosas iam acontecendo. A instalação posterior como instituição presente no bairro dá-se com o desenvolvimento de estruturas de apoio à população. Maria de Carvalho, que desenvolveu igualmente outros relatos de bairros pobres na década de 40, fala do Bairro da Liberdade e da acção da Educação Popular:

“ (...) um grupo desses homens, continuadores da obra magnífica das Conferências Vicentinas, que se dedicam a proteger os desamparados, invadiram o Bairro da Liberdade e começaram a saneá-lo moral e materialmente (...) Agora uma creche recolhe as crianças nas horas em que os pais trabalham, e à noite as suas salas de Casa do Operário, para que os homens ali se possam reunir e na conversa amena, na leitura, nas distrações inofensivas encontrem a diversão que os afaste da taberna. Há também um Patronato e a Casa do Trabalho, que admite raparigas do bairro e proximidades, e já tem numerosa frequência. Na Casa de trabalho, aprendem costura e lavoures femininos, as de mais de doze anos e há uma casa anexa para as mais pequenitas. Dirige estas alunas e estes trabalhos, com as suas auxiliares a sr^a D: Deolinda Peso, que consagra a esta obra toda a sua benemérita e inteligente dedicação que não esquece a orientação moral que deve presidir a qualquer espécie de cultura”⁵⁹

Esta organização instalou-se no bairro como instituição inscrita na regularidade do regime, desenvolvendo as suas actividades no espírito do mesmo. Mas face a condições de vida muito difíceis, o apoio que a instituição prestava era valorizado pela população:

“teve um papel muito importante no desenvolvimento e apoio social e até ao apoio em termos de comida, que haviam pessoas que passavam fome, eu era miúdo e havia aqui um portão onde era distribuída a sopa e pão aos pobres. Os pobres eram recenseados e depois em relação ao seu agregado, x sopas e x pães, e vinham todos os dias. Uma acção não da Igreja Católica, porque há muita gente que confunde esta instituição com o patriarcado. É uma instituição católica, mas é uma organização das Irmãs do Amor de Deus, cujo primeiro presidente foi o padre Maurício, que era assim que ele era conhecido, padre Maurício dos Santos”⁶⁰.

Segundo este morador a instituição recolhia uma aceitação natural no bairro, contactando directamente com as carências. O mesmo refere que os primeiros padres que surgiram no bairro quebravam alguns tabus, jogando futebol com as crianças no pátio da igreja, associando-se ao *espírito de Liberdade*, que o bairro vivia a vários níveis. A primeira sede da instituição, junto da Rua da Capela Velha, tinha um balcão que abria directamente para um conjunto de pátios onde era distribuída a comida. Mesmo a sede actual está localizada junto ao Centro Paroquial, em ligação directa com as crianças do bairro.

⁵⁹ Carvalho, Maria: *O Bairro da Liberdade*, in Revista Municipal. – Lisboa, 1942 - Nº 13-14, pag. 68

⁶⁰ Entrevista a Orlando Duarte

Esta relação de apoio à instituição manteve-se por parte dos moradores no período entre 1974/75, quando esteve em risco a sua continuação no bairro. A Irmã Ester afirmava em 1991⁶¹, que foram os moradores que se opuseram à retirada do edifício à instituição, defendendo que foram as relações de proximidade que desenvolveram com estes que criaram os laços que trespassaram os estímulos exteriores de ocupação que se viviam por outras zonas da cidade.

Liberdade Atlético Clube. Formado em 1939, é o clube desportivo e recreativo mais representativo do bairro. Detendo as anteriores instalações desportivas no lugar do Eixo Norte-sul, esteve implicado no processo de construção do mesmo. Actualmente tem as suas instalações na Rua B, por debaixo da estrutura rodoviária. O Liberdade Atlético Clube, como clube mais representativo do bairro iria naturalmente estar ligado às figuras mais marcantes do bairro e reconhecidas para o exterior. O relato do jornal *Público* de 10 de Outubro de 2006, aquando da visita do presidente da república Cavaco Silva, aborda um dos seus moradores mais famosos.



Legenda: Imagem do autor das actuais instalações do Liberdade Atlético Clube junto ao Eixo Norte-sul

“O tempo em que o “terrível” Gordeon dominava o Bairro acabou na década de 80, 90. O ex- Presidente do Liberdade, clube local, era um dos mais conhecidos delinquentes do seu tempo e fazia o que queria da gente do bairro. Assaltantes de bancos e de ourivesarias, mestre de todos os negócios obscuros, acabou por ficar paraplégico depois de um tiroteio com o igualmente perigoso Dillinger, seu rival de Campolide. Mesmo sentado numa cadeira de rodas, no entanto Gordeon continuou a controlar o Bairro (...) Mesmo os padres que se instalaram na Serafina desde a década de 50, acabaram por se submeter(...), O único homem que o afrontou foi o Padre Crespo.”

Cooperativa de Habitação Económica do Bairro da Liberdade: Sobre o primeiro processo de construção habitacional participada após 1990, o *Notícias de Campolide* em 1993 assegurava:

(...) quando a cooperativa foi fundada não tinha a sede que tem actualmente no Bairro da Serafina, isto em 1976. Com um subsídio de 21 mil contos mais tarde acrescido de 6 mil contos concedidos pelo então

⁶¹Notícias de Campolide, “Educação Popular” para as crianças do Bairro da Liberdade, Março/ Abril, 1991, pag.8

designado Fundo de Fomento, foram em 80, alojadas 56 famílias que actualmente lá estão em obediência a um critério que contemplava os inscritos que apresentavam maior necessidade de habitação⁶²

A primeira intervenção habitacional da cooperativa deu-se em 1980 quando alojou 56 famílias (fogos) ao abrigo do FFH com o pagamento de 135 000 euros, assim como das cotizações dos sócios. Esta foi a primeira grande intervenção de fundo em termos de habitação que o Bairro da Liberdade sentiu desde a sua formação no início do século XX. Estas construções dirigiram-se unicamente para um público específico, os pagantes da quota da cooperativa, dando-se por vezes muitas desistências.



Legenda: Habitações da Cooperativa a laranja⁶³



Legenda: Habitações em construção⁶⁴

Uma fonte contactada no bairro residente nas habitações ao abrigo do realojamento do Eixo Norte-sul levantou a existência de corrupção na Cooperativa, dizendo que se tinha igualmente inscrito, pago quota durante alguns anos, mas como não viu a situação a avançar desistiu da Cooperativa. Outra fonte contactada, residente nos pátios junto às construções da Cooperativa, ressalva que esse tipo de comentários é apenas resultado de sentimentos de inveja e de não reconhecimento do trabalho da mesma. Esta fonte indicou que não era sócio da cooperativa, nem tinha qualquer relação com esta.

No *Notícias de Campolide de Fevereiro* de 1993 Daniel Caetano, presidente da instituição em 1993 defende a construção de mais 150 fogos já confirmados pelo INH. Em 1997 o mesmo jornal apresenta uma fotografia da construção das novas habitações, que são finalizadas em 1999. Nessas construções foram integrados 20% dos desalojados

⁶² Notícias de Campolide: *Cooperativa “Bairro da Liberdade volta a construir habitação”*, nº 24, pag. 8 e 9, Janeiro/Fevereiro de 1993.

⁶³ Fonte: CML, Divisão Municipal de Habitação: “*Caracterização Sócio-Económica do Bairro da Liberdade*”, apresentação do Plano de Elaboração da Proposta de Reversão do Bairro, em Dezembro de 2006

⁶⁴ Notícias de Campolide: *Cooperativa “Bairro da Liberdade” volta a construir habitação*, Janeiro/Fevereiro, 1993, pag.1

do Eixo Norte-Sul ao abrigo de um acordo entre a CML e a Cooperativa, sendo contratualizadas as modalidades de ocupação dos alojamentos⁶⁵.

Em 1993 450 sócios pagavam as cotas, mas a cooperativa chegou a ter cerca de 1000 sócios segundo o presidente da instituição. Para que se pudessem inscrever os futuros sócios deveriam pagar uma taxa de reserva de 500 euros, assim como a cota de 10 cêntimos. Daniel Caetano aponta que uma das principais dificuldades das cooperativas não era a criação de sócios e assegurar o pagamento, mas sim a concessão de crédito bancário que pudesse sustentar a opção de compra. Era apontado o valor de 40000 euros como um valor muito elevado para uma habitação, valor que um bairro tão pobre não poderia suportar. Face a este valor a renda a suportar rondaria os 350, 400 euros. Face às desistências o dirigente aponta que o dinheiro não seria restituído aos sócios.

Outras instituições no Bairro da Liberdade.

Depois de abordar as intuições que existiam no Bairro da Liberdade antes da construção do Eixo Norte-sul, é feita uma descrição das organizações que se estabeleceram posteriormente.

Quando se deu a construção dos conjuntos habitacionais projectados para o realojamento ao abrigo do Eixo Norte-sul/ PIMP, a Câmara Municipal de Lisboa, tentado dinamizar e diversificar o bairro, alugou algumas das parcelas integradas nos andares térreos dos edifícios a instituições profissionais sem cariz sindical ou organizações não lucrativas. Igualmente acreditando que alguns dos antigos moradores/comerciantes regressariam do Bairro Padre Cruz e reatassem a sua actividade, foram construídas algumas parcelas dedicadas ao pequeno comércio.

Hoje estas soluções são criticadas até pelos promotores da iniciativa, uma vez que os espaços se encontram desvalorizados e em muitos casos vazios. As intuições não criaram sinergias com os moradores, trabalhando voltadas para dentro de si próprias.

⁶⁵ Notícias de Campolide: *Cooperativa “Bairro da Liberdade volta a construir habitação”*, nº 24, pag.8 e 9, Janeiro/Feveireiro de 1993.

Sobre o mesmo assunto, o vereador Vasco Franco⁶⁶ reconhece em entrevista ao Público em 16 de Janeiro de 2004 que houve um excesso de construção no que toca aos serviços nos lotes da Rua B, zona de realojamento dos moradores afectados pelo Eixo Norte-sul. Essa situação está ligada à saída de alguns comerciantes aquando das obras e que não retornaram ao bairro. Muitos dos comerciantes eram igualmente moradores no bairro, tendo sido realojados no Bairro Padre Cruz. Alguns acabaram por pressionar a CML para arranjar soluções alternativas, nomeadamente pequenas indemnizações desistindo do retorno ao bairro.⁶⁷

Fundação da Criança. Instituição que veio para o bairro em 2004, ao abrigo de uma concessão de espaço por parte da Gebalis, empresa gestora do parque edificado ao abrigo do PIMP/PER. Tem a sua acção mais ligada às crianças que vivem nos prédios em que tem a sua sede, mas usa prioritariamente o espaço com actividades administrativas e de cooperação solidária com São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Desenvolve igualmente acções pontuais de animação sociocultural e pedagógica com algumas escolas do bairro, nomeadamente o Externato Educação Popular.

Associação APOIAR. Instituição de defesa dos antigos combatentes da Guerra Colonial, que não desenvolve qualquer relação com o bairro

Arquivo Municipal da CML. Mais um serviço integrado no bairro, mas que não mantém com este qualquer relação. Este arquivo é o resultado do reaproveitamento de um parque de estacionamento para moradores e visitantes do bairro depois da construção PIMP/Eixo Norte-sul que não foi utilizado.

Espaço “A Brincar” da CML. Constituído inicialmente como forma de apoio às crianças do bairro, institui-se igualmente como centro de aprendizagem e animação para outras crianças da cidade de Lisboa através das suas comissões de sinalização de situações de exclusão social infantil.

⁶⁶ Responsável camarário pelos realojamentos em 1993.

⁶⁷ Público: *Vasco Franco reconhece excesso*, 16 de Janeiro de 2004, pag.52

Conclusão

Neste primeiro ponto da investigação pretendo enunciar os aspectos de localização geográfica enquanto *bairro*, a evolução histórica e a presença de diversas instituições no Bairro da Liberdade.

No que concerne às dinâmicas de localização foi importante perceber a forma como administrativamente, através da Junta da Freguesia de Campolide, mas também socialmente, através do relato dos moradores, o Bairro da Liberdade era demarcado do vizinho Bairro da Serafina, ou como as suas situações deficitárias no campo habitacional poderiam ser associadas a outras parcelas da cidade vizinhas, partilhando igualmente este contexto de insalubridade e má qualidade residencial.

Abordando o contexto histórico de implantação do bairro, foi possível reconhecer as primeiras ocupações com funções residenciais, surgindo inicialmente o Bairro dos Arcos. Foi possível igualmente perceber a origem do nome *Liberdade*, conjunto habitacional que surge inicialmente junto à Estação Ferroviária de Campolide e que mais tarde se junta ao Bairro dos Arcos, unificando as duas ocupações sob o nome de Bairro da Liberdade.

Por fim a caracterização das instituições presentes. Se por um lado encontramos instituições fortemente ligadas ao bairro e que orientam a sua acção directamente para o mesmo, por outro encontramos algumas Associações de Professores, Organizações não Governamentais, Arquivo Fotográfico da CML, que usam o bairro unicamente como local de instalação das suas instalações, não desenvolvendo um trabalho conjunto e dirigido ao bairro.

Capítulo 2: Bairro da Liberdade: que pluralidade residencial?



Legenda: Habitações no Bairro da Liberdade em estrutura de pátio⁶⁸

⁶⁸ Fonte: *Lisboa SOS*: http://lisboasos.blogspot.com/2008/08/h-muitas-lisboas-dentro-de-lisboa_6346.html

Introdução

O objectivo deste capítulo da investigação é categorizar os diferentes tipos de alojamento existentes no Bairro da Liberdade. Para poder analisar o parque edificado com funções residenciais foi necessária a conjugação e articulação de dois factores: a observação directa no bairro e os relatos entre 1990 e 2006 do *Notícias de Campolide*. O primeiro factor foi desenvolvido principalmente enquanto exerci funções profissionais numa instituição localizada no bairro, no contacto com os moradores⁶⁹, ouvindo os seus relatos mas também a forma como olhavam o restante bairro. Com o *Notícias de Campolide*, tive acesso aos acontecimentos mais marcantes para o Bairro da Liberdade na área habitacional, possibilitando o conhecimento cronológico dos mesmos, assim como dos seus protagonistas.

Esta categorização inicia-se com a análise do processo de adjudicação do Eixo Norte-sul e conseqüente processo de deslocação e realojamento das populações lá concentradas. Desse modo o Bairro da Liberdade torna-se visível como *situação a resolver*, na medida em que será necessário fazer o realojamento dos moradores do bairro de *barracas* aí situado. Ao mesmo tempo a adjudicação deste eixo viário teve um efeito em todo o bairro, ressaltando outras situações de habitação degradada no restante bairro.

Foi igualmente importante reportar como se deu o processo de realojamento ao abrigo do PER. Tal como noutras parcelas de Lisboa, o Bairro da Liberdade foi alvo desta intervenção pública, realojando alguns moradores desalojados devido à derrocada de uma das encostas de Monsanto em 1997, assim como de outras situações de habitação abarracada na restante freguesia de Campolide.

Por fim foi necessário explicitar a existência de um parque edificado variável, mas que em muitas situações apresenta uma qualidade habitacional inferior. Estas habitações são resultado das diferentes ocupações residenciais do Bairro da Liberdade, que por diversas razões não foram integrados nos dois planos anteriores, sujeitas à degradação progressiva. Aqui abordo não só da necessidade de realojamento das situações mais prementes, mas também da reconversão total do bairro, dotando-o de uma estrutura de

⁶⁹ Como foi referido anteriormente os contactos com os moradores do Bairro da Liberdade foram mais próximos com os residentes nos edifícios de realojamento Eixo Norte-sul/PIMP.

arruamentos e serviços que permita uma progressiva melhoria das condições de vida destas populações.

2.1 Construção do Empreendimento PIMP/Realojamento do Eixo Norte-sul

A adjudicação do Eixo Norte-sul, novo executivo municipal e os primeiros contactos com a população e seus representantes

Na primeira edição do jornal *Boletim da Freguesia de Campolide*⁷⁰ após as eleições⁷¹ percebe-se um clima de tomada de posse de dois novos executivos: camarário e de freguesia, desta vez eleitos na mesma coligação⁷². Nesse artigo, a nova Junta de Freguesia acusa a anterior gestão camarária de “desleixo” face à não existência de soluções para aquela zona, aquartelando as necessárias consequências da construção que se previa. No texto, o novo executivo enuncia medidas e apresenta uma atitude dialogante com os moradores e agentes ligados ao bairro, num esforço de promoção deste e da sua reabilitação habitacional. Numa visita do Vereador da CML Vasco Franco ao bairro a Junta de Freguesia chama para interlocutor o Centro Paroquial de S. Vicente de Paulo. Esta reunião acontece em 21 de Maio de 1990⁷³. Um sentimento de partilha e de boas relações entre a Junta de Freguesia e CML está igualmente visível no início de 1992, quando são iniciadas as obras do Eixo Norte-sul no limite norte do Bairro da Liberdade

O Eixo Norte-sul, tal como o próprio nome indica, é uma via de circulação rodoviária que serve o concelho de Lisboa,⁷⁴ fazendo a ligação entre o sul e o norte da cidade. Liga a Ponte 25 de Abril (o trânsito da margem sul do Tejo) às principais redes viárias em Lisboa: 2ª Circular (ligação ao aeroporto, Sintra e Auto-estrada do Norte), A5 (Auto-

⁷⁰ Que mais tarde vai dar lugar ao *Notícias de Campolide*

⁷¹ *Boletim da Freguesia de Campolide, Eixo Viário Norte-sul*, Abril/ Outubro de 1990, nº 13, pag.1.

⁷² A Junta de Freguesia de Campolide era liderada por um executivo AD/ PSD desde 1976 e 1989 torna-se igualmente um ano marcante não só para a Freguesia como para o Concelho de Lisboa, sendo eleita uma lista composta por diversos partidos políticos orientados à esquerda do espectro político liderada por Jorge Sampaio.

⁷³ *Boletim da Freguesia de Campolide, Eixo Viário Norte-sul*, Abril/ Outubro de 1990, nº 13, pag.1.

⁷⁴ Sobre este assunto será importante referir que o percurso final do Eixo Norte-sul entre Alcântara e a CRIL (Circular Regional Interna de Lisboa) só foi inaugurado em 10 de Outubro de 2007, 16 anos depois da sua adjudicação. Público: *Ultimo troço do Eixo Norte-sul inaugurado sob críticas a atrasos na obra*, 10 de Outubro, 2007, versão Online, <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1307093>

estrada de Cascais) e A8 (Auto-estrada do Oeste). Apresenta igualmente virtualidades no trânsito rodoviário interno de Lisboa, na ligação entre Alcântara e as novas zonas de urbanização do Lumiar e Telheiras.

O Eixo Norte-sul foi adjudicado pela CML em 28 de Dezembro de 1989, no período de gestão final do executivo camarário⁷⁵. As eleições autárquicas decorreram a 17 de Dezembro de 1989, havendo já um novo executivo eleito mas não em funções. A crítica a esta tão atabalhoada decisão está patente na primeira edição analisada do *Boletim da Freguesia de Campolide*. Em jeito de nota de director, não criticando a decisão nem a sua legalidade, este novo representante da Junta de Freguesia levanta os problemas associados à necessária deslocação das populações e consequente realojamento definitivo. Mais tarde surgem críticas no que toca à necessidade de participação da CML nas obras e realojamento devido ao Eixo Norte-Sul: “*Mais uma pesada herança do executivo de Abecassis*”⁷⁶. Na mesma edição do Boletim o padre Crespo relata algumas notícias que se tinham espalhado pelo bairro acerca da construção do Eixo. Segundo estes relatos o Eixo Norte-sul iria avançar e não havia qualquer situação programada para o realojamento daqueles que residiam em toda a zona abrangida, dentro e fora do bairro.

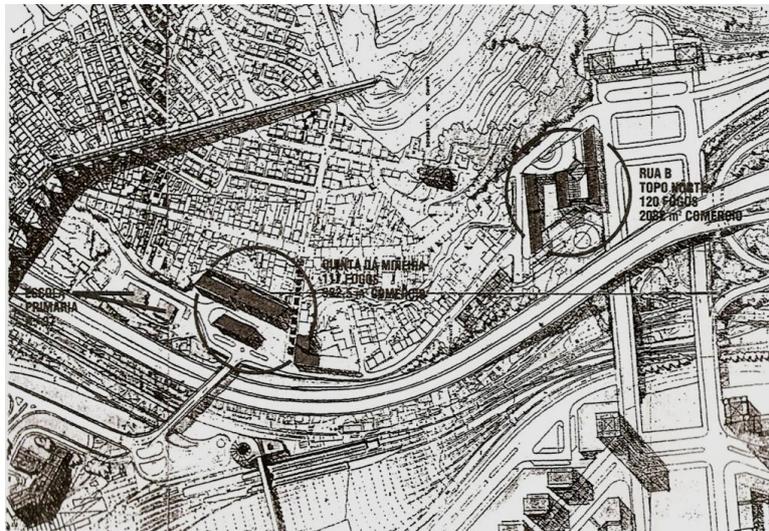
No comunicado da conferência de imprensa do presidente da CML,⁷⁷ é reconhecida a necessidade da construção da infra-estrutura e expropriação de terrenos implicando o realojamento de 750 famílias, cerca de 600 só no Bairro da Liberdade. No mesmo comunicado são apresentadas as condições em que se iriam realizar as obras: 27% dos fundos eram originários do FEDER, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. No que toca à expropriação de terrenos e realojamento, o financiamento de 50% seria feito através do INH, Instituto Nacional de Habitação e IGAPHE Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado. Os fundos restantes, 73% das obras e 50% dos custos associados à expropriação e realojamento aos quais a CML teria de pagar, viriam de um empréstimo a contrair na banca. No mesmo comunicado de imprensa o Presidente da CML reconhece que este é um esforço concertado com o

⁷⁵ Boletim da Freguesia de Campolide, *Eixo Viário Norte-sul*, Abril/ Outubro de 1990, nº 13, pag.1.

⁷⁶ Notícias de Campolide, *Moradores do Bairro da Liberdade realojados em habitações definitivas*, Julho/ Agosto, pag.3, 1992

⁷⁷ Este comunicado é apresentado no Boletim da Freguesia de Campolide, *Eixo Viário Norte-sul*, Abril/ Outubro de 1990, nº 13, pags. 2 e 3

plano de intervenção habitacional PIMP Plano de Intervenção a Médio Prazo, aumentando os encargos financeiros e capacidade de endividamento da câmara municipal. É levantada a questão dos comerciantes (serralharias e oficinas automóvel), mas também dos pequenos negócios (cafés e mercearias) que ficariam afectadas pelo início das obras do Eixo Norte-sul. Alguns comerciantes foram instalados noutras zonas do bairro em instalações provisórias, mas devido à conseqüente saída de pessoas do bairro abandonaram essa actividade. No mesmo artigo é salvaguardada a construção de instalações desportivas para o Liberdade A.C. junto às já existentes na altura.



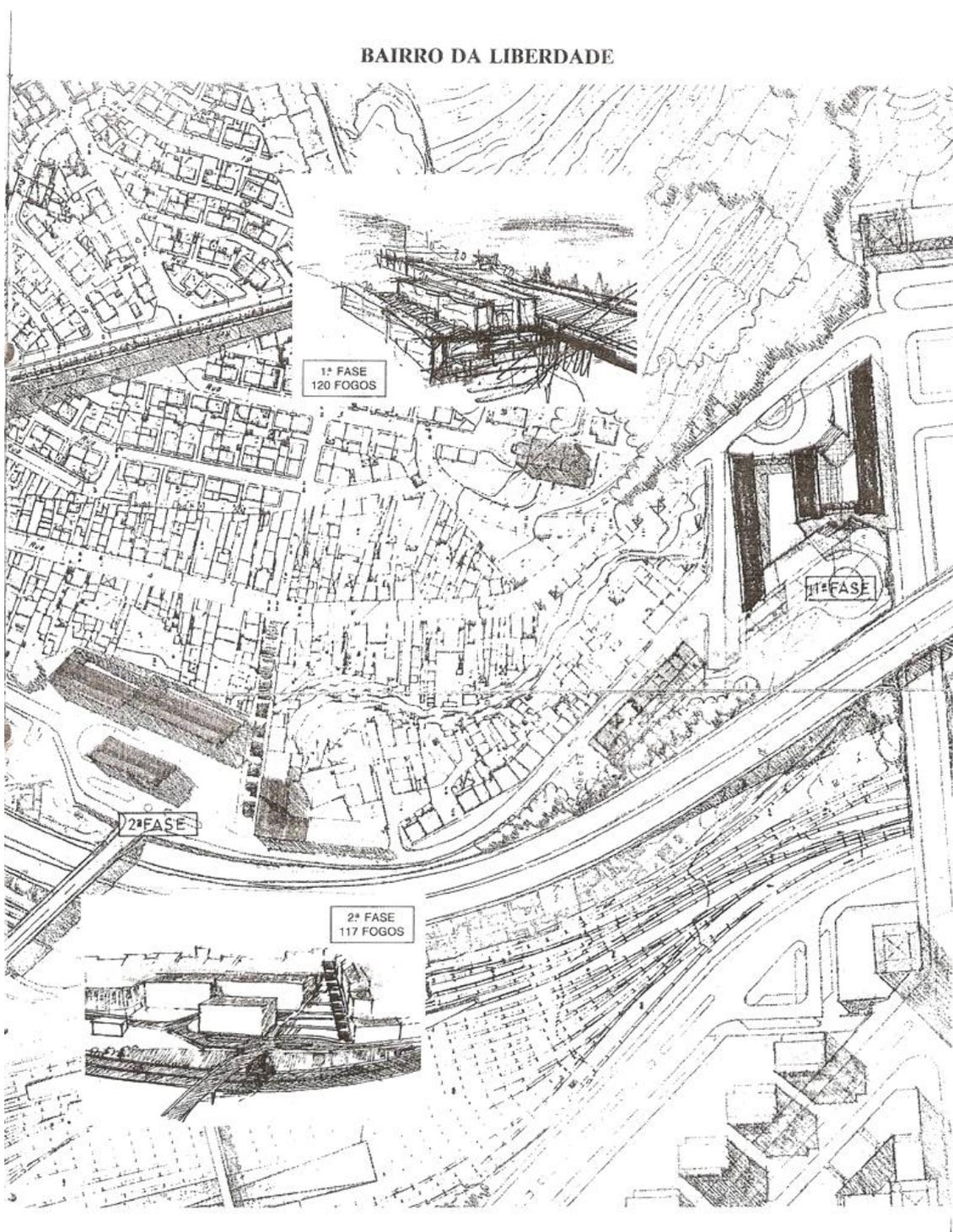
Legenda: Representação dos dois projectos de construção habitacional⁷⁸

Na capa do *Notícias de Campolide* de Janeiro, Fevereiro de 1992, na pag.1 é apresentada uma imagem da planta final com a seguinte área: 120 fogos e 2083 m² de áreas comerciais junto ao eixo Norte-sul. Simultaneamente a Junta de Freguesia anuncia a construção de 117 fogos na Quinta da Mineira (para realojar situações de habitação abarracada) e 20 fogos cedidos pela Cooperativa de Habitação Económica do Bairro da Liberdade para os desalojados do Eixo Norte-sul. A seguinte citação do mesmo artigo e imagens ilustram este contexto de lançamento de novas obras:

“ A Câmara Municipal de Lisboa nessa reunião confirmou a promessa feita numa outra reunião efectuada no Centro Paroquial de São Vicente de Paulo, de realojar em Campolide cerca de metade das famílias. Por isso está em estudo um projecto de construção e 120 fogos no Topo Norte da rua B, 117 fogos na Quinta da Mineira e 20 outros fogos cedidos pela Cooperativa de Habitação do Bairro da Liberdade.”⁷⁹

⁷⁸ Notícias de Campolide: *Realojamento das famílias será definitivo e negociado*, Janeiro, Fevereiro de 1992, pag.1

⁷⁹ Idem, pag.4



Legenda: Uma representação dois projectos, agora por parte da CML.: ⁸⁰

⁸⁰ CML: *Lisboa, Habitação 92*, Gabinete de Estudos Olisiponenses.

O início das obras do Eixo Norte-sul no Bairro da Liberdade e o processo de deslocação das populações

“Esta fase abrangeu a zona do Bairro localizada no sopé da encosta e ao longo da via férrea, implicando a demolição de parte da Rua B, toda a Rua C, Sítio do Olival, Quinta do Cardim, Calçada da Estação, Rua das Águas Livres, Vila Castelo, Vila Vilhena, 1ª Rua Particular, Rua e Travessa da Pedreira”⁸¹.

As primeiras operações a iniciar no Bairro da Liberdade estavam previstas para Abril de 1992 conduzindo à necessidade de realojamento das populações residentes. Situadas na zona de ligação actual do bairro ao Eixo Norte-sul, extremo norte, 32 famílias⁸² seriam as primeiras a abandonar o bairro tendo como destino os Bairros Padre Cruz e Furnas. Foi a partir de 1992 que se começou a discutir, tanto a nível autárquico⁸³ como na comunicação social, o deslocamento forçado das populações afectadas para zonas da cidade como as Furnas, Bairro Padre Cruz ou Musgueira. Mais tarde este número é alargado a 600 famílias podendo apenas menos de metade retornar ao Bairro:

“Cerca de metade dos moradores que serão despejados das suas casas no Bairro da Liberdade, devido à construção do Eixo Norte-sul, poderão ser realojados na mesma região da Freguesia de Campolide. Esta promessa foi feita ontem pelos Vereadores Vasco Franco (...). “As propostas da Câmara não nos agradam” disse Manuel Rafael Lopes, da Comissão de Moradores. Embora não disponha de números concretos, a Comissão estima que das 600 famílias que serão despejadas, poucas desejam sair do bairro. “Há possibilidades de realojamento para quase todas as famílias”, disse Lopes”⁸⁴

“A Câmara Municipal vai fazer um inquérito aos moradores do Bairro da Liberdade para saber, “um a um” qual a opção que escolhem entre as propostas apresentadas pela autarquia, depois estabelecerá critérios para determinar quais as 250 famílias que poderão permanecer”⁸⁵

São apresentadas por parte do vereador da CML Vasco Franco as três diferentes fases de saída do bairro: Julho, final de Setembro e final do ano de 1992. Na edição de Novembro do *Notícias de Campolide* de 1992 são propostas três opções de realojamento pelo vereador: realojamento definitivo ou provisório no Bairro Padre Cruz, realojamento noutras zonas do bairro⁸⁶, ou até mesmo o pagamento de indemnizações que permitissem a compra de casas noutras zonas. Alguns dos moradores, sobretudo idosos e pensionistas, acabaram por aceitar esta última opção

⁸¹ CD ROM, CML, Divisão Municipal de Habitação: “*Caracterização Sócio-Económica do Bairro da Liberdade*”, apresentação do Plano de Elaboração da Proposta de Reconversão do Bairro, em Dezembro de 2006

⁸² Segundo Vasco Franco in Público: *Inquérito aos Moradores do Bairro da Liberdade*, pag.51, 29 de Janeiro de 1992

⁸³ Através do pelouro de habitação da CML e da Junta de Freguesia de Campolide

⁸⁴ Público, *Liberdade: 250 famílias poderão ficar no Bairro da Liberdade*, pag.46, 23 de Janeiro de 1992

⁸⁵ Idem: *Inquérito aos moradores do Bairro da Liberdade*, 29 de Janeiro de 1992, pag.51

⁸⁶ No que toca especialmente aos mais idosos que necessitavam do apoio assistencial do Centro Paroquial São Vicente de Paulo.

retornando à terra de origem. Na mesma edição do *Notícias de Campolide* são apresentados alguns números relativos à situação de habitabilidade em Campolide: 758 barracas, 191 pátios e vilas, e centenas de prédios degradados, situações que se previa que não fossem minoradas pela construção do Eixo Norte-sul, uma vez que a sua construção não implicava a destruição destas soluções habitacionais. Desta forma a Junta de Freguesia apelava à recuperação de todo o parque edificado.

“As obras do Eixo Norte-Sul, em Lisboa, estão a provocar o realojamento apressado das populações que habitam no seu caminho. **O destino dos desalojados é um conjunto de 200 casas precárias do Bairro do Padre Cruz (ênfase meu)**. Uma situação que os traz descontentes, mas que a Câmara garante ser meramente transitória (...) Perante a urgência de prosseguir com os trabalhos do Eixo Norte-Sul e de libertar (porventura já a manhã de hoje) os terrenos ocupados pelos referidos bairros, na sua maioria constituídos por barracas, o município está a fazer realojamentos em casas precárias e degradadas do Bairro Padre Cruz” (...) As casas de Lusite do Padre Cruz, construídas há mais de 30 anos, foram destinadas aos desalojados pelas obras de acesso à Ponte 25 de Abril. Das 225 famílias que ali viviam 100 já foram realojadas nos novos fogos de habitação social que o Município ali está a construir, as restantes sairão até final do Verão. No seu lugar ficarão as famílias desalojadas pelo Eixo Norte-sul.”⁸⁷

1993: Chegada das obras ao Bairro da Liberdade e a emergência do PER.

O processo anteriormente descrito teria desenvolvimentos muito importantes no ano de 1993: a chegada das obras do Eixo Norte-sul às fronteiras do bairro, implicando a desocupação de terrenos e a emergência de um novo clima de discussão em torno das situações de insalubridade habitacional nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, que culmina no estabelecimento de políticas centrais de intervenção pública nestas áreas. São dois acontecimentos que fomentam a discussão sobre a situação de habitabilidade em toda a cidade de Lisboa, sendo o Bairro da Liberdade um dos locais a reconverter. Estes são também os anos da visibilidade pública do combate às barracas no concelho de Lisboa, em esforços concertados entre Autarquias e Estado Central. No Boletim *Notícias de Campolide* de Março de 1993⁸⁸ há uma referência ao anúncio do Governo em que este se propõe a acabar com as barracas em todo o país. O Vogal da Habitação da Junta de Freguesia de Campolide, António Henrique, insurge-se dizendo que “são apenas vontades”, na medida em que não constavam do Orçamento de Estado de 1993, sendo passada para as autarquias a responsabilidade sobre terrenos, realojamentos, projectos e 50% do orçamento.

⁸⁷ Público: *Realojamentos em casas abarracadas*, 12 de Junho de 1992, pag.12

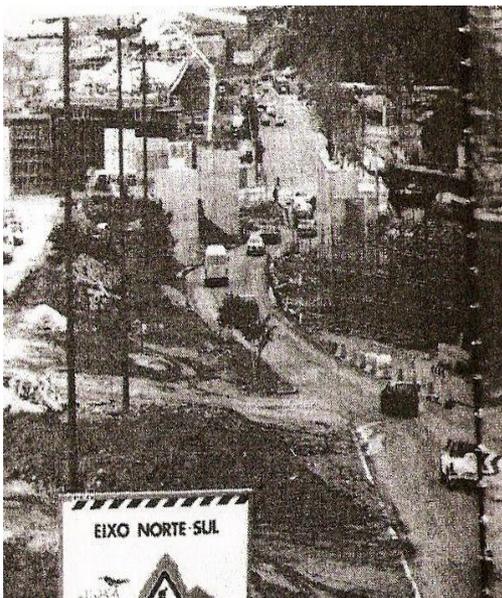
⁸⁸ Notícias de Campolide: *A propósito do Eixo Norte-Sul: Campolide reivindica condições dignas de habitação para os desalojados*, n.º 25 Março/Abril de 1993, pag.8.

No bairro, a situação tem outra feição. Por um lado, avançam as obras do Eixo Norte-sul, dando-se desde logo uma reacção dos moradores em relação a este acontecimento, com alguma resistência face à não existência de alojamento conveniente, sendo dispersos entre o Bairro Padre Cruz e outras zonas da cidade. Por outro lado, a população encarou com alguma dificuldade a saída do bairro uma vez que já estava ali radicada há muito tempo. Previa-se a permanência nesses locais por dois anos. A mudança das famílias dos estudantes seria feita durante os períodos de férias escolares para evitar quebras.

O segundo acontecimento é o lançamento em 7 de Maio do PER, Plano Especial de Realojamento, programa que permitia a construção de habitação com comparticipação estatal, europeia e camarária. Este constituiria mais uma fonte de financiamentos para poder realojar alguns dos desalojados de 1997⁸⁹, assim como de alguns moradores em barracas dispersas pelo bairro e pela restante freguesia de Campolide. Com o Plano Especial de Realojamento, pela primeira vez e de uma forma relativamente concertada, revela-se uma acção mais forte por parte do Estado Central promovendo habitação a custos reduzidos para populações que viviam na modalidade “barraca”. Todo este período é igualmente marcado pela actividade mais visível por parte da CML, através do seu presidente Jorge Sampaio e do seu vereador para o pelouro da Habitação Vasco Franco, sobretudo na participação em diferentes conferências e encontros ligados à problemática habitacional.

Em resultado das notícias que circulavam sobre o início da construção de habitações a custos reduzidos, várias pessoas começaram a telefonar para a Junta de Freguesia a perguntar como poderiam fazer para se inscrever, se poderiam ir viver para o bairro futuramente, como podiam ter acesso às casas. A resposta apontava para dois anos. Dando conta que este programa não iria tocar todas as situações de insalubridade, o Vogal de Habitação da Junta de Freguesia de Campolide chama a atenção para a existência dos pátios. Em Campolide eram cerca de 200 com condições piores do que em muitas barracas e que acabariam por não ser integrados nos planos de realojamento. A não integração destas situações estaria ligado ao facto das suas construções não implicarem com a construção do Eixo Norte-sul.

⁸⁹ Segundo fonte moradora no bairro.



Legenda: Início das obras do Eixo Norte-sul⁹⁰

Mas o processo de deslocação das famílias a serem realojadas não foi feito de forma contínua e sem resistência. Neste tipo de processos fica patente a vontade de muitos dos moradores em continuar a residir no bairro, com o qual construíram relações afectivas fortes. Alguns moradores também resistiram à destruição das suas casas, no sentido de valorizar a sua propriedade, iniciando processos em tribunal devido à avaliação dos imóveis.

A citação seguinte ilustra a tensão social resultante deste processo:

“Os funcionários da Câmara Municipal de Lisboa (CML) tinham ordens para executar: prosseguir os trabalhos de demolição das habitações no Bairro da Liberdade, na freguesia alfacinha de Campolide, por onde vai passar o eixo Norte-sul (...) Desta vez, porém a “estória” foi diferente: Vítor Cabral, gerente comercial, de 40 anos, locatário do número 66/B da rua C, tentou resistir ao despejo, agarrando-se às grades de ferro da porta, tendo acabado por se cortar nos estilhaços de vidro. Depois, ao ver a porta arrombada por uma grua hidráulica, o morador ameaçou matar-se a si e à esposa, enquanto na rua o filho do casal, de 16 anos, temia o pior sabendo que o pai tinha uma pistola no bolso. (...) Argumentava que não saía enquanto o tribunal não avaliasse a sua casa porque, durante os 18 anos que ali viveu, empatou na habitação mais que a soma oferecida (...) Manuel Veloso, director do Projecto dos Acessos a Lisboa e representante da autarquia, explicou na ocasião que foi proposto àquela família uma indemnização de 15 mil contos relativa á sua casa. A família não aceitou e exigiu 45 mil contos de indemnização. Tendo a Câmara recusado a contraproposta. Vítor Costa accionou um processo contra a autarquia, cujo julgamento começa hoje.”⁹¹

Mas não só. A questão das contrapartidas oferecidas aos moradores, como se compreende pela citação, foi recebida de diferente forma. Encontramos de um lado, moradores que apenas alugavam a casa insalubre ou barraca e que facilmente sairiam esperando uma melhoria nas condições de vida no Bairro Padre Cruz. Surgem relatos que referem a má qualidade das casas existentes, a potencial precipitação nas soluções apontadas, assim como a necessidade *imperiosa* de libertar terrenos. Por outro, encontramos os proprietários (em muitos casos moradores) e comerciantes que viram as suas condições de vida piorar. Os seus imóveis foram avaliados por baixo do seu valor

⁹⁰ Notícias de Campolide, *A propósito do Eixo Norte-Sul: Campolide reivindica condições dignas de habitação para os desalojados*, Março/Abril, 1993, Pag.9

⁹¹ Jornal de Notícias: “Resistência a demolições no Bairro da Liberdade”, 12 de Março de 1993, pag.10

real (segundo os antigos moradores), os seus negócios de bairro foram deslocados para outras zonas da cidade, os que se mantiveram perderam conseqüentemente clientes devido aos futuros processos de desalojamento, levando ao abandono de algumas actividades no bairro com conseqüências naturais em termos de desemprego e progressivo esvaziamento do bairro, sobretudo de actividades e funções que asseguravam um mínimo de abastecimento e serventia aos seus residentes.

Ao serem realojados noutros locais da cidade, muitos dos antigos moradores criaram laços nos locais de realojamento provisório que se tornaram permanentes. Grande parte dos moradores que foram realojados no Bairro Padre Cruz acabou por aceitar as propostas da Câmara e ficar definitivamente nesse mesmo bairro. Muitos dos desalojados desenvolviam actividades comerciais de venda ambulante e acabaram por não voltar para o bairro. Alguns comerciantes tiveram de ser apoiados, sendo proposta a construção de pré-fabricados para colmatar as dificuldades sentidas, solução esta que foi destruída posteriormente.

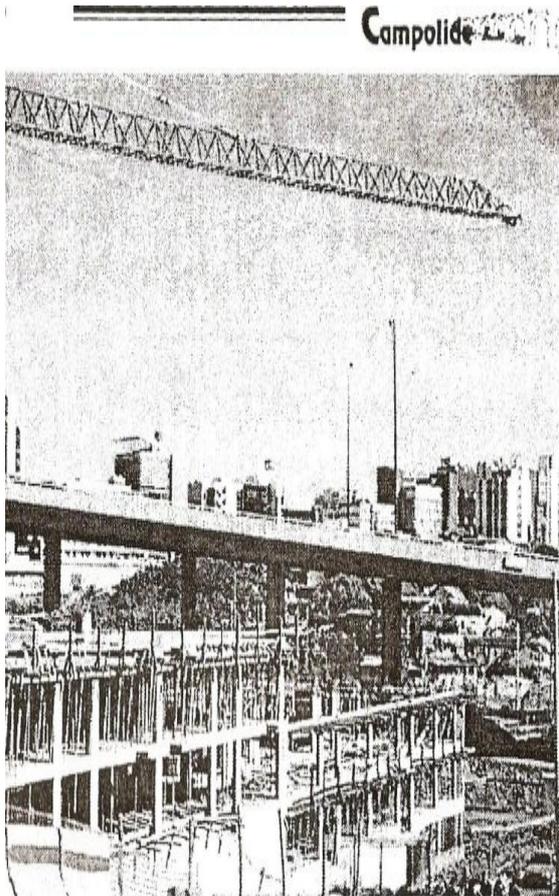
Não obstante, as fontes consultadas apontam que a deslocação das 600 famílias do Bairro da Liberdade, aquando da construção do Eixo Norte-sul, deu-se maioritariamente em 1993. A maioria dos casos decorreu sem grande contestação por parte dos moradores. Em Julho de 1994 restavam 6 famílias que estavam incluídas no plano de realojamento mas que por razões várias ainda se mantinham no bairro. Alguns tinham contestado as casas atribuídas, quando era essa a condição, ou tinham contestado judicialmente as indemnizações propostas para pagamento das suas parcelas de terreno no bairro. Há por parte de alguns dos proprietários a percepção da ocasião de negócio que estava implícita à necessidade dos terrenos, uma vez que grande parte do bairro onde iria passar a infra-estrutura já estava destruído: “Os senhores da Câmara é que precisam do meu terreno. Eles é que têm de resolver o problema”⁹². Este relato é demonstrativo de uma atitude vincada.

Com a saída de muitos dos moradores daquela zona, mas também associado ao processo de desmantelamento do Casal Ventoso, o Bairro da Liberdade passa a ser alvo da permanência de alguns toxicod dependentes que começam a usar as casas em escombros

⁹² Lucília Leal , proprietária de um terreno na zona de passagem do Eixo Norte-sul in Público, *Senhor aqueduto diga* 33, 5 de Julho de 1994, pag. 2

como *sala de chuto*, aumentando o sentimento de insegurança por parte dos moradores do bairro. A degradação física e social que se fazia sentir no bairro era complementada com os roubos de material de construção por parte de alguns elementos exteriores ao bairro.⁹³

Adjudicação e início da construção dos edifícios de realojamento PIMP/ Eixo Norte-sul



Legenda: Construção do Eixo Norte-sul/PIMP⁹⁴

Em Maio de 1995 foi dada a conhecer através do *Notícias de Campolide* proposta do vereador de habitação da CML Vasco Franco para a localização e construção de alojamentos no Bairro da Liberdade para realojar os deslocados do Eixo Norte-sul. Estas construções concentram-se junto à rotunda que liga o Bairro da Liberdade à restante zona de Sete Rios e ao Eixo Norte-sul. Na mesma publicação o vereador refere as futuras construções na chamada Quinta da Mineira, também no Bairro da Liberdade. Nos dias 17 e 31 é aprovada pela CML a realização de um concurso público para a construção destas habitações.

Numa entrevista dada pelo vogal da habitação da Junta de Freguesia António Henrique⁹⁵ é apontado o período de dois anos para o realojamento definitivo das pessoas que foram para o Bairro Padre Cruz, fixado o número de 250 famílias a realojar após o final das obras, englobando os dois núcleos, Eixo Norte-sul e Quinta da Mineira. Surge ainda nesta edição a referência a alguns moradores que viviam em barracas que

⁹³ Público, *Senhor Aqueduto diga*, 33, 5 de Julho de 1994, pag. 2

⁹⁴ *Notícias de Campolide: Bairro da Liberdade*, Janeiro/ Março de 1999, pag.7,

⁹⁵ *Idem: A propósito do Eixo Norte-Sul: Campolide reivindica condições dignas de habitação para os desalojados*, Março de 1993, pag.8

não implicavam directamente com a construção do Eixo Norte-sul e que se mantiveram no bairro até irem para as futuras casas. Este foi o caso de uma das principais fontes no bairro, a D. Maria José.

A composição social do conjunto edificado de 126 fogos em 15 lotes com o nome de Urbanização Vale de Alcântara tem uma “natural” diversidade de proveniências: população moradora que foi realojada provisoriamente no Bairro Padre Cruz; uma outra que se manteve no bairro durante a construção do Eixo Norte-sul e uma importante parte dos moradores que não tinham qualquer relação com o bairro, vindos do bairro de barracas da Bela Flor, localizado igualmente na Freguesia de Campolide, entre a Estação Ferroviária de Campolide e a Avenida Engenheiro Duarte Pacheco.

Da parte do município, a arquitecta da C.M.L que entrevistei em por mim em 2007, aponta para o número de 51 famílias, as que sendo moradoras no bairro e realojadas provisoriamente no Bairro Padre Cruz que regressaram no final de todo o processo. Verifica-se assim uma desertificação do bairro no momento em que percebemos que das 600 famílias a serem deslocadas apenas 51 regressaram ao bairro após todo o processo. Adquire-se, com efeito, uma boa noção dos efeitos sociais e urbanos dentro daquela parcela do território. A responsável autárquica acaba por reconhecer que estes processos não podem ser feitos de uma forma rígida, até porque durante o processo de programação e construção destas habitações, muitas pessoas mudam de condição profissional, os seus filhos desenvolvem solidariedades nos locais “provisórios” de realojamento, tornando-se assim permanentes, não acontecendo o retorno ao local de origem.

No final do processo, as famílias foram desalojadas em 1993 e a construção das 126 habitações junto à casa do Guarda-florestal foram só terminadas em 2000. No mês de Outubro⁹⁶ desse mesmo ano, as primeiras famílias começam a ocupar os 126 fogos recentemente construídos para dar abrigo a alguns moradores desalojados. O processo de realojamento foi coordenado pela CML, com acusações de favorecimento pessoal por parte de alguns moradores. A afirmação vem dos moradores de habitações não abarracadas que não são contemplados no plano de realojamento.

⁹⁶ Conforme fonte residente



Legenda: Imagem de dois dos três blocos construídos em 2000⁹⁷

O processo de construção destas habitações esteve enquadrado no programa PIMP, Programa de Intervenção a Médio Prazo, com base na parceria entre diferentes entidades: Câmara Municipal de Lisboa, Instituto Nacional de Habitação e o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado. Este programa foi assinado em 1987, prevendo o realojamento de situações de insalubridade habitacional ou insegurança. Estabelecido entre estas entidades, quer através de financiamentos directos do Estado Central quer pelo endividamento na Banca, promoveram um conjunto de habitações para populações que não conseguiam chegar ao mercado habitacional regular, ou que tiveram de ser deslocadas pela necessidade de terrenos.

“Um protocolo celebrado em 1987 entre a Câmara Municipal de Lisboa, o INH e o IGAPHE estabeleceu o Programa de Intervenção a Médio Prazo, prevendo a construção de 9.898 fogos destinados ao realojamento das famílias residentes nos principais bairros municipais provisórios (com excepção da Musgueira) e em alguns núcleos de barracas.”⁹⁸

Segundo Francisco, Luís (2002) o PIMP inaugura uma nova política habitacional marcada pela desresponsabilização do estado português face à sua intervenção. Abandonada que estava a intervenção directa do Estado através do FFH (Fundo de Fomento da Habitação) desde 1982, com a criação do INH (Instituto Nacional de Habitação), surge uma nova relação entre o Estado português e a sua política habitacional. Com funções puramente de análise e estudo e não de promoção directa, o INH apresenta-se como um sinal de falência nas respostas às necessidades habitacionais

⁹⁷ Fonte: Imagem colhida pelo autor

⁹⁸ CML: *Lisboa, Habitação 92*, Gabinete de Estudos Olisiponenses

para as populações mais desfavorecidas. Em 1987, é formado o IGAPHE (Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado), que confirma ainda mais esta tendência, tentando gerir o património habitacional produzido pelo FFH.

Os anos 80 e o processo de imigração africana que se fez sentir daí em diante vieram avolumar o nível de insalubridade e clandestinidade. É necessariamente uma mudança de paradigma, na medida em que caberia mais uma vez ao sector privado a resolução de um problema que desde 1969, com a formação do FFH, até 1982 tinha sido associado ao sector público. A promulgação deste diploma marca o fim da participação directa do Estado Central na questão habitacional, que mesmo com erros, cede o espaço às municipalidades, cooperativas e privados. O autor revela o contexto de crise económica que Portugal sentiu entre 1983 e 1985, obrigando a uma reestruturação das despesas públicas.

“Tal como havia acontecido anteriormente, nomeadamente durante a 1ª República e também no Estado Novo, à demissão do Estado Central, enquanto elemento regulador e promotor de habitação para estratos de população insolventes e carenciadas de habitação, correspondeu, uma vez, mais um novo surto de especulação fundiária e imobiliária que ganha revigorado fulgor (...) É neste cenário marcado pelo agravamento da situação habitacional no país, claramente resultante da incúria e do alheamento a que a política liberal havia remetido esta forma de promoção, e onde o Estado de uma posição de **pura demissão para de desresponsabilização (ênfase meu)**, com a transferência e consequente partilha de responsabilidades que eram exclusivamente suas, o que não deixa também de constituir um evidente sinal de falência ou pelo menos de incapacidade (...)”⁹⁹

“ São dois os promotores, cooperativas de habitação e empresas de construção (no âmbito dos CDH), que desde os tempos do FFH persistem em produzir, anualmente, algumas centenas de habitações a preços moderados”(...) A Habitação a custos controlados (nova designação que substituiu a estigmatizada habitação social) para venda teve, na década de 80, os seus momentos mais importantes beneficiando da cedência de terrenos pelas câmaras que, assim, através de bolsas de solo disponível, tentavam criar uma oferta de habitação a preços moderados”¹⁰⁰

Segundo Gomes, João (2001) o PIMP tinha um alcance inicial de 9.698 fogos e no final de vigência do programa em 1993, com o início do Plano Especial de Realojamento, foram construídos 7557 fogos. Este programa foi usado numa multiplicidade de locais: Chelas (Bairro das Flamengas e Armador), Bairro das Furnas (que fica junto do Bairro

⁹⁹ Francisco, Luís Pedro: *Lisboa - Experiências Pioneiras em Habitação Social e Políticas de Habitação*, Texto policopiado, Dissertação para a obtenção de Mestre em Arquitectura da Habitação, Universidade Técnica de Lisboa, Fevereiro de 2002, pag.188

¹⁰⁰ Eduardo Vilaça, *O Estado da Habitação, Medidas sem Política num País Adiado*, in *Cidades, Comunidades e Territórios*, pag.85, Dezembro de 2001

da Liberdade) ou mesmo o Bairro Padre Cruz para onde, recorde-se, foram morar provisória e definitivamente alguns desalojados das obras do Eixo Norte-sul¹⁰¹.

Percebi assim que o programa estava profundamente ligado ao uso dos terrenos para a construção de duas grandes infra-estruturas: o Eixo Norte-sul e Parque das Nações. Ao analisar estes dois pontos de intervenção, o Bairro da Liberdade e o actual Parque das Nações, percebi que esta necessidade de libertação de espaço urbano para outras utilizações que não a habitacional - pelo menos em primeiro plano - prevaleceu face à existência de uma condição habitacional degradada. Na verdade, tanto no caso da zona oriental de Lisboa¹⁰² como no caso do Bairro da Liberdade, foram a Expo 98 e o Eixo Norte-sul que prevaleceram sobre a necessidade de realojamento destas populações. A dimensão nacional das duas concretizações acabou por ditar os efeitos do programa PIMP, na sua generalidade, mas também no que se relaciona com a especificidade do Bairro da Liberdade.

No que toca aos aspectos mais gerais, teremos de ter em conta a prioridade do programa. Em primeiro lugar seria dotar de condições de habitabilidade um conjunto de agregados que directamente não conseguiriam ter acesso a uma casa com condições condignas no mercado livre, sendo necessário o seu realojamento provisório e definitivo. É afirmada a condição de quase insolvência económica dos candidatos, propondo-se soluções habitacionais para estas pessoas.

Mas no que se refere aos aspectos mais específicos, há que referir a constituição de um sentimento de exterioridade por parte dos moradores face a este tipo de intervenção. O bairro passa a ser mais ou menos importante para a administração central e olhar público, se dentro dele são desenvolvidos um conjunto de processos que lhe são exteriores. Na verdade não foi a habitação insalubre que ditou o realojamento mas a necessidade de deslocação daquelas populações para a construção do Eixo Norte-sul. Dá-se assim uma primazia da necessidade de nível metropolitano e nacional do Eixo Norte-sul perante a existência de habitação degradada. Deste modo o bairro torna-se visível e conseqüentemente alvo de possíveis intervenções de requalificação urbana.

¹⁰¹ Fonte: CML: *Lisboa, Habitação 92*, Gabinete de Estudos Olisiponenses.

¹⁰² Com a conseqüente remoção do parque industrial instalado nesta zona da cidade e habitação insalubre

Este sentimento poderá ser analisado em comparação com outras zonas da cidade de Lisboa. Nas áreas que são conhecidas hoje como Parque das Nações estava localizada um conjunto de empreendimentos industriais que tiveram de ser deslocalizados para outras áreas e também um conjunto de habitações abarracadas junto ao local onde se localiza a ponte Vasco da Gama. Recorrendo ao estudo sobre Impactes Sociais e Urbanos promovido pelo Centro de Estudos Territoriais¹⁰³ a pedido da *Lusoponte*, empresa concessionária da nova travessia do Tejo, são apresentados alguns parâmetros que pretendem estudar os impactos da introdução de uma grande estrutura como a ponte Vasco da Gama junto de populações que não iriam beneficiar directamente da mesma.

A avaliação realizada pelos moradores é díspar uma vez que as suas motivações eram também diferenciadas. Alguns moradores levantam a evidente melhoria da qualidade do seu alojamento e outros, geralmente mais jovens, apontam um conjunto de erros já identificados noutros bairros de realojamento: uma localização periférica, a quebra de antigas redes de sociabilidade e a não reabilitação dessas mesmas com os novos vizinhos, fenómenos de segregação e estigmatização por parte da restante cidade. O estudo refere exterioridade por parte dos moradores no momento em que estes percebem a necessidade desses terrenos para a construção de infra-estruturas que a restante comunidade considera fundamentais. Os moradores são passados para segundo plano, uma *peça de xadrez* que se pode mover e *encaixotar*, seguindo a frase já antiga de que as pessoas não são coisas que se ponham em gavetas.

A intensidade do sentimento de exterioridade destes agentes está também ligada às formas de organização e pressão que possam mobilizar face aos poderes administrativos. Aqui abordamos o grau de autonomia que os moradores apresentam, contactando e acompanhando os processos directamente, intervindo nas soluções finais quando possível.

No Bairro da Liberdade identifiquei um conjunto de relações de mediação moradores/Estado Central (aquando do realojamento aquando da edificação do Eixo Norte-sul), moradores/Autarquia (através do PER) e sócios/Cooperativa. Nestas situações percebe-se que foram os moradores que se empenharam mais fortemente e que

¹⁰³ Cidades, Comunidades e Territórios: “*Impactes Sociais e Urbanos da Ponte Vasco da Gama*”, Junho de 2001

tinham uma baixa condição económica, que puderam ter acesso a uma habitação participada no espaço do bairro.

Apesar das acusações de corrupção e entrega indevida de casas que acompanharam estes processos, a atitude perseverante esteve presente nos moradores que pretenderam voltar ao bairro depois das deslocações de 1993 (Eixo Norte-sul) e 1997 (deslocamentos de terras), ao pressionarem a CML e poderes públicos para a sua inclusão nos projectos a decorrer no Bairro da Liberdade. Outros antigos moradores desalojados, muitas vezes mais distantes das decisões que estavam a ser tomadas, acabaram por permanecer no Bairro Padre Cruz não retornando ao seu lugar de origem. São igualmente os moradores que se associaram à Cooperativa do Bairro da Liberdade, ao inscrever-se no momento em que a instituição dava os seus primeiros passos, dando o seu contributo financeiro para a mesma, que tiveram acesso à maioria das habitações¹⁰⁴. As intervenções mais localizadas que se deram no bairro - a cedência de materiais para a conservação ou beneficiação de algumas construções - tiveram de ter a participação activa dos moradores, sendo necessária a sua pressão face às diferentes instituições em campo: a CML e J.F. de Campolide.

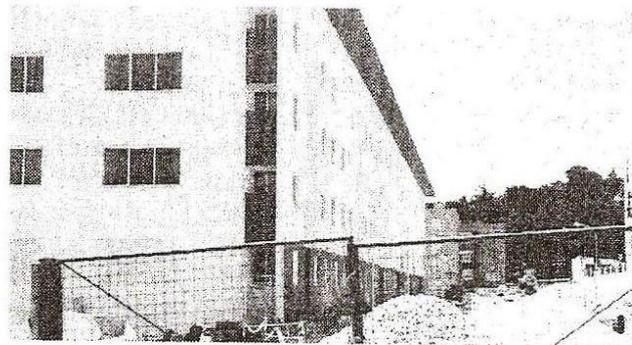
Muitas vezes conflituosa, com alguns atrasos e percalços, é reconhecida a existência de um conjunto de relações de mediação entre estas partes, que seriam mais frutuosas para os moradores que se mostraram mais dinâmicos. Não estranhamente, a parte do bairro que se encontra em pior situação de habitabilidade é a parte mais envelhecida e com uma maior experiência em situações de insalubridade, não expressando grande expectativa face à resolução futura do bairro. Aqui percebemos que os moradores não são uma amálgama indiferenciada, havendo naturalmente diferenças de opinião e fundamentalmente uma clara diferença no grau de autonomia.

¹⁰⁴ Conforme anteriormente afirmado, 80% das habitações construídas pela Cooperativa do Bairro da Liberdade foram destinadas a sócios da instituição, sendo as restantes entregues a moradores desalojados do Eixo Norte-sul.

2.2 Construção do Empreendimento PER

Processo de Adjudicação PER

Este processo habitacional anunciado pela CML em Maio de 1995, tinha o objectivo de realojar um conjunto de pessoas residentes na freguesia de Campolide, promovendo uma forma de habitação para as situações abarracadas que teriam de ser reconvertidas, mesmo que não tivessem implicações com a construção do Eixo Norte-sul. Em 2001 dá-se o realojamento de 64 agregados¹⁰⁵ junto ao Centro Paroquial de São Vicente de Paulo ao abrigo do Programa PER, dando resposta habitacional a algumas famílias da freguesia de Campolide.



PER – Bairro da Serafina

Legenda: Construções PER em construção¹⁰⁶

Deste modo surge um conjunto habitacional que geograficamente se afasta do núcleo central do bairro, que seriam as Escadinhas da Liberdade. A própria zona pensada para a intervenção, a zona da Mineira junto a essas escadinhas, acabou por ceder obrigando ao deslocamento das populações que residiam junto àquela escarpa. Em 1999 o vogal de Habitação da Freguesia de Campolide levantava esta impossibilidade:

“Na impossibilidade de se construir na zona da Mineira, junto às Escadinhas da Liberdade, por se tratar de uma área de aterros do Aqueduto das Águas Livres e não oferecer condições de segurança (...) A construção de habitações será feita no antigo campo de jogos, junto à Igreja Paroquial de S. Vicente de Paulo, enquadrando-se assim na nova urbanização da Cooperativa. Está prevista a construção de oito

¹⁰⁵ CML, Divisão Municipal de Habitação: “*Caracterização Sócio-Económica do Bairro da Liberdade*”, apresentação do Plano de Elaboração da Proposta de Reconversão do Bairro, em Dezembro de 2006

¹⁰⁶ Notícias de Campolide: Idem: *Actividades desenvolvidas no mandato*, pag.13, Outubro/Dezembro de 2001.

lotes, com um máximo de cinco pisos, havendo espaços comerciais (caves) e 64 fogos para habitação (...) Estas construções destinam-se ao realojamento dos moradores já recenseados no PER (...)”¹⁰⁷.

“ Por baixo da encosta afectada há um terreno onde a Câmara previa construir habitação social mas, temendo a instabilidade do terreno, suspendemos a obra, já adjudicada. Dessa forma, aí será construído equipamento desportivo, que incluirá um campo de futebol e onde se encontra o recinto será feita a habitação e equipamento social.”¹⁰⁸



Legenda: Empreendimento PER¹⁰⁹

Este processo de realojamento surge num espaço de fronteiras algo contestado no bairro: o território para além do Aqueduto das Águas Livres. Esta divergência prende-se com o facto de ser apresentada geralmente nos discursos jornalísticos e políticos o aqueduto como uma última fronteira do bairro, sendo uma forma de identificar visualmente e paisagisticamente o Bairro da Liberdade. Nesta investigação integrou-se o conjunto habitacional PER no Bairro da Liberdade, quebrando com o efeito de separação que o Aqueduto das Águas Livres encerra. As razões que originam esta opção prendem-se: com a persistência de habitação degradada nos dois lados do Aqueduto, a expressão comum de resolução destas situações por parte das diferentes comissões de moradores criadas e Cooperativa do Bairro da Liberdade; com o relato dos moradores desta zona como pertencentes ao Bairro da Liberdade presente no Jornal *Notícias de Campolide*; assim como com a proveniência original de alguns dos moradores dessa estrutura que tinham sido realojados provisoriamente noutras zonas da cidade, retornando ao bairro. Deste modo penso que só seria possível enquadrar este processo

¹⁰⁷ Notícias de Campolide: “*Bairro da Liberdade*”, Julho, Agosto, Setembro de 1999, pag.7

¹⁰⁸ Público: *Bairro da Liberdade: Vasco Franco Realoja família*, pag.47, 09 de Janeiro de 1998

¹⁰⁹ Fonte: Imagem captada pelo autor

se conhecêssemos as ligações que esta parcela da cidade tem com o restante Bairro da Liberdade.

O realojamento destes agregados habitacionais ao abrigo do PER visava abranger diferentes carências habitacionais e sociais. Surge uma infra-estrutura habitacional financiada pela administração central que contemplava uma resposta residencial para um conjunto de agregados de diversas proveniências da freguesia de Campolide. Desde as décadas de 50 e 60 por toda a freguesia, mas também por todo o vale de Alcântara, surgiram alguns bairros de barracas que acabam por ser destruídos neste processo: a Quinta da Bela Flor¹¹⁰ e Vila Ferro¹¹¹. Para além destes bairros, os moradores desta infra-estrutura são oriundos das casas insalubres caracterizadas como *barracas* existentes no bairro, assim um conjunto de moradores que teve de ser desalojado do Bairro da Liberdade em 1997. Este desalojo deu-se aquando da deslocação da encosta de Monsanto devido ao movimento anormal que existia por toda a zona envolvente ao bairro: início de circulação do Eixo Norte-sul, construção por todo o vale de Alcântara, a ponte rodoviária de ligação à zona de Sete Rios e a consolidação da estação ferroviária de Campolide. São obras que interferiram na posição daquele território na cidade, assim como da qualidade de vida dos seus moradores.

O PER como instrumento de reabilitação urbana

O Plano Especial de Realojamento foi lançado como programa de reabilitação dos bairros degradados em 1993 de modo a poder dismantelar a estrutura ilegal *barraca*, permitir a deslocação provisória das populações e o seu futuro realojamento em condições aceitáveis. A visibilidade da habitação clandestina e insalubre é bem patente na reconhecida Presidência Aberta do Ex-Presidente da República Mário Soares, que conferiu relevo mediático a estes bairros.

Este plano surge com o final do plano anterior, o PIMP, demonstrando claramente as suas anteriores fragilidades, cumprindo grande parte dos seus projectos, mas não reconvertendo a totalidade dos *bairros de barracas*. Em resultado da desresponsabilização do Estado Central anunciada anteriormente, desenvolvem-se

¹¹⁰ Situada na outra encosta do Vale de Alcântara.

¹¹¹ Situada na parte de baixo do Bairro da Liberdade

processos clandestinos e de má qualidade habitacional. Esta situação agravou-se com a concentração crescente de população de origem imigrante com baixos recursos que, em resposta ao maior bem-estar económico e crescimento das obras públicas, fixa-se nas zonas limítrofes da região de Lisboa. Se o anterior fluxo, o migrante dos anos 60 e 70 não tinha sido absorvido correctamente, o crescente aumento dos *bairros de lata* no início dos anos 90 apenas vai tornar a questão habitacional mais premente e visível, tanto na comunicação social, como na degradação exterior destes espaços, repercutindo-se na restante cidade.

“A Implementação do programa de realojamento definido pelo Decreto-Lei nº 226/87¹¹², (...) traduzir-se-ia, em termos práticos, num regime rígido, limitado a combater o crescendo de situações de carência habitacional de população residente em barracas, particularmente agravada a partir do final dos anos 80 pela chegada de numerosas famílias dos PALOP, que vêm suprir a carência de mão-de-obra ditada pelo surto de grandes obras de construção que assinalam a retoma económica do país (...), sobretudo devido à Presidência aberta realizada pelo Presidente da República na área metropolitana de Lisboa, a qual confere visibilidade à degradação do alojamento, é criado com carácter excepcional e prioritário, um programa acelerado de realojamento, com vista à erradicação definitiva das barracas existentes (...)”¹¹³

É este carácter de urgência que vários autores como Eduardo Vilaça (2001) ou Isabel Guerra (2001) levantam que leva a uma intervenção que se queria de emergência, no quadro de um melhoramento qualitativo e quantitativo da vida urbana. Uma intervenção que passava pela destruição do parque edificado clandestinamente, assim como pela reabilitação urbana dos solos em que estas construções estavam implantadas. Esta urgência na destruição dos Bairros de Lata torna-se uma preocupação para as autarquias, constituindo assim um instrumento fundamental na gestão do solo urbano, orientando os diferentes espaços urbanos no sentido da integração na cidade e da sua reabilitação.

De acordo com o *Diagnóstico Sobre a Implementação do Programa PER nos Municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto*¹¹⁴ poderemos avaliar as consequências do programa, relacionando-o com o Bairro da Liberdade.

¹¹² PIMP

¹¹³ Francisco, Luís Pedro: *Lisboa - Experiências Pioneiras em Habitação Social e Políticas de Habitação*, Texto policopiado, Dissertação para a obtenção de Mestre em Arquitectura da Habitação, Universidade Técnica de Lisboa, Fevereiro de 2002, pag.191

¹¹⁴ Guerra, Isabel Coord, Freitas, Maria João; Gros, Marielle; Teixeira, Alda; Moura, Dulce, *Diagnóstico sobre a implementação do programa PER nos municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto*, Centro de Estudos Territoriais, Instituto Nacional de Habitação, 1997, pag.49

Como primeira virtualidade, o estudo aponta a necessidade de resposta imediata às carências habitacionais, uma resposta de emergência tanto em termos quantitativos, como qualitativos. Deste modo, o estabelecimento desta prioridade reconhece a necessidade de construção a custos reduzidos, assim como a reabilitação e requalificação dos espaços exteriores às habitações, contrariando o contexto desordenado e clandestino em que se encontravam grande parte destas construções. No Bairro da Liberdade essa questão foi melhorada pelo PER, uma vez que um conjunto de famílias pôde combater, desta forma, situações de má qualidade habitacional e de sobrelotação dos antigos fogos.

Em termos mais gerais, através dos recenseamentos feitos pelas autarquias (mesmo que estas observações sejam estanques), surgiram dados que permitiam conhecer com maior detalhe a habitação clandestina e os seus moradores, as possibilidades de realojamento e a atribuição de compensações financeiras aos proprietários dos terrenos a reconverter. Percebemos igualmente uma dinâmica de inserção e promoção social destas populações, promovendo a sua qualidade de vida, tentando assegurar que o alojamento possa continuar em boas condições, tornando-as responsáveis pelas casas e pela sua boa qualidade. No que toca à gestão do parque arrendado no Bairro da Liberdade, há que referir a Gebalis, empresa Municipal de Gestão do Parque Edificado da CML. Esta instituição, mesmo com algumas dificuldades, promove a melhoria dos espaços exteriores,¹¹⁵ avalia situações de sobrelotação ou de venda de chaves, assim como assegura o pagamento das rendas de tipo social.

Ao mesmo tempo que as populações eram deslocadas, dava-se a construção definitiva sempre que possível no mesmo local, dando-se igualmente a reconversão das áreas exteriores com equipamentos de tipo social. No caso do Bairro da Liberdade houve claramente uma falha neste mesmo processo. Aquando da destruição das habitações, tanto para o PER, como para as constantes deslocações de população em risco de segurança, mantiveram-se várias casas abandonadas que acabaram por ser ocupadas ilegalmente por toxicodependentes e sem-abrigo, degradando ainda mais o bairro. Os próprios moradores, assim como a visita às zonas mais escondidas do bairro,

¹¹⁵ Que se encontram constantemente em degradação

denunciaram fenómenos de venda de drogas, tornando o bairro também visível pelas piores razões.

A principal desvantagem atribuída ao programa PER no Bairro da Liberdade está ligada ao quadro rígido do programa que não conseguiu abranger todas as situações de insalubridade. Repetindo os erros aquando do processo de construção do Eixo Rodoviário Norte-sul / PIMP, este processo não contemplou todas as situações graves no bairro, apenas os moradores da modalidade *Barraca*.

“Mas há outras situações talvez ainda mais graves do que as barracas, como as que dizem respeito às casas em pior estado de degradação, muito pior do que algumas barracas onde não digo que se viva bem mas em condições de maior conforto do que algumas dessas casas degradadas. Por exemplo em Campolide existem cerca de duzentos pátios onde vivem centenas de pessoas em condições tão ou mais degradantes do que muitas das barracas.”¹¹⁶

A fonte entrevistada da Assembleia de Freguesia e morador, Orlando Duarte, reconhece que a estrutura *barraca* tinha sido combatida na freguesia surgindo este bairro como resposta, por mais que esta seja muito difícil de caracterizar. Mas a indefinição na designação *barraca* levou a que muitas situações habitacionais degradadas e em risco de segurança não fossem reabilitadas. Muitas das situações de insegurança na consolidação de solos não foram contempladas pelo PER, encerrando aqui igualmente um processo de diferenciação: os moradores de barracas realojados e aqueles que mesmo em situação de maior risco de segurança continuam na estrutura *pátio* ou *casa velha*. Miguel da *Plataforma Artigo 65* retrata a forma como foram conduzidos processos PER como no Bairro da Liberdade:

“O que se passa com o PER, pretendeu resolver a questão, no fundo fez um instrumento estático, fez-se o recenseamento das famílias em 93 e 95 e disse “estas são as famílias, estes são os realojamentos, esta é a solução do problema”. O que se passa é que passaram 15 anos e o PER não está concluído. Só uma percentagem do PER está cumprida. Só que em 15 anos as pessoas nascem, morrem, entram, saem, muda. Os agregados mudam, divorciam-se, casam-se, e como é que esta situação se resolve, como é que se constrói um instrumento que para ser estático, tinha de ter uma solução estática, não tinha e ao final de uma década, o instrumento estava esfrangalhado (...) No Bairro da Liberdade o que se passou foi como noutros sítios, fez-se esse levantamento, fez-se essa análise estática e partir daí vamos resolver. Porque é que a construção dessas vias que forçaram um processo de realojamento, porque é que a construção dessa via, não trazia a solução do problema? (...) Porque o elo mais fraco nestas coisas é sempre este, o elo mais fácil de dividir, porque se tentarem fazer isto numa zona de urbanização consolidada as pessoas não aceitam (...) dentro destes bairros há todo o tipo de situações, familiares, classes sociais, proveniências, tudo. Porque o problema é cada vez mais variado”.¹¹⁷

¹¹⁶ Entrevista a António Henrique, Vogal da Habitação em 1993 da Junta de Freguesia de Campolide in Notícias de Campolide, *A propósito do Eixo Norte-Sul: Campolide reivindica condições dignas de habitação para os desalojados*, Março, Abril de 1993, pag. 8 e 9

¹¹⁷ Entrevista a Miguel da Plataforma Artigo 65

Através da citação percebemos de que forma o PER falha enquanto programa de realojamento das populações mais desfavorecidas, uma vez que não tem relação com o carácter móbil das populações, assim como não consagrava a generalidade de situações de insalubridade no bairro. Neste caso mesmo os moradores que se mantiveram no bairro, esperando uma resposta face à situação de insalubridade e insegurança acabaram por não ser realojados. Depois de todo o processo de realojamento, de discursos, de acusações, de atrasos e recuos, será importante relevar a solução habitacional mais degradada que se mantém. No início do século XXI, com as construções do Eixo Norte-sul/PIMP, PER e Cooperativa sentia-se pelo Bairro da Liberdade um espírito de cooperação entre vários agentes, havendo a crença de que todo o bairro iria ser reconvertido. Esta esperança estava presente por toda a Lisboa, com a visibilidade do combate à habitação *abarracada*, reconhecendo o quase final destas situações, mesmo que elas fossem deslocadas para as diferentes fronteiras do concelho. Após o realojamento afirmado anteriormente, o Bairro da Liberdade e seus representantes e moradores entram numa nova fase de reivindicação que se arrasta até hoje.

2.3 Habitação Original do Bairro da Liberdade: qualidade diferenciada e requalificação adiada.

Habitação “clandestina”, “degradada” e “espontânea” no Bairro da Liberdade

Depois de abordar a estrutura residencial comparticipada por fundos estatais e europeus no Bairro da Liberdade, passarei a abordar o restante conjunto habitacional de propriedade privada existente no mesmo. A observação do bairro permitiu perceber uma qualidade variável ao nível da qualidade dos alojamentos. Dessa diversidade irei privilegiar a análise do parque edificado marcado pela má qualidade habitacional e insegurança.

A análise deste parque edificado, uma vez que não existia qualquer propriedade camarária com funções residenciais no bairro, constitui-se como testemunho das diferentes utilizações desde o início do século XX do Bairro da Liberdade, percebendo de que forma se formou, consolidou e adaptou ao longo dos anos. Foi possível identificar duas áreas fundamentais:



Legenda: Habitações em risco na Rua Inácio Pardelhas Sanches, junto às Escadinhas da Liberdade¹¹⁸

- Uma das áreas onde se encontram habitações de construção original, mas que não detém a melhor qualidade e que se encontram em risco de derrocada, está compreendida entre o Empreendimento PIMP/Eixo Norte-sul e o Aqueduto da Águas Livres, e entre o Eixo Norte-sul e a Serra de Monsanto.



- A outra grande área está ligada à formação inicial do bairro no início do século XX, compreendendo o Aqueduto das Águas Livres e o Centro Paroquial de São Vicente de Paulo, o Bairro da Serafina e a Vila Ferro.

Legenda: Habitações junto ao Aqueduto das Águas Livres e Centro Paroquial de São Vicente de Paulo¹¹⁹

¹¹⁸ Fonte: Imagem captada pelo autor

¹¹⁹ Idem



Legenda: Imagem do Bairro da Liberdade¹²⁰

A primeira dinâmica que penso ser útil para pensar este parque habitacional e a sua integração no edificado da cidade, passa pela análise da dinâmica espontânea, informal e ilegal das construções.

Como foi indicado na caracterização das primeiras ocupações do bairro, este foi crescendo de forma não controlada, ao sabor das possibilidades económicas dos seus proprietários, com uma relação particular com as instâncias públicas de regulação do espaço urbano¹²¹. As motivações por detrás da construção ou residência por fora do espaço regulamentado podem ser várias: desde a instalação inicial na cidade e o desconhecimento e afastamento das regras e procedimentos de regulamentação da construção urbana; a construção/ampliação de habitação para familiares que por efeitos de crescimento natural ou migratório se fixam no mesmo bairro; a vontade de manter alguns traços de vida dos campos mantendo uma pequena horta de subsistência; uma forma de aforro futuro ou mesmo a inscrição em modalidades de especulação fundiária na expectativa futuros ganhos financeiros na possível reconversão a ser efectuada por instâncias centrais.

¹²⁰ Fonte: Google Earth

¹²¹ Como foi explicitado pelo morador entrevistado Orlando, as habitações foram construídas sem qualquer licença camarária, mas não foram demolidas. As sucessivas alterações foram objecto de pagamento de multas nalguns casos, multas essas que não regularam nem controlaram o excesso de construção no bairro.

O fenómeno “clandestino”

Conforme refere Isabel Guerra¹²², normalmente surgem “dois tipos de posições” acerca do fenómeno *Clandestino*, que seguramente apresentam ambas vantagens importantes. Por um lado, uma posição que pretende promover e relevar o carácter autónomo das populações que promovem o seu próprio alojamento, à medida dos seus gostos pessoais e do seu orçamento. Face às dificuldades de acesso ao mercado legal de habitação, um conjunto de pessoas promove por iniciativa própria a resolução do seu próprio alojamento. Um investimento que inicialmente é reduzido, mas que progressivamente poderá ser valorizado. Estas experiências de construção poderão constituir formas de associação, relações de proximidade e vizinhança, promover actos de auto-gestão e participar activamente na estrutura da cidade, modificando-a. Surge igualmente uma valorização dos possíveis movimentos sociais urbanos que poderão surgir: Comissões e Inter Comissões de Moradores e de Bairro, Plataformas de Contestação da Insalubridade, introduzindo assim os *clandestinos* uma dinâmica de participação cívica e de Democracia Participada.

Por outro lado, há uma posição que levanta primordialmente a questão jurídica não enquadrada tecnicamente e resultado da ineficácia do Estado central e Municipalidades no controle destas construções. É reconhecida a especificidade do mercado habitacional em Lisboa, marcada pela sua dinâmica metropolitana e pela relação com as duas margens do rio Tejo. Uma especificidade que não respondia às necessidades crescentes e ressalta um espaço de oportunidades não justificáveis, numa lógica de suborno e perversão das entidades competentes. Esta posição permite reconhecer duas diferenças primordiais no campo da habitação clandestina: a diferença entre a inicial barraca que se torna uma casa de alvenaria e a venda *por avos* que se deu nalguns destes bairros; a diferença entre a habitação permanente e uma segunda habitação com fins de arrendamento ou permanência em período de férias. São claramente dois campos distintos: entre aqueles que procuram responder de uma forma informal às dificuldades de acesso ao alojamento e a compra de terrenos para fins comerciais ou de lazer.

¹²² Ministério do Planeamento e Administração do Território, Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território: *Encontros sobre habitação sobre Construção Clandestina*, Publicação: Direcção da Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, 1989, pag.71

“ Protagonizados pelos grandes especuladores imobiliários, e com a cumplicidade evidente de poderes públicos instalados, o processo de venda por “avos” e da construção à “multa” foi responsável pela edificação de centenas de bairros, de habitações maioritariamente unifamiliares, estratificadas conforme o local e a dimensão do lote, e que só na área Metropolitana de Lisboa poderão ter atingido os 200 000 fogos.”¹²³

“ (...) Ao mesmo tempo, começavam a despontar os primeiros sinais da ocupação indevida e clandestina de terrenos de uso agrícola para a construção de modelos de *habitat*, que reproduziam contextos rurais quer nos modos de vida, quer nas sociabilidades tentadas, quer ainda, em relações familiares e pessoais de entreatajuda mútua.”¹²⁴

O estudo de João Gomes (2001) apresenta algumas dinâmicas interessantes para pensar a intervenção PER na AML, fornecendo pistas interessantes para pensar os bairros abrangidos por essa medida legislativa, mas também as respostas habitacionais originais, que em alguns casos se mantiveram e consolidaram.

Para poder iniciar a análise ao fenómeno informal no Bairro da Liberdade, suas especificidades e dinâmicas principais, penso ser importante levantar os aspectos que o relacionam com a história de consolidação urbana de Lisboa. Através da citação podemos perceber como um conjunto de pessoas confrontadas com a necessidade habitacional recorre ao sector não formal, muitas vezes entrando em situações de ilegalidade para poder recorrer a uma necessidade de natureza primária.

“A informalidade da construção de habitação surge na AML com os clandestinos. Desde as áreas de construção clandestinas, aos bairros de lata, às apropriações de espaço e alteração de edifícios não legalizadas. O clandestino é não, mais que o sector informal da Arquitectura e da Urbanização, surgindo para resolver de uma forma *had hoc* uma carência real habitativa (...) Esta informalidade existe não só na Habitação, mas também no emprego e em todas as formas organizativas onde é permitida pelo Estado, ou por existir lacuna legislativa, resultando numa forma flexível de obter aquilo que não seria possível recorrendo ao meio formal.”¹²⁵

Ao lado do sector burocratizado centralmente, vai desenvolvendo-se por vezes paralelamente, noutras com a conivência dos poderes instituídos, um sector clandestino à margem do controlo de um sistema organizado. Perante a existência desse mercado de dois factores, as visões mais liberais e ligadas ao mercado advogariam que seria um resultado natural da economia aberta e do fraco controlo do Estado face às suas competências, sempre vistas no campo da regulação legislativa, controlo e gestão do

¹²³ Ministério do Planeamento e Administração do Território, Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território: *Encontros sobre habitação sobre Construção Clandestina*, Publicação: Direcção da Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, 1989, pag.71

¹²⁴ Vilaça, Eduardo: *O estado da habitação*, In: Cidades comunidades e territórios. - nº3 (Dez. 2001), p. 85

¹²⁵ Gomes, João: *Eficácia do Realojamento no PER para Lisboa*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura de Habitação, Universidade Técnica de Lisboa, pag. 19, 2001

território. É igualmente abordado um clima de impunidade que permitia a perpetuação deste fenómeno, naturalmente envolvidos em situações de corrupção de técnicos e responsáveis autárquicos. Assim, caberia aos agentes, livres nas suas decisões, de decidir entre o espaço legalmente organizado ou recorrer a situações alternativas. A existência de um mercado *dual* que o autor aborda, daria a ideia de escolha, de alternativa, situação que no que toca ao Bairro da Liberdade não me parece adequada. Este recurso ao mercado informal no Bairro da Liberdade não poderá visto como uma verdadeira escolha, uma vez que esta população acaba por não ter grandes soluções alternativas, não sendo enquadrados nas soluções formais. Não podemos afirmar a existência de uma alternativa mas de adequação a um campo de possibilidades económicas. Face à situação ilegal ou de extrema precariedade no mercado de trabalho a que estes agentes têm geralmente acesso, o contexto de migração e de extrema pobreza, parece-me totalmente desajustado falar em escolhas mas da adequação a um campo social de ilegalidade e desigualdade de oportunidades. Guerra, I (1997) levanta esta relação entre habitação e diferenciação social, em que o conceito de escolha é substituído pela posição que cada agente detém na estrutura sócio-habitacional:

“As críticas que fazem ao modelo neo-clássico iniciam-se **na contestação da capacidade de escolha dos sujeitos em função dos rendimentos (ênfase meu)** já que agem no contexto de outros constrangimentos do mercado de habitação. Assim estas abordagens introduzem a dimensão do conflito pelo uso da terra e da casa (...) O alojamento é aí apresentado como um bem existente no mercado que, tal como outros bens, é um factor de diferenciação das classes sociais e um potencial pólo de conflito que é atribuído a: tipos de alojamento disponíveis; modos de acesso ou tipos de posse legalmente reconhecidas, formas de distribuição do alojamento. As classes de alojamento são assim definidas como...**grupos diferencialmente posicionados relativamente aos meios de alojamento (ênfase meu)**.”¹²⁶

A menor vigilância por parte dos organismos centrais demonstra claramente esta situação. Face à dinâmica de metropolização da cidade de Lisboa e conseqüente contexto de migração como aconteceu na década de 60 e 80, as instituições públicas acabam por “permitir” a formação de bairros clandestinos, de qualidade muitas vezes inferior, uma vez que eles são uma resposta imediata em momentos em que a cidade cresce, não havendo qualquer resposta habitacional no campo do mercado ou do arrendamento compatível com o orçamento destes novos *lisboetas*.

¹²⁶ Guerra, Isabel: *Um olhar Sociológico sobre o alojamento*, Sociologia Problemas e Práticas, pag.168, 1997

A adequação destas situações ao espaço municipal e administrativo acaba por vezes por ser caricata: as casas não têm licença de construção, todas as suas ampliações e transformações foram feitas ilegalmente e muitas delas à base de multas consecutivas, mas as casas mantêm-se, os seus proprietários e moradores pagam as suas contribuições fiscais e municipais, muitas vezes foram dotadas posteriormente de saneamento básico, mas continuam *clandestinas*. Portas, Nuno (1997) esclarece esta situação

“ (...) De facto, estas suburbanizações em extensão só eram possíveis num regime autoritário se toleradas (porque eram tudo menos "clandestinas", nome por que ficaram conhecidas) - mas ofereciam, embora com custos ecológicos, às classes populares da capital, aos emigrantes desejosos de investir no seu país, ou mesmo às poupanças das camadas médias, a oportunidades de construir casa própria, de a ampliar ou melhorar, ou de instalarem actividades produtivas mais ou menos marginais que as cidades planeadas ou regulamentadas já não podia integrar. Arquitecturas sem arquitectos, em parte auto-construídas ou construídas pelos pequenos construtores para vender e/ou alugar, já que, também eles, tinham perdido o seu papel nos centros urbanos ao vingarem os blocos em altura e a iniciativa do capital financeiro. E assim, Lisboa (e não só), no início da segunda metade do século, é uma metrópole urbanisticamente dualista, na qual o sector marginal tomou o lugar que nos países europeus avançados tinham os grandes bairros públicos do Estado-Providência”¹²⁷

Deverei assim abandonar a classificação *Clandestino*, uma vez que ela está marcada fortemente por uma dinâmica legalista e não operativa. Esta classificação apenas revela a situação jurídica da construção e não as características particulares dos seus utilizadores. Deste modo torna-se mais importante relevar que tipologias de análise são mais úteis para explicar as diferentes situações no Bairro da Liberdade, como se pode enquadrar significativamente os diferentes edifícios. Neste campo, deverei destacar o contributo de Cardoso, A. (1993) acerca da noção *Bairros Degradados* que contemplavam esta dinâmica de construção espontânea e ilegal, substituindo o conceito de *Bairro Clandestino*. Esta passagem apresenta igualmente virtualidades no momento em que associa os bairros de realojamento ao conceito de *Bairro Clandestino* sempre que se verificassem um conjunto de situações: sobreocupação de habitações; problemas sociais como o desemprego e abandono escolar; práticas económicas não convencionais como a prostituição, venda e consumo público de estupefacientes e a permanência de populações de baixos recursos. Deste modo poderíamos desassociar as experiências de 2ª habitação ou de autoconstrução com padrão residencial mais elevado, relevando as situações de exclusão socioeconómica.

¹²⁷ Portas, Nuno: *A Arquitectura de Habitação no Século XX Português* (pp. 119-120 in Becker, Annette, Ana Tostões e Wilfred Wang (orgs.) *Arquitectura no Século XX: Portugal, Lisboa, Centro Cultural de Belém*, pp. 116-122), 1997.

“A tipologia foi a seguinte:

- Bairros de habitat espontâneo. São constituídos por habitações rudimentares, construídas, em grande parte dos casos, com materiais frágeis (madeiras, chapas, plásticos) não possuindo as infra-estruturas sanitárias mínimas, nem equipamentos sociais (...) estão incluídos nesta categoria os bairros de barracas e os de alvenaria abarracada. Por uma questão de facilidade os bairros de habitat espontâneo serão referidos no texto genericamente como **bairros de lata**, (**ênfase meu**) expressão que, de resto, melhor parece sugerir a imagem que se pretende destes bairros.

- Casas velhas. Este tipo de habitat engloba antigos “pátios” e “vilas operárias”, datando, a maior parte, do início do século. Abrange, ainda, bairros muito populosos cuja situação geográfica ou configuração determina um certo isolamento face à cidade, como são os casos do **Bairro da Liberdade (ênfase meu)** e do Casal Ventoso. As condições de habitabilidade são muito deficientes, seja pela falta de infra-estruturas sanitárias, seja pela exiguidade das habitações ou pelo seu deficiente grau de conservação e conforto”.¹²⁸

Mas a marca fundamental que marca este tipo de agregados é a qualidade interior e exterior das habitações, assim como dos arruamentos e organização do espaço. Face à qualidade de materiais, terei de apresentar o carácter evolutivo que norteia este tipo de processos. Se numa primeira fase pontuam os materiais excedentes da construção civil, como madeiras, materiais metálicos de vária ordem, numa segunda fase, acompanhando o maior bem-estar económico das famílias, pontuam o tijolo, por vezes betão e a existência de telha cerâmica.

O Bairro da Liberdade apresentou as duas modalidades no que se refere à qualidade interior e exterior das habitações. Se na parte do bairro abrangida pela ocupação inicial pontuam ainda hoje alguns pátios e casas de qualidade inferior, na parte demolida aquando da construção do Eixo Norte-sul pontuava a modalidade *Barraca*. Teremos de considerar uma constante relatividade face ao conceito de qualidade. Na grande maioria dos casos as casas originais do bairro teriam uma qualidade superior às barracas, mas o contrário também acontecia. Entre as duas situações havia uma situação que as afastava: o grau de clandestinidade face ao poder administrativo. Enquanto as casas originais apenas estavam em posição de ilegalidade face ao seu alargamento e processos de alteração, as *Barracas* encontravam-se em situação de total ilegalidade, num mercado paralelo de venda e aluguer de barracas. Estas informações foram passadas pela D. Maria José, moradora no actual edifício para os desalojados do Eixo Norte-sul. Esta moradora explica, que mesmo alugando uma barraca, tinha acesso (mesmo que ilegal) a

¹²⁸ Cardoso, Ana ; pref. de Silva, Manuela: *A outra face da cidade : pobreza em bairros degradados de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, pag.69

água e electricidade, quando algumas das casas originais do bairro só há pouco tempo tiveram acesso ao saneamento básico e electrificação.

A estrutura de arruamentos e espaços exteriores ditará igualmente um importante contributo para a qualidade de vida nestes espaços. Nos locais do bairro em que a ocupação residencial se deu de uma forma mais densa - ditado pela concentração de populações de baixos recursos, assim como da existência de uma estrutura de aluguer clandestino de casas mais degradadas a quem chegava de novo à cidade - tornaram-se recorrentes a existência de graves situações de insegurança e de estabilidade das construções, assim como uma extrema proximidade entre habitações e moradores com as conhecidas consequências no que toca à reserva e intimidade familiar. Construídas com materiais variáveis, e daí a sua diferença entre as Casas Velhas e as Habitações Espontâneas (Barracas), percebemos muitas vezes condições comuns: deficiente condição de saneamento básico, falta de mecanismos de apoio aos bairros por parte dos organismos administrativos, insegurança em caso de incêndio e muitas vezes a convivência indesejada de pragas de insectos ou ratos.

“ (...) cabe referir que o nível de conforto das casas nos bairros de lata fica, sempre comprometido pela própria natureza dos materiais usados na construção madeira prensada, lusalite, etc., e pela insalubridade do meio - inexistência de arruamentos, esgotos que correm a céu aberto. À falta de conforto acresce o risco de incêndio e de vulnerabilidade a toda uma série de catástrofes e intempéries. (...)”

“ uma característica dos bairros de realojamento precário, que é também comum à generalidade dos bairros de realojamento em alojamento clássico e que tem consequências na qualidade de vida dos seus residentes: degradação dos espaços envolventes. Estes, frequentemente ficam inacabados ou são votados ao abandono, por falta de manutenção e reparação. A má qualidade dos materiais apresentados, a ausência de obras de conservação por parte das entidades responsáveis, a falta de recursos e de organização dos moradores são factores que contribuem para uma degradação rápida das casas.”¹²⁹

A composição original do Bairro da Liberdade é marcada por uma tradição arrabaldina¹³⁰, mas ao mesmo tempo congrega a vontade de quem vê na ida para a cidade uma possibilidade de melhoria geral das condições de subsistência. Marcada pela baixa ou inexistente escolaridade, falta de capitais simbólicos de inserção na nova sociedade urbana, com uma socialização e formação profissional profundamente ligada à terra e à agricultura. São estes os *novos urbanos* que não conseguem ter acesso ao crédito bancário para compra de casa própria, que não conseguem corresponder aos

¹²⁹ Cardoso, Ana; pref. de Silva, Manuela: *A outra face da cidade: pobreza em bairros degradados de Lisboa*: Câmara Municipal de Lisboa, 1993, pag.80

¹³⁰ O que pode ser confirmado com a existência inicial de pequenas hortas junto das habitações.

desafios do arrendamento, que face à sua situação económica terão de escolher/recorrer entre duas faces da mesma moeda, a clandestinidade habitacional: a Habitação Velha e Degradada ou a Barraca. Este fenómeno é exemplificativo das condições iniciais de ocupação residencial em contextos urbanos de desenvolvimento acelerado, mas no Bairro da Liberdade, mesmo com todas as mudanças, persistiu um parque edificado que não apresenta a melhor qualidade, não sendo reconvertido completamente.

No primeiro caso, a Habitação Velha, poderemos identificar um conjunto de pessoas, que possuindo algum capital monetário consegue erguer a sua própria casa, no seu próprio terreno. Para além da utilização de materiais de construção de valor mais baixo, teremos de associar uma estrutura de mão-de-obra muito barata, ou mesmo grátis, uma vez que as casas eram erguidas geralmente durante a noite, com a ajuda de vizinhos e familiares. Ao reduzir substancialmente o preço da sua habitação ao prescindir da existência de arquitectos e engenheiros, de projectos de construção e autorizações camarárias, de projectos comuns de saneamento básico, estas casas acabam por ter um “preço” e uma qualidade variável, progressivamente melhor, numa relação paralela com a melhoria de condições financeiras dos seus proprietários. Muitas vezes esta melhoria das condições de vida permite a ampliação das construções iniciais para processos de arrendamento, ou mesmo de alargamento da rede familiar a residir no local, por aumento natural dos residentes ou pela chegada de novos moradores ao bairro. Este processo desenvolve-se em relação ao mercado formal que continua a não dar resposta às novas necessidades habitacionais, num espírito que para além da convivência dos poderes centrais, permite-lhes resolver ou pelo menos amenizar, a chegada prevista de pessoas às grandes cidades, sem pensar as soluções habitacionais para este aumento extraordinário de população. Esta situação foi visível no Bairro da Liberdade desde o seu início. A fonte Orlando Duarte refere que alguns dos familiares tiveram uma casa acrescentada a outra, permitindo em momentos de maior desafogo económico expandir as habitações.

Face à valorização da casa por parte dos moradores, percebemos uma enorme ligação afectiva, muito próxima daquela que tinham em relação à terra. Sendo reflexo da sua própria trajectória migratória, do seu sucesso ou insucesso nessa decisão urbana, a casa funciona igualmente como uma conquista face a um espaço de desigualdade de oportunidades. Muitas vezes estas casas mantêm uma certa originalidade, muitas vezes

identificada com uma arquitectura que misturava elementos urbanos e dos campos, assim como um conjunto de excentricidades dos próprios moradores/proprietários. Guerra, I, Pinto, Teresa e Quedas, M^a João (1996) apresentam o duplo sentido que a propriedade do alojamento pode trazer para estas populações:

“ Para uns, a casa estrutura os modos de vida, definindo-lhes os contornos, balizando-os em espaços quotidianos bastante restritos, situando-lhes as exigências; para outros, o modo de vida estrutura a importância/valorização atribuída à casa surgindo esta menos como pólo aglutinador mas mais como suporte de um modo de vida que apela a uma mobilidade profissional como principal mecanismo de promoção social, a uma pulverização e alargamento das esferas quotidianas de consumo pela cidade e ao cosmopolitismo das relações sociais e a uma vida mais societária que comunitária. Às reduzidas, senão inexistentes, possibilidades de protagonizar um tal modo de vida, os “clandestinos” contrapõem a casa como limiar possível de promoção social e palco privilegiado de organização da vida quotidiana. Valorização/apropriação mais simbólica, de um lado, mais funcional, do outro, a casa torna-se objecto de diferentes estatutos e espaço chamado a jogar diferentes papéis”¹³¹

A segunda opção, a Barraca, apresenta algumas diferenças face à solução habitacional anteriormente referida. Em primeiro lugar teremos que relevar a menor detenção de capitais financeiros que ditam a aquisição ou aluguer de uma barraca. Não podendo aceder ao mercado legal de compra ou arrendamento de casa, um conjunto de pessoas, que geralmente chegam de novo à cidade, terão de recorrer à solução mais associada à precariedade, opção esta que está ligada a todo um outro contexto de mudanças na chegada à cidade. Falamos naturalmente das camadas subproletarizadas do processo produtivo. São populações que não detêm no espaço da cidade uma rede familiar a que se pudessem associar, ou se ela existe é fraca e ligada a soluções habitacionais do mesmo género.

No Bairro da Liberdade essa relação de tipo familiar está presente. Orlando Duarte, nascido no bairro, entrevistado por mim e que vive na parte do bairro que detém uma estrutura de autoconstrução junto ao Centro Paroquial São Vicente de Paulo, em estrutura *pátio*¹³², refere uma estratégia de agrupamento familiar no momento da chegada a Lisboa e de concentração residencial, estando presente ainda hoje em dia, mesmo que a primeira ocupação tenha sido feita na década de 20 e 30 do século XX. No caso da D. Maria José, proveniente de Lamego, funcionária da Instituição Fundação da

¹³¹ Guerra, I, Pinto, Teresa e Quedas, M^a João: *Apropriação do Alojamento e Modos de vida: “clandestinos” e “legais”*, III Congresso Português de Sociologia, Associação Portuguesa de Sociologia, 1996. Artigo disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR492ac7f404e46_1.pdf

¹³² Estrutura Habitacional que no caso do Bairro da Liberdade, na Rua da Capela Velha, é construída inicialmente como casa inicial, crescendo em altura e ao seu redor. É composto por uma pequena passagem que conduz ao restante bairro, com uma ocupação muitas vezes familiar.

Criança e antiga moradora do bairro de barracas demolido aquando da construção do Eixo Norte-sul, esta afirmou que não tinha qualquer rede de apoio em Lisboa quando chegou. Segundo esta fonte a maioria dos moradores do bairro de Barracas instalou-se no final da década de 50 e início da década de 60 do século XX, alugando aí uma barraca ao dono do terreno, ao contrário dos seus vizinhos do bairro de autoconstrução. Assim percebemos uma dupla fixação de moradores, aqueles que *nasceram no bairro*, e aqueles que em resultado das migrações internas dos anos 60 fixam-se na parte mais degradada do bairro.

“Isto aqui é familiar, muito pouca gente aqui caiu de “pára-quedas”, há aqui uma rede familiar, se formos aquele garoto, sabemos que o pai nasceu aqui, o avô, e assim sucessivamente. Há muito pouca gente que apareceu aqui há pouco tempo (mesmo a fonte contactada que vive em Alvalade, mesmo nascido em Angola, vive no bairro desde muito novo), só alguns imigrantes. Há muito pouca comunidade imigrante porque, aqui criou-se uma... quer dizer... não são racistas, mas são bairristas. Então é difícil entrar aqui, pessoas que não sejam da tal família. Embora há por aí núcleo de Indianos, falam pouco português. São bairristas que se criam, éramos sectários mesmo dentro do bairro, esta era a zona do s. Jacob, que não se misturava com a Vila Ferro, nem com o Bairro da Liberdade de baixo, e para lá dos Arcos já era outro sector. O 25 de Abril permitiu essa abertura, hoje as pessoas já são mais do Bairro da Liberdade, já não são de S. Jacob ou Vila Ferro, mas são mais de Campolide, do Bairro da Liberdade.”¹³³

Estes espaços marcados pela má qualidade habitacional e baixos rendimentos, foram resultado inicial de um *Squatter*¹³⁴ *Settlement*, ou *Informal Settlement* (Cachado, R., 2008, pag.27) uma Ocupação Clandestina, que devido à concentração de pessoas e de habitação, degeneraria em qualidade inferior e densidade populacional muito elevada. Neste campo estamos a abordar a passagem de uma construção original, que mesmo de qualidade baixa, não pode ser relacionada com a construção posterior, geralmente na modalidade *Barraca*. Deste modo percebemos a passagem entre uma ocupação inicial, que poderá ter características *abarracadas*, mas que progressivamente se altera em termos de qualidade e os bairros de barracas como fenómeno marcado pela condição de emergência e carência sócio-habitacional.

(...) “Sabemos que a habitação inadequada é um dos indicadores da pobreza habitacional. Muitas vezes uma área clandestina pode tornar-se um bairro de lata (é o caso das favelas Brasileiras) que tendo começado como áreas clandestinas, mais tarde dadas as suas condições habitacionais se terem degradado, tornaram-se bairros degradados, insalubres e perigosos para a segurança física e moral dos seus habitantes. A Barraca nunca poderá ser entendida como um espaço de relacionamento e espaço

¹³³ Entrevista a Orlando

¹³⁴ A expressão *Squatter*, ou em Português *Ocupa* tornou-se recorrente para caracterizar algumas ocupações de casas abandonadas, geralmente no centro de grandes cidades como Barcelona, Londres ou Berlim, geralmente associadas a movimentos sociais de carácter libertário e anti-sistémico, não sendo este o caso do Bairro da Liberdade.

geométrico, mas é para quem o habita, um espaço sensível e de certa forma, também um espaço de configuração pelas suas características de inserção únicas.”¹³⁵

A citação passada é de extraordinária importância para poder compreender o processo através do qual numa determinada parte da cidade, normalmente situada na sua periferia ou nas zonas mais afastadas do centro, se concentra um conjunto de pessoas que aí buscam formas mais ou menos precárias de abrigo. Estas ocupações são feitas de forma claramente desorganizada, quer pela ocupação ilegal de terrenos desocupados, quer pela construção e ampliação clandestina em terrenos de propriedade privada para a própria habitação ou para aluguer.

Surgem deste modo um conjunto de designações que especificam a origem do tipo de concentração ilegal. O termo *Slum*¹³⁶ em Inglês poderá ser traduzido em Português por *Bairro de Lata* ou *Favela* no Brasil ou mesmo *Bidonville* em França, mesmo que as suas condições de implantação e desenvolvimento sejam marcadas contextualmente. Sobre esta questão Cachado, Rita (2008) apresenta uma análise muito profícua desmontando a generalização que muitas vezes se faz destas classificações, contextualizando a dinâmica própria de cada uma delas.

Voltamos ao trabalho de João Gomes (2001) e percebemos que há uma outra característica importante para pensar o que o autor chama de *Bairros de Lata* ou *Favelas* Brasileiras: a sua localização no espaço da cidade em parcelas de terreno excedentes, ou noutros casos mais raros, expectantes. No que se refere à localização deste tipo de aglomerados habitacionais teremos de ressaltar que esta é marcada pela possibilidade de ocupação de terrenos aliada à possibilidade de acesso a possíveis espaços de concentração da força de trabalho, sendo geralmente localizadas na proximidade de grandes vias de transporte de acesso ao centro das cidades.

Apresento um exemplo interessante para pensar esta localização, aliada à possibilidade de transporte para diferentes locais de trabalho: o Bairro do Alto da Cova da Moura no concelho da Amadora¹³⁷. Ambos os bairros detêm estações na linha ferroviária de

¹³⁵ Gomes, João: *Eficácia do Realojamento no PER para Lisboa*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura de Habitação, Universidade Técnica de Lisboa, 2001, pag.33

¹³⁶ Alderch, B in Gomes, João: *Eficácia do Realojamento no PER para Lisboa*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura de Habitação, Universidade Técnica de Lisboa, pag. 32, 2001

¹³⁷ Bairro anteriormente estudado no âmbito da Licenciatura em Sociologia

Sintra, permitindo o acesso rápido à baixa de Lisboa, à Estação do Rossio. A sua ocupação inicial era composta por uma exploração agrícola e algumas casas de apoio a essa actividade. No Bairro da Liberdade essa ocupação e marca rural estão igualmente presentes nos primeiros documentos sobre o Bairro da Liberdade das primeiras Comissões de Toponímia da CML, assim como no relato dos moradores da parte mais antiga do bairro.

Assim em ambos os bairros está presente uma ocupação agrícola na sua origem que se transforma de uma forma clandestina, que permite a concentração de pessoas com densidades populacionais muito elevada, o que se torna igualmente um factor importante para pensar a forma como a cidade de Lisboa e as suas fronteiras se foram definindo e alargando de um núcleo inicial para zonas mais afastadas. A má qualidade habitacional inicial permitia o alojamento a preços mais reduzidos para muitos migrantes internos e imigrantes africanos; a possibilidade de autoconstrução e progressiva melhoria da qualidade habitacional; a possibilidade de reagrupamento familiar e a constituição de uma rede de solidariedade entre moradores, o *djunta mon*, expressão em crioulo que demonstra esse esforço de entreajuda na construção de noite e ao fim de semana das habitações.

Estes bairros encontram-se igualmente localizados em zonas muito acidentadas morfologicamente, muitas vezes em risco de segurança na consolidação de solos, como no caso do Bairro da Liberdade. Esta localização possibilita o seu abandono e progressiva desvalorização fundiária, condições que favorecem o abandono mercantil por parte dos proprietários, a compra de terrenos a preços mais baixos, ou a instalação de habitações de qualidade inferior em parcelas de terrenos expectantes que os seus proprietários, muitas vezes como promotores, vêm tornar-se *Bairros de Lata*. Dá-se assim uma progressiva degradação destes espaços, resultado da sobrepopulação, sobrelotação das habitações e persistência de fenómenos de pobreza, que irá marcar inequivocamente estas zonas de exclusão na cidade, como zonas esquecidas ou a esquecer do postal turístico das cidades cosmopolitas e mundiais.

No contacto com os moradores, nomeadamente com os vizinhos da Instituição Particular de Solidariedade Social Fundação da Criança, onde exerci actividades profissionais, a questão da habitação é apontada como central. Estes moradores são

aqueles que depois de vários anos tiveram a oportunidade de arrendar alojamento de melhor qualidade face aos outros que se mantêm nos pátios. A estrutura habitacional diferenciada acaba por se reflectir no discurso de moradores e agentes exteriores ao bairro. Nos contactos iniciais que tive com os moradores das estruturas habitacionais Eixo Norte-sul/PIMP, percebi uma certa separação entre os realojados e a restante população do Bairro da Liberdade. A parte realojada tinha um discurso que implicava uma distanciação face às soluções habitacionais mais degradadas, mesmo que houvesse uma extrema proximidade espacial entre eles. Este discurso acaba por ser extremamente interessante ao demonstrar estratégias de distanciamento, ao afirmar de lógicas de ascensão social, uma vez que ambas as populações, realojada e não realojada, apresentam uma origem residencial marcada pela baixa qualidade.

Da construção original à progressiva alteração



O Bairro da Liberdade reflecte o carácter flexível com que se dão as mudanças na estrutura habitacional. Não poderei afirmar que a totalidade do bairro experiencia situações de má qualidade habitacional extrema, até porque a estrutura sócio económica do bairro também é diferenciada. Alguns dos moradores, na sua maioria proprietários do seu próprio alojamento

Legenda: Imagem de casa alterada.¹³⁸

e à medida do orçamento familiar, foram melhorando substancialmente as suas habitações. São conhecidos casos de alteração clandestina das habitações em altura, permitindo assim também fenómenos de arrendamento a novos moradores, a obtenção de rendimentos, dando-se uma transformação por via informal dos meios de sustento de vida.

¹³⁸ Fonte: Imagem captada pelo autor.

Note-se neste ponto, que no que toca à volumetria e processos de modificação dos edifícios, segundo o que foi apurado por fonte local, estes não deveriam ser alterados, demonstrando por parte da autoridade municipal uma tentativa de controlo da situação que durante muitos anos marcou o bairro, conferindo-lhe características particulares. Percebemos que muitas das casas tinham inicialmente um andar térreo e foram aumentando à medida das possibilidades dos seus utilizadores. Estas alterações estão presentes nas declarações do morador Orlando Duarte, que mesmo criticando o ponto a que chegou o aumento desmesurado das habitações, reconhece que muitas das pessoas da sua família tiveram uma casa acrescentada a uma anterior, propriedade da família. Deste modo compreendemos a atitude de muitos dos pioneiros do bairro: comprar uma parcela de terreno, construir inicialmente uma habitação para a sua família, que futuramente poderia ser aumentada face às necessidades de crescimento natural ou de migração de familiares. A mesma fonte aponta igualmente que estas casas foram utilizadas com funções de sublocação para alguns imigrantes africanos que começaram a chegar ao bairro nos anos 80¹³⁹, ocupando as partes recentemente acrescentadas à casa inicial. Esta situação leva naturalmente ao estreitamento das ruas, particularmente junto ao Centro Paroquial de São Vicente de Paulo, com as possíveis consequências em termos de segurança. Existem arruamentos no bairro que não permitem a passagem de camiões de bombeiros, ou mesmo passagem de uma ambulância. Ao mesmo tempo, a extrema proximidade entre habitações poderá originar um foco de incêndio, sendo nesse caso muito difícil controlar a passagem do fogo para outras habitações. Não estranhamente, é também esta parte do bairro que é mais visível ao olhar público, nomeadamente aquando da visita de algum responsável político, de alguma reportagem *que vai ao bairro*, ou quando a sua segurança se encontra em risco. Apresento um exemplo de como o bairro é apresentado:

“**A Última favela de Lisboa. A primeira também.** (ênfase meu) Enraizada nas costas de Monsanto e aos pés do Aqueduto das Livres. Irónica escolha de palavras: um milhar de lisboetas vive em condições idênticas à Revolução Industrial num bairro chamado Liberdade. Esperam-na há 50 anos (...) a viver na companhia de ratos, percevejos, imundice, escombros, entulho. Imagens de Fátima e fotografias da Amália espalhadas pelas paredes (...) Habitações que não são mais do que corredores, sem janelas, com as paredes pintadas de cores vivas salpicadas de bolor. Divisões versáteis e minúsculas, que servem para tudo: para cozinhar, para comer e para dormir. Sanitas ao lado de micro-ondas, a um canto da sala, aos pés da cama, atrás de um vão de escadas. Por vezes nem existe sequer. A substituí-las há baldes de plástico no chão, que os seus donos mascaram de sanita (...)”¹⁴⁰

¹³⁹ Informação confirmada por fonte desalojada do bairro em 2004 e a residir actualmente na zona de Alvalade em habitação de propriedade camarária.

¹⁴⁰ Público: *À espera da Liberdade*, 29 de Janeiro de 2006, versão online

Como percebemos pela citação, a jornalista Diana Ralha ressalta uma parte importante do bairro, com um núcleo populacional fortemente envelhecido e com uma longa permanência no bairro. Esta população acaba por não estar presente em momentos de contestação mais visíveis no bairro, nomeadamente aquando da apresentação do Plano de Requalificação do Bairro em Dezembro de 2006. Encontra-se fortemente desmotivada face à permanência em más condições de habitabilidade, sem qualquer resposta por parte dos senhorios ou dos poderes de decisão central.

Estes moradores são também os mesmos que viram crescer três infra-estruturas habitacionais no bairro: Eixo Norte-sul/PIMP, PER e Cooperativa, mas que por diferentes razões não foram integrados em nenhum dos projectos desenvolvidos. No caso do PIMP, pelo facto das suas habitações não implicarem com a construção do Eixo Norte-sul; no PER pelo facto das suas habitações não serem enquadradas enquanto barracas e por fim no caso da Cooperativa devido à incerteza na construção final dos empreendimentos o que levou a que muitos moradores deixassem de ser sócios ou nem sequer se inscrevessem como tal.

2.4 As encostas de Monsanto e o perigo de derrocada:

Os primeiros relatos

Foram estes núcleos populacionais que acabaram por sofrer directamente com as encostas inconstantes da Serra de Monsanto. Já em 1992 o *Notícias de Campolide*¹⁴¹ levantava a problemática das duas encostas do bairro mais problemáticas, suspeitando dos movimentos de terras e passagem de máquinas pesadas pelo bairro, que poderiam levar ao deslizamento de terras e conseqüente perigo para as habitações existentes no local. Em Dezembro deste ano é aprovada uma proposta da Assembleia de Freguesia que apontava para o início das obras de sustentação de terras.

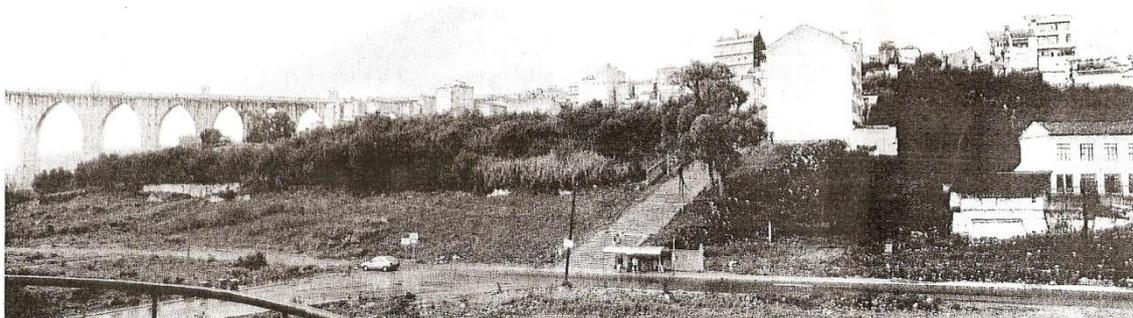
Deslocação de 50 famílias em 1997

¹⁴¹ Notícias de Campolide: *Quem acode à escarpa do Bairro da Liberdade?* Novembro/Dezembro de 1992, pag.12

As fortes chuvadas que se fizeram sentir no final de 1996 associadas à trepidação resultante da construção do eixo Norte-sul e aos empreendimentos de realojamento em duas zonas do bairro deram-se deslizamentos das encostas, pondo em risco 21 famílias de acordo com o LNEC¹⁴². Em entrevista feita a um morador, perguntei-lhe se a deslocação de solos não estaria igualmente ligada à existência de uma densidade habitacional muito elevada, implicando um elevado esforço no que toca ao peso das habitações. O morador reconheceu a elevada quantidade de casas mas aponta o Eixo Norte-sul como factor primordial. Questionado se estas fracturas não seriam apenas o resultado de um Inverno mais vigoroso, o entrevistado sorriu e disse já ter visto muitos Invernos e nunca tal ter acontecido. Reconhece que a qualidade das casas no bairro e especificamente nessa zona é de qualidade variável, mas aponta claramente para as constantes obras no bairro que infringiram consequências nas encostas do Vale de Alcântara.

Dá-se deste modo a deslocação de 50 famílias em Janeiro de 1997 por toda a cidade, pondo cobro à situação de insegurança. Este número é reconhecido pela CML na caracterização sócio-habitacional feita e apresentada em Dezembro de 2006 nas instalações do Centro Paroquial de São Vicente de Paulo.

“A encosta... chamada escarpa Sul, porque há outro problema com a escarpa Norte com deslizamentos e ninguém quer saber daquilo só quando houver uma desgraça... a escarpa sul começa a desabar com o Eixo Norte-sul, o que aconteceu foi que a CML começou a fazer a expropriação do Asilo, foram expropriados e foram abandonados. Ainda por cima tiveram a infeliz ideia de remover as árvores de fruto que havia por ali, e Oliveiras, que ajudaram ao deslizamento dessas terras. Claro que foi o Eixo Norte-sul porque as pessoas habitavam ali há dezenas de anos, e nunca tiveram fissuras como depois apareceram. Em consequência do Eixo apareceram fissuras em que cabia uma mão, O LNEC fez os registos... Isto em 97. Aí começam algumas famílias a serem desalojadas, poucas famílias, os casos mais graves. Depois houve ali uns dois, três anos em que não se ligou à situação da escarpa”.¹⁴³



Legenda: Imagem da Quinta da Mineira ainda com árvores, Escarpa Sul¹⁴⁴

¹⁴² Notícias de Campolide, *Informação sobre o bairro da Liberdade*, Maio de 1997, pag.15

¹⁴³ Entrevista a Orlando Duarte, proprietário e residente no Bairro

¹⁴⁴ CML, Departamento de Habitação, nº 54

“Obras ligadas à construção do Eixo Norte-sul e o risco de derrocada de uma escarpa estão na origem da ruína iminente de 80 casas, todas habitadas, no Bairro da Liberdade. A comissão permanente de vistorias da Câmara de Lisboa aconselhou os habitantes a saírem. Até ao momento, sem êxito: trata-se de gente de fracos recursos, que vive em casas sem condições, que não tem, na maioria dos casos, para onde ir. As profundas fendas que atravessam o chão, as paredes e os tectos das casas encavalitadas umas em cima das outras bem os avisam do perigo eminente (...) Houve um quintal que abateu após as obras que envolveram o arranque de algumas oliveiras e a remoção de terras – “Parecia um tremor de terra. Abanou tudo dentro e fora das casas”- conta uma habitante.”¹⁴⁵

Em 1998, com o andamento das obras de construção para os desalojados do Eixo Norte-sul e do PER, mas também devido aos constantes movimentos de terras que põem algumas casas em risco, vai crescendo entre os moradores do Bairro da Liberdade e os seus representantes, a ideia de que uma boa parte das situações de insalubridade do bairro não seriam resolvidas com os dois empreendimentos. O presidente da Junta, na sua coluna no Boletim de Freguesia¹⁴⁶ solicita uma resposta urgente para o Bairro da Liberdade. O presidente insurge-se contra o facto de existirem vários moradores com segundas habitações de qualidade superior nas suas terras natal, mas que continuam a viver em condições piores no Bairro da Liberdade, não aceitando deixá-lo. Faz igualmente uma referência para que o realojamento das pessoas deslocadas das barracas junto à estação de Campolide se faça o mais rapidamente possível. Por fim, chama a atenção para as casas insalubres que são de construção clandestina, mas que acabaram por não ser enquadradas enquanto zonas a requalificar futuramente, por não estarem enquadradas na tipologia *barraca*.

“Toda a zona da vila Amendoeira, Vila Ferro, rua Jacó, rua Samaritana, rua da Capela, rua do cotovelo e rua Pardelhas Sanches são de construção clandestina. Embora algumas casas tenham boas condições de habitabilidade, a verdade é que a maioria não possui a qualidade mínima”¹⁴⁷.

Na mesma edição do boletim é também apresentada uma entrevista ao padre Crespo responsável pelo Centro Social e Paroquial São Vicente de Paulo. Nesta entrevista está presente o conhecimento de fundo que este agente apresenta em relação ao bairro, as suas gentes e costumes. Fica patente, igualmente, o papel que o pároco tem em relação ao exterior, inscrevendo-se como agente preponderante nas decisões sobre o mesmo e no que toca à visibilidade na Comunicação Social Local e Nacional. Face à situação habitacional no bairro o padre refere que se encontra a trabalhar com a CML para tentar

¹⁴⁵ Público: *80 casas ameaçam ruir: Ordem de Abandono no Bairro da Liberdade*, 22 de Janeiro de 1997, pag.9

¹⁴⁶ Notícias de Campolide: *A palavra do Presidente: Bairro da Liberdade*, Abril de 1998, pag.1.

¹⁴⁷ Idem, Ibidem.

encontrar soluções para as casas abarracadas que têm propriedade privada, mas que não podem ser integradas no programa PER, reconhecendo que estas casas teriam piores condições e que não seriam contempladas. O padre ressalta a necessidade de desenvolvimento de uma acção perto dos senhorios, de reconversão das casas com o apoio da CML. Fala igualmente da sua acção como uma resposta às necessidades da população, em que a habitação toma um lugar cimeiro. Esta preocupação está presente mais uma vez na questão dos jovens que pretendem ter casa e terão de o fazer fora do bairro, envelhecendo-o.

No seu Plano de actividades para o ano de 1999¹⁴⁸, o vogal de habitação da Junta de Freguesia de Campolide António Henrique apresentava as principais vertentes do mandato, que passavam pelo apoio aos proprietários e moradores particulares na cedência de materiais de construção e o recurso aos fundos governamentais. Estas intervenções passavam pela recuperação de edifícios, melhoramento das condições de saneamento básico, sem intervir profundamente na estrutura urbana existente, que na sua génese era desorganizada e insalubre. No *Notícias de Campolide*, Julho/Setembro de 1999, o vogal de habitação¹⁴⁹, dá conta das diferentes actividades a decorrer na restante Freguesia, reconhecendo o papel das diferentes cooperativas e enaltecendo o papel do PER enquanto instrumento de requalificação habitacional da freguesia. Com o título *Na senda do progresso*, o responsável da Junta de Freguesia defende que onde antes proliferavam as barracas, o lixo e a falta de saneamento básico, são agora espaços que dão lugar ao realojamento dessas populações. Existe uma atitude claramente optimista, acreditando na solução final das situações de insalubridade no bairro e sentindo orgulho por pertencer à gestão administrativa em que se estavam a dar estas mudanças.

Deslocação de 49 famílias em 2001

Analisando os artigos referentes ao ano de 2001, nomeadamente no *Notícias de Campolide* e documentos mais actuais, percebi que era de especial importância para o Bairro da Liberdade: o realojamento do Eixo Norte-sul estava terminado, o

¹⁴⁸ Vogal de Habitação António Henrique in *Notícias de Campolide, Plano de Actividades*, Janeiro, Março 1999, pag. 13

¹⁴⁹ Idem, *Na senda do progresso*, Julho, Agosto, Setembro, 1999, pag.13

empreendimento PER seria finalizado nesse mesmo ano e uma das Encostas de Monsanto punha em risco as populações aí residentes. Dá-se novamente a deslocação forçada de 49 famílias. Mantendo a grande parte do bairro na situação que se mantém até hoje em dia, por não adaptação aos critérios dos diversos programas de requalificação habitacional e urbanística, o Bairro da Liberdade, seus representantes e moradores entraram numa outra fase de reivindicação que se arrasta até à actualidade.

“Em 2001/02 foram realojados 49 famílias residentes em alojamentos particulares, devido à falta de condições de habitabilidade e segurança. Esta fase incidiu numa zona restrita do Bairro, compreendendo parte da Rua da capela, Travessa da Capela, Rua João Mota da Silva e Rua da Samaritana”¹⁵⁰

Este ano foi fulcral para perceber o esforço feito pela administração central no sentido de minorar as consequências da construção de uma infra-estrutura de circulação vital para a cidade; o realojamento de situações de insalubridade extrema através do programa PER; mas também a assunção de que estes projectos não iriam requalificar globalmente o bairro. Persistia um parque edificado de origem ou de transformação clandestina, muitas vezes de qualidade inferior, que se fazia notar quando a estrutura do solo cedia, dando visibilidade ao bairro para o exterior como zona de qualidade de vida inferior.

É criada uma comissão de acompanhamento com elementos da CML para desenvolver um Plano de Pormenor que promovia o bairro como zona de intervenção crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística. Esse plano é publicado na revista *Urbanismo*¹⁵¹. Dessa avaliação inicial é levantado o facto da zona a intervir ser composta por muitos senhorios que muitas vezes já não tinham relação com o bairro, sendo muitas vezes familiares do senhorio original; uma enorme diversidade de situações de carência e exclusão social e o facto de muitas das habitações existentes não poderem ser reconvertidas devido à sua má qualidade original.

Na última edição do *Notícias de Campolide*¹⁵² de 2001 é apresentado pelo Vogal de Habitação, António Henrique, o conjunto de actividades desenvolvidas durante o mandato que se iniciou em 1997. É afirmado o quase desmantelamento dos três bairros

¹⁵⁰ CD ROM, CML, Divisão Municipal de Habitação: “*Caracterização Sócio-Económica do Bairro da Liberdade*”, apresentação do Plano de Elaboração da Proposta de Reconversão do Bairro, em Dezembro de 2006

¹⁵¹ Boletim Lisboa Urbanismo, nº 17, Ano 2001.

¹⁵² Outubro/Dezembro, 2001, pag. 13

de barracas da Freguesia: Bairro da Liberdade, Quinta José Pinto e Bela Flor. O mesmo dirigente deu conta igualmente do trabalho feito pela Junta de Freguesia no que toca ao saneamento básico, cedência de materiais de construção e energia.

Em 2003, através da análise da publicação local da Junta de Freguesia de Campolide, mas também fomentadas por algumas reportagens televisivas, o Bairro da Liberdade e todo o Vale de Alcântara tornam-se novamente visíveis para o olhar público devido à cedência de solos e abertura de uma cratera, que se alargou com o peso de um autocarro de passageiros que ali ficou preso durante algumas horas. Esta zona é atravessada por uma estrutura igualmente importante, o Caneiro de Alcântara, resultado do entubamento da ribeira de Alcântara. Esta derivação de águas por vezes não consegue reter todas as águas fluviais que vêm desde a Amadora até ao Tejo,¹⁵³ dando-se por vezes a criação de lençóis de água que, sob a pressão das várias estruturas construídas (Aqueduto, Eixo Norte Sul e Avenida Calouste Gulbenkian), acabam por ceder.

As causas atribuídas à cedência dos solos demonstram, pela primeira vez algum desconforto nas relações entre a Junta de Freguesia que mantém a Coligação PS/CDU e o Presidente da Câmara Municipal eleito, com um novo executivo PSD/CDS. A mudança de executivos já se tinha dado em 2002, quando Pedro Santana Lopes e o PSD/CDS vencem a presidência da Câmara Municipal de Lisboa, mantendo-se a mesma coligação na Junta de Freguesia de Campolide. No ano de 2003, face aos deslizamentos, a Junta de Freguesia chama a atenção para a necessidade de intervenção global em todo o Vale de Alcântara, demonstrando que os fenómenos que se estavam a dar no Bairro da Liberdade eram resultado de todo um conjunto de intervenções que não tiveram em conta a estrutura do vale. É feita igualmente uma referência à continuação do Plano de Pormenor do Bairro da Liberdade, aprovado pela Câmara em 2001, no sentido da requalificação do Bairro e estabilização das encostas de Monsanto. António Henrique, ainda Vogal de Habitação, refere:

“Presidente Santana Lopes promete... A propósito da queda de um autocarro, no Vale de Campolide, provavelmente por ruptura do caneiro de Alcântara, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, disse, segundo o prestigioso diário “24 horas” que a Autarquia vai proceder à evacuação do Bairro da Liberdade e, realojar os seus residentes. Só não terá dito quais, quando, como e onde...”¹⁵⁴

¹⁵³ Conforme declarações prestadas pelo Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles ao Notícias de Campolide: Notícias de Campolide: *Autocarro “engolido” por cratera*, pag.6, Dezembro

¹⁵⁴ Notícias de Campolide, *Santana Lopes promete...*, pag.6, Dezembro 2003

Eram 6.30 horas do dia 25 de Novembro quando o asfalto da Calçada da Estação dos comboios de Campolide cedeu, abrindo uma cratera com cerca de 40 metros de diâmetro e 20 de profundidade. A terra tremeu, abriu e literalmente engoliu o veículo pesado dos Transportes Sul do Tejo. Sem explicação, o solo abateu com estrondo e o controlador de tráfego da Carris que estava no local só teve tempo de saltar para o lado e pôr-se a salvo. Felizmente, dentro do autocarro não havia nem passageiros, nem motorista.

Autocarro “engolido” por cratera



Legenda: Imagem do Autocarro entre a estação Ferroviária de Campolide e Avenida Caloust Gulbenkian¹⁵⁵

Deslocação de 180 famílias em 2004

Mais uma vez torna-se recorrente a questão do deslocamento de terras na zona do Bairro da Liberdade. Santana Lopes promete o realojamento das pessoas implicadas até ao final do ano. Refere a intenção de realojamento progressivo de 7000¹⁵⁶ pessoas, nomeadamente todas as pessoas não residentes nos empreendimentos habitacionais horizontais PIMP, PER ou Cooperativa do Bairro da Liberdade. Os realojamentos das situações mais prementes, seriam feitos em casas camarárias e algumas alugadas pela CML.

Surge a acusação por parte da Junta de Freguesia ao antigo Presidente da CML de desvalorização do parecer do LNEC saído em 2000, que afirmava a má qualidade da estrutura do solo naquela zona, afirmando não haver lugar para alarmismos. É aprovado o programa de recuperação da escarpa em risco, que implicava o desalojo de 187 famílias. Santana Lopes prometia realojar toda a população em perigo perto da Encosta até ao final do ano. Primeiro seriam as dos pátios e depois as das outras casas em risco.

¹⁵⁵Idem: *Autocarro “engolido” por cratera*, pag.6, Dezembro 2003

¹⁵⁶ Idem, *Santana Lopes garante realojamentos no Bairro da Liberdade até ao fim do ano*, pag.6, Dezembro 2003

Em resposta o Presidente da Junta indica que foram feitos alguns realojamentos, de forma bastante lenta. Na auscultação feita pela Direcção Municipal de Habitação em 2006 à população, é apresentado o processo da seguinte forma¹⁵⁷:

“Em 2003 o LNEC, tendo permanecido a monitorizar o comportamento dos terrenos da encosta, através da leitura de inclinómetro instalados no terreno, alerta para a confirmação do perigo de deslizamento, apontando para a urgência da intervenção e desocupação da Zona. Neste sentido foi aprovada uma metodologia de intervenção abrangendo cerca de 200 agregados:

- A inclusão dos realojamentos no PER
- O início das diligências com vista ao processo de expropriação por parte do DPI
- O realojamento das famílias residentes em casa particulares ao abrigo do Dec.-Lei 555/99.

Foram realojados **114 agregados e indemnizados 66 agregados**, resolvendo estes últimos por si próprio o seu problema habitacional. Como a CML não dispunha de fogos disponíveis em número suficiente, recorreu-se ao mercado de arrendamento tendo-se promovido o realojamento de 38 famílias em fogos particulares e 76 famílias em fogos municipais. Após todos os alojamentos se encontrarem devolutos, na sequência do realojamento das famílias e demolição de algumas habitações em 2004 procederam-se às obras de consolidação da encosta”.

O ano de 2004 começa com grande alarido no Bairro da Liberdade. O primeiro relato recolhido é do jornal Público¹⁵⁸ em que é noticiado um conjunto movimentações dos moradores no sentido de contestar os contactos dados como *intimidadores*. Os moradores descrevem as intenções da CML em desalojar as populações em cerca de 15 dias. Nesse sentido dá-se uma reunião no Centro Paroquial de São Vicente de Paulo, com a participação de cerca de 400 moradores, sendo criada uma comissão de moradores composta por oito elementos¹⁵⁹.

Entretanto a solidariedade institucional entre Presidente da CML e Junta de Freguesia volta a ter dissabores. À revelia da Junta, a CML começa a dirigir o processo de realojamento entrando em contacto directo com os moradores, através de notificação:

“Limitam-se a colar circulares nas portas, a anunciar para nos deslocarmos à Câmara e que temos de ser realojados ou aceitar a indemnização”¹⁶⁰.

(...) “Quero sair daqui! A minha casa não tem condições nenhuma, é uma pocilga” disse à lusa Maria Ludovica, que ainda não sabe para vai ser realojada, mas que deseja sê-lo em Moscavide. “Vivo aqui há dez anos com os meus três filhos e já não aguento mais” comentou a moradora, acrescentando “Há pessoas que não querem sair, mas quando as casas começarem a cair e pessoas a morrer depois fogem

¹⁵⁷ CD ROM de apresentação do Plano de Requalificação do Bairro da Liberdade, no Centro Paroquial de S. Vicente de Paulo em Dezembro de 2006, sendo o número final de famílias desalojadas 180.

¹⁵⁸ Público: *Moradores do Bairro da Liberdade Contra Intimidação da Câmara de Lisboa*, edição online, 25 de Janeiro de 2004.

¹⁵⁹ Idem, ibidem

¹⁶⁰ Citação de Fernando Rosa, morador do Bairro da Liberdade e pertencente à comissão de moradores recentemente criada in *Público, Moradores do Bairro da Liberdade contra “Intimidação” da Câmara de Lisboa*, 25 de Janeiro 2004, pag.54

todos” Maria Helena Baptista, 80 anos, não acredita que vai ter de deixar o bairro. “Ainda vou primeiro”, disse à Lusa comentando que há 74 anos que ouve dizer que o bairro vai abaixo. “A minha casa está boa e não quero sair daqui, mas concordo que quem viva sem condições queira uma casinha melhor” sublinhou, frisando que não tem “medo nenhum” de viver na Encosta do bairro.”¹⁶¹

Sem haver qualquer apoio directo por parte da CML, os moradores sentiram-se abandonados e apreensivos face às possibilidades de realojamento provisório. Ao contrário do processo encetado em 1992 e 1993, em que os responsáveis camarários estiveram em ligação directa com a Junta de Freguesia e representantes dos moradores, surge uma reacção mais forte por parte dos moradores, uma vez que a CML não demonstrou essa vontade de entrar em concertação com os moradores. As perspectivas de realojamento seriam para o Intendente em centros de apoio assistencial, o que foi rejeitado pela grande maioria dos moradores. Alguns moradores acabaram por ser igualmente alojados em Alvalade ¹⁶²e Benfica¹⁶³. Com a saída dos moradores das casas em risco e com a sua destruição parcial prolongou-se o processo de degradação do bairro. Os moradores começaram a registar mais uma vez constantes roubos de material de construção das casas desocupadas, assim como a ocupação das antigas casas destruídas por toxicodependentes. O consumo e venda informal de drogas tornam-se cada vez mais presentes no Bairro da Liberdade, assim como a sua associação exterior a um espaço degradado e marcado pela venda de rua de produtos ilícitos.

“Comerciante no bairro há 45 anos, Fernando Salgueiro contou à Lusa que o abandono das casas levou muitos toxicodependentes para o bairro. **«Isto agora é o novo Casal Ventoso»**, sublinhou o comerciante, que viu o seu negócio arruinar-se com a saída das pessoas do bairro. Aida Cruz, 70 anos, tinha uma peixaria na rua que teve de abandonar há quatro anos. Desde essa altura recebe uma compensação mensal de 500 euros da autarquia pelo fecho do estabelecimento. A comerciante, que vendia peixe no bairro há meio século, mostrou à *Lusa* o estado em que lhe deixaram a peixaria: entulho por todo o lado, vidros partidos, folhas de livros das finanças espalhadas pelo chão, ombreiras das portas e janelas arrancadas. **«Eu quando entro aqui até fico doente. Isto estava espectacular e agora está tudo destruído. Até tiveram o prazer em descascar os fios da electricidade»**, disse Aida Cruz, comentando enervada: **«É o Iraque autêntico»**¹⁶⁴

Em resultado destes contactos considerados intimidativos surge uma comissão de moradores, apoiada pelo padre Crespo, que disponibiliza as instalações para a reunião e participa activamente com esta comissão. Com o objectivo de poder receber algumas informações sobre o processo em curso, uma comitiva composta por autarcas e

¹⁶¹ Portugal Diário: *Casas vão ser demolidas no âmbito da estabilização da encosta*, in www.portugaldiario.iol.pt

¹⁶² Conforme fonte contactada

¹⁶³ Sol.: *Ao fim de quatro anos desocupados, encosta tornou-se 'o novo Casal Ventoso'*, Edição Online, 7 Abril in http://sol.sapo.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=87848

¹⁶⁴ Idem

membros da comissão de moradores apresentou as suas reivindicações na Assembleia Municipal. Em resposta, o Presidente da CML indicou aos serviços de segurança que mandassem evacuar a sala¹⁶⁵. Nessa reunião foi aprovada a consolidação da Encosta a cargo da Empresa Mota-Engil. Na sua publicação online, em Junho de 2006, a empresa dá conta do tipo de intervenção feita, que passava pela instalação de estacas de 16 metros e consolidação dos solos. Iria durar 9 meses¹⁶⁶. Segundo os dados da Mota-Engil¹⁶⁷ a intervenção iniciou-se em Janeiro de 2004 e terminou em Fevereiro de 2005.

Em 2005 terminam as obras de consolidação da encosta, mas sem os realojamentos definitivos prometidos para os desalojados e restantes moradores do Bairro da Liberdade em situação de insalubridade. Este processo foi liderado pela CML, sem o retorno dos moradores que, devido à ocupação e destruição das suas casas, quiseram manter-se nas casas alugadas pela CML, mesmo continuando a pagar a renda ao anterior proprietário. Uma das fontes consultadas, hoje a viver na zona de Alvalade, relatou a forma como se deram estes acontecimentos. Nascido em Angola, o jovem de 27 anos era residente no Bairro da Liberdade desde pequeno, junto ao Centro Paroquial de São Vicente de Paulo. Devido às obras de consolidação da encosta, a fonte foi realojada em Alvalade, em condições muito melhores do que as que tinha no Bairro da Liberdade, não havendo por parte deste a vontade de retorno. Esta situação ainda perdura, mesmo com os recentes acontecimentos em Abril de 2008, em que alguns moradores foram notificados a regressar às suas casas, mesmo com a degradação a que muitas foram sujeitas.

¹⁶⁵ Público, *Moradores do Bairro da Liberdade contra "Intimidação" da Câmara de Lisboa* 25 de Janeiro de 2004, edição online

¹⁶⁶ Segundo Notícias de Campolide, *Bairro começa a ficar deserto*, pag12, Março 2004

¹⁶⁷ Fonte: <http://fundacoes.mota-engil.eu>



Legenda: Imagem da encosta consolidada em 2005.¹⁶⁸

No *Notícias de Campolide* de Janeiro/Março de 2004, o Vogal de Habitação António Henrique chama a atenção para as pessoas que foram intimadas a sair de suas casas em 15 dias, num total de 180 famílias, muitas delas idosas e que necessitavam do apoio do Centro Paroquial. Em entrevista à mesma edição do jornal, o presidente da Junta levantava a necessidade de obras na escarpa e do desenvolvimento o mais rapidamente possível de uma resposta definitiva para aquelas famílias. Em Novembro de 2004, depois da destruição de algumas casas devido às obras de consolidação da encosta, mas também percebendo a ocupação clandestina de algumas casas por toxicodependentes e consecutiva degradação, o mesmo responsável assegura:

“Do Plano de Recuperação e Reabilitação dos Bairros da Liberdade e Serafina, nada se sabe. O plano anteriormente elaborado sob a responsabilidade da Dra. Vereadora Margarida Magalhães, com a colaboração da Junta de Freguesia, de moradores, de senhorios e do Centro Paroquial, foi deitado às urtigas. A vergonhosa lixeira das meias demolições na Travessa da Capela, apesar das muitas reclamações enviadas à CML, mantém-se inalterada há longos meses”¹⁶⁹.

A 10 de Outubro de 2006 o Presidente da República, o Prof. Cavaco Silva, visita as instalações do Centro Paroquial São Vicente de Paulo, no contexto de uma semana temática dedicada à inclusão. Informado pelos seus assessores de que poderia haver má reacção por parte dos moradores devido à ineficiência de respostas desde 2001, o professor reconsiderou a visita. Acabou por não visitar realmente o bairro, uma vez que

¹⁶⁸ Fonte: CML, Divisão Municipal de Habitação: “*Caracterização Sócio-Económica do Bairro da Liberdade*”, apresentação do Plano de Elaboração da Proposta de Reconversão do Bairro, em Dezembro de 2006

¹⁶⁹ Notícias de Campolide: *Bairro começa a ficar deserto*, pag12, Março 2004

chegou de carro acompanhado por um elevado aparato policial e uma comitiva em que pontuavam figuras de proa da Junta de Freguesia e Câmara Municipal de Lisboa, agora eleitas pelo mesmo projecto político e visitou o Centro Paroquial. Acenou a alguns moradores que o aplaudiam, distribuiu alguns cumprimentos às moradoras mais entusiasmadas e ignorou os que o chamavam para visitar as casas em que viviam¹⁷⁰. Alguns moradores ainda chamaram a vereadora responsável pelas obras que continuavam no bairro, nomeadamente na recuperação de algumas casas. Surgiu alguma confusão junto da comitiva presidencial, sendo alguns moradores afastados pela polícia quando tentavam falar com o Presidente da República.

Será importante relevar que as mudanças operadas na Junta de Freguesia de Campolide com as eleições autárquicas de 2005¹⁷¹ que influem transformações na forma e conteúdo do antigo *Notícias de Campolide*, que se torna *Campolide Press*. Deixa de ser um jornal, passando ao formato de revista, com a conseqüente redução dos artigos e do seu carácter reivindicativo. Defendendo uma posição que não deverá passar por miserabilismos, defende a relevância de fenómenos positivos como o Centro Paroquial de São Vicente de Paulo, esquecendo deliberadamente a razão da sua existência enquanto instituição de assistência social a populações carenciadas.

Por fim em Dezembro de 2006 é apresentada a primeira intenção de reconversão do Bairro da Liberdade à população. Pela mão da anterior vereadora do Urbanismo Gabriela Seara, são apresentadas algumas dificuldades: as casas serem de propriedade privada e a má condição da escarpa (obra que terminou no ano de 2005), a má qualidade do caniço de Alcântara e a necessidade de construção de um Plano de Pormenor adequado ao PDM. É apontada uma previsão de custos para a reconversão do bairro na ordem dos 75 milhões de euros e um prazo de início das obras em 3 anos.

Em causa está o realojamento de 960¹⁷² famílias, com um valor agora actualizado em 100 milhões de euros. É prevista a construção de 98 mil metros quadrados, 29 edifícios entre 5 e 6 andares, 1055 fogos, assim como de um conjunto de TO para realojamento

¹⁷⁰ Que se pode associar ao espírito iniciado pelo Presidente Mário Soares em 1993 com a sua presidência aberta às zonas degradadas de Lisboa.

¹⁷¹ Vencendo uma lista autárquica apoiada pelo PPD-PSD

¹⁷² Dados gentilmente cedidos pela Divisão Municipal de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, aquando da apresentação do Plano de Requalificação do Bairro da Liberdade, no Centro Paroquial de S. Vicente de Paulo em Dezembro de 2006

de idosos que continuam a necessitar do apoio do Centro Paroquial. A primeira fase de construções tem como objectivo o realojamento das 180 famílias que tiveram de abandonar o bairro no início de 2004 e que actualmente habitam em diversas zonas de Lisboa, desde Benfica a Alvalade, a que a CML continua a pagar renda. Actualmente o projecto encontra-se em apreciação pela CCDR de Lisboa e Vale do Tejo. A apresentação à população foi feita em 13 de Dezembro, havendo uma resposta bastante positiva dos moradores, desvalorizando a apresentação feita pelos técnicos da CML, perguntando directamente sobre os prazos de construção e futuro realojamento. *Onde assinamos?*

Conclusão

Neste ponto da Investigação pretendi apresentar uma caracterização da situação residencial no Bairro da Liberdade. Esta poderá ser dividida em quatro núcleos fundamentais: Eixo Norte-sul/PIMP, PER, Cooperativa e Habitação Original de construção clandestina

Iniciei esta caracterização com o processo de realojamento associado à construção do Eixo Norte-sul, percebendo de que forma se deu a adjudicação do mesmo, explicando a importância metropolitana e nacional que esta via rodoviária apresenta no contexto de Lisboa e da sua área de influência. Foi igualmente importante reportar a forma como se deu o realojamento provisório, principalmente no Bairro Padre Cruz, assim como a fixação definitiva na estrutura residencial hoje existente num dos limites do bairro. A análise deste processo revelou-se muito importante, apresentando um conjunto de pistas que me permitiu conhecer o restante Bairro da Liberdade.

Como zona da cidade marcada pela solução habitacional *barraca*, também o Bairro da Liberdade teve uma intervenção PER. Desta forma foi possível realojar um conjunto de moradores que tinha abandonado o bairro em 1997, assim como de um outro grupo de famílias provenientes da restante Freguesia de Campolide. A análise deste conjunto habitacional permitiu-se analisar o PER enquanto objecto de intervenção pública na resolução de situações de insalubridade residencial: o seu alcance, as suas virtualidades, a sua condição de emergência; mas também as suas dificuldades de integração na

diversidade de situações de insalubridade e clandestinidade, que por não estarem enquadradas enquanto *barraca*, acabam por persistir no bairro. Este ponto será igualmente importante para relacionar o processo do Bairro da Liberdade com outros processos de realojamento, perceber que diferenças existiram, e de uma forma geral, que papel teve um programa como o PER na cidade de Lisboa. No caso de Bairro da Liberdade ficou comprovada a ineficácia do programa, uma vez que a grande maioria do parque edificado era de propriedade privada. Há assim uma enorme dificuldade em associar o âmbito do programa, a eliminação dos bairros de *barracas* dando-se o conseqüente agravamento das situações não enquadradas no programa.

Por fim foi necessário abordar toda a estrutura habitacional no Bairro da Liberdade que não tinha sido reconvertida pelos dois programas anteriormente referidos. Marcados pela condição de insegurança devido aos constantes deslizamentos das Encostas de Monsanto, este conjunto habitacional apresenta-se como resultado da ineficiência das instâncias centrais em reverter globalmente o bairro. Estes moradores constituem desta forma os *excluídos das políticas públicas* que a intervenção central não conseguiu resolver. Esta ideia pode ser metaforizada pela ideia da construção de *uma rede de pescadores*, que apresenta uma *malha* demasiado larga ou com muitos buracos, e em que muitos moradores não são *apanhados*, *passando* por ela. Deste modo poderemos reproduzir a forma como a *ultima favela de Lisboa*, como situação de insalubridade habitacional, é excluída dos instrumentos desenhados centralmente, uma vez que não “cabem” nos critérios deste ou daquele programa, não havendo uma reconversão total do bairro. Este fenómeno explica igualmente uma visão *totalitária de construção social de populações*¹⁷³, sendo estas integradas nesta ou naquela política se tiverem um conjunto de características que os associam ao âmbito de um determinado programa: viver numa zona a reverter centralmente, numa situação de insalubridade extrema (*barraca*), ou serem integrados pelos serviços centrais num qualquer plano de realojamento.

Esta última parcela do Bairro da Liberdade constituiu uma parte fundamental da investigação avaliando o percurso das políticas de habitação. Parte da percepção que as situações mais complexas e de difícil resolução, habitação privada e degradada e não

¹⁷³ Nunes, João Pedro Nunes (2007), *À Escala Humana. Planeamento Urbano e Arquitectura de Habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969)*, Lisboa, Câmara Municipal de, 2007

propriedade camarária ou estatal, encontram grandes dificuldades no que toca à sua reabilitação. Acaba por passar a ideia de que apenas as situações que estão ligadas à ilegalidade extrema, seriam alvo de intervenção, deixando para os proprietários privados a obrigatoriedade de resolução das situações de insalubridade. Esta caracterização será útil não só para conhecer o Bairro da Liberdade, mas também para a compreensão mais global acerca das respostas dadas pelos poderes administrativos centrais em relação a determinadas zonas da cidade marcadas pela exclusão económica e social.

Capítulo 3:

Habitação e desigualdade social: uma proposta de análise.



Legenda: Bairro da Liberdade nos anos 60¹⁷⁴

¹⁷⁴ Fonte: CML, Divisão Municipal de Habitação: “*Caracterização Sócio-Económica do Bairro da Liberdade*”, apresentação do Plano de Elaboração da Proposta de Reversão do Bairro, em Dezembro de 2006

Introdução

Neste ponto final da investigação pretendo pensar teoricamente o fenómeno habitacional, podendo desta forma compreender os processos anteriormente explicitados sobre o Bairro da Liberdade.

Inicialmente irei pensar a Habitação enquanto direito consagrado pela ONU e Constituição portuguesa de 1976, relacionando-o com outros direitos sociais que foram consagrados por estas duas fontes. O direito de acesso ao alojamento em condições de qualidade terá de ser cruzado com diferentes dimensões a forma como este direito foi associado às diferentes políticas habitacionais, o contexto de desigualdade e segregação social existente, a fidelização e construção de bases sócias de apoio político, o valor associado à propriedade privada do próprio alojamento. Deste modo o alojamento não é um campo neutro, relacionando-se intimamente com as restantes dinâmicas urbanas.

O passo seguinte foi a construção de uma tipologia para pensar as diferentes abordagens sobre o alojamento: Liberal, Intervencionista e Reformista. Ao analisar estes três modelos foi importante ressaltar o papel do mercado e a importância dada a este na construção de habitação para as populações mais insolventes do processo produtivo.

3.1 Habitação como Direito consagrado?

Em Portugal, o direito à Habitação é consagrado como direito fundamental¹⁷⁵ a partir da Constituição de 1976, resultante de um profundo processo social e reivindicativo em que arquitectos, moradores e suas comissões, agentes políticos e institucionais discutiram, associaram-se e responderam às aspirações fortemente marcadas pelo *espírito de Abril de 1974*. É assumido igualmente como direito consagrado pela O.N.U em 1996,¹⁷⁶ direito fundamental de cada cidadão, igualando em termos de importância com outras cartas de direitos como a do trabalho, direitos humanos, das crianças ou das mulheres. Esta consagração nasce da consciência de que todos, *mesmo todos*, teriam direito a habitar num local de boas condições de salubridade. Segundo esta *consciência*,

¹⁷⁵ Através do artigo nº65, que consagra “uma habitação adequada, para si e para a sua família, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”

¹⁷⁶ Silva, Alice *Os constrangimentos da política habitacional em Portugal*, texto policopiado, Lisboa

a habitação deverá proporcionar um espaço de recolhimento, de bom ambiente comunitário e familiar, de privacidade, de crescente melhoria das condições de vida. A seguinte citação permite-nos perceber o alcance do direito de habitação, a sua importância enquanto dinâmica que interage com o espaço da natureza, com o exterior:

“Reconhecido constitucionalmente como um direito de todos os cidadãos, a habitação é, em primeiro lugar, **uma necessidade básica**. No seu sentido mais primário constitui-se como abrigo, oferecendo protecção contra o frio e calor excessivos, chuva, ventos elevados, e outras situações naturais que ameaçam o bem-estar das pessoas... A habitação cumpre muitas funções importantes. Em primeiro lugar, proporciona às pessoas a condição essencial para a vida doméstica - espaço de privacidade onde se desenvolvem as actividades diárias como sejam cozinhar, comer, descansar, interagir com outras pessoas, longe de olhares estranhos”.¹⁷⁷

Estas necessidades terão de ser associadas a um tempo e espaço específico, que neste estudo, são as sociedades de industrialização e urbanização recentes. Com uma urbanização e industrialização centradas na questão da produção e ocupação da cidade de modo a corresponder às crescentes necessidades de transporte e de mão-de-obra, dá-se uma transformação total da cidade e da vida daqueles que lá viviam. Dá-se o aumento exponencial dos aglomerados populacionais no seu seio e conseqüente expulsão para a periferia. Quando os responsáveis políticos, ou mesmo a comunicação social abordam a exclusão ou inclusão no espaço da cidade é destas populações que falam. A citação seguinte esclarece de que forma a localização da habitação poderá influenciar a socialização primária dos agentes, na sua integração em determinadas esferas sociais, influenciando estratégias pessoais.

“Do ponto de vista sociológico, a habitação pode revelar-se como um factor de **integração ou exclusão social**. Por exemplo, o modelo de concepção e a localização das habitações numa determinada comunidade pode facilitar a proximidade entre pessoas que partilham as mesmas características culturais, o que servirá para reforçar os seus laços de vizinhança e de sociabilidade. Em sentido oposto, estas mesmas características podem conduzir a comportamentos de **segregação dessa população**, por parte de outros grupos sociais, traduzindo-se em **menor possibilidade de acesso à educação, ao emprego**, enfim às oportunidades de vida. Neste sentido, a habitação está intimamente ligada a questões de justiça social, e desse modo, aos processos político e económico.”¹⁷⁸

Na primeira citação Alice Silva começa por descrever algumas das atribuições que vamos associando a um aspecto de natureza funcional; mas, na segunda citação, a autora demonstra que a habitação não é um campo neutro, incólume às desigualdades sociais. Deste modo, é necessário associar à problemática da habitação não só a questão

¹⁷⁷ Silva, Alice *Os constrangimentos da política habitacional em Portugal*, texto policopiado, Lisboa, pag.3.

¹⁷⁸ Idem, pag.1

da falta de casas para toda a população, mas também a questão da sua qualidade, das condições de higiene, da sobrelotação e da insalubridade.

Agora já estamos a discutir as competências que uma casa deve possuir para que seja um espaço saudável de convivência. Esta abordagem muito próxima da Psicologia Ambiental traduz-se num modelo de análise dos discursos e representações dos moradores, últimos e principais agentes de um processo de decisão e planeamento urbano, a que muitas vezes não são chamados. Falamos das condições habitacionais das camadas mais desfavorecidas da população, indo de encontro à minha preocupação fundamental neste ponto: a habitação insalubre, as más condições de vida de uma franja substancial no Bairro da Liberdade.

O valor associado ao alojamento terá igualmente de ser analisado enquanto um bem de uso necessário a qualquer indivíduo e como mecanismo de estudo de integração no esquema de classes sociais na cidade: “ A Habitação é um bem heterogéneo, durável e essencial à sobrevivência humana, constituindo um indicador indirecto das desigualdades sociais na cidade” (Guerra, I., 1997, 165). O esforço em adquirir casa própria, sobretudo nos países de mais baixos recursos, e entre as camadas da população mais segregadas do processo económico, torna-se um investimento muito importante para as famílias ou pessoas singulares e constitui, por vezes, o único investimento de base sólida que esta camada da população se propõe a levar a cabo. As dinâmicas que Baptista, L. apresenta nesta questão são reveladoras do poder da habitação nos campos da desigualdade social e da gestão institucional destas populações:

“ A concretização de uma política social adequada ganha expressão efectiva com a criação de bairros urbanisticamente controlados para operários. Concebidos no contexto das grandes cidades europeias, estes conjuntos habitacionais garantem algo de verdadeiramente inovador: **o acesso dos operários à propriedade privada** (ênfase meu. (...)) A discussão dos princípios de intervenção dão lugar a contabilizações variadas que parecem querer responder por esta via àquilo que a lógica de mercado não incorpora. É assim inevitável que em torno deste precioso bem social se tenham vindo a estabelecer clientelas eleitorais, decisivas nos equilíbrios políticos, cuja capacidade reivindicativa fica assim empolada.”¹⁷⁹.

Historicamente poderemos afirmar que são as preocupações com a higiene e *perigosidade social* que ditam as primeiras intervenções na questão da habitação, tanto

¹⁷⁹ Baptista, Luís, *Cidade e Políticas Sociais de Habitação, Armadilhas Conceptuais e Metodológicas*, in *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 3, Dezembro 2001, pag. 71-83.

em Portugal como na Europa: sobrelotação das casas em que pais e filhos dormem numa mesma divisão e esquemas de subaluguer de uma parte da casa, que estão por detrás de muitas das doenças que afligiam camadas cada vez mais alargadas da população. Estas doenças não afectavam apenas estas camadas, mas também os capitalistas e suas famílias, por contágio através do espaço da fábrica. A questão não é apenas esta: um trabalhador doente produzia muito menos. O caso das ilhas no Porto será um bom caso empírico para percebermos as possíveis epidemias que advinham deste tipo de alojamento sem condições. Os pátios interiores dos prédios eram aproveitados para construção insalubre sem quaisquer condições de higiene. O elevado número de mortos por tuberculose e peste bubónica nestes locais demonstram a relação entre más condições de habitabilidade e saúde¹⁸⁰.

“... Assim, acontece que os maiores industriais, outrora cabos-de-guerra na luta contra a classe trabalhadora, são agora os primeiros a lançar apelos à concórdia e à harmonia. E isto com boas razões. (...) As repetidas epidemias de cólera, febre tifóide, varíola, etc, fizeram com que os burgueses ingleses compreendessem a necessidade urgente de sanear as cidades, se não queriam ser, eles próprios e as suas famílias, vítimas destes flagelos¹⁸¹(...)”

Mas há uma outra dimensão que tem de ser aliada a esta preocupação dos industriais na produção dos chamados bairros operários do século XIX e início do século XX. É uma medida de controlo e fidelização da mão-de-obra, de normalização social, desmobilizadora face a tendências conflituais. Esta opção materializa-se numa reprodução ideológica da propriedade e da casa própria. Em relação a este assunto a citação seguinte desmascara esta proclamada *preocupação social*:

“As ‘intervensões’ justificadas por alegadas preocupações filantrópicas de fracções da classe dominante inscreveram-se no quadro dos interesses próprios desses grupos sociais: por um lado, o **abrandamento da pressão sobre os salários**, que convinha manter baixos, e, por outro lado, a rentabilização do investimento pela elevação dos índices de **produtividade da mão-de-obra**, que, alojada perto do local de trabalho, passaria a dispor de uma condição básica para a reprodução da sua força de trabalho: a casa de habitação. De facto, a oferta de habitação pode constituir um elemento de dissuasão das lutas operárias. Todavia, em alguns casos de filantropia patronal, teria estado presente o desejo de exercer a **caridade cristã** associado a algum **paternalismo**”¹⁸²

¹⁸⁰ Sobre este assunto Pereira, V.B apresenta um trabalho bem desenvolvido: *Uma imensa espera de concretizações...Ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir do Porto*, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8461.pdf>

¹⁸¹ Engels, Friedrich, *A questão da Habitação*, Edições Avante!, 1984 in Rodrigues, Maria *O Direito à Cidade, O movimento de Moradores do Porto*, pag. 20, Campo das Letras, 1999,

¹⁸² Rodrigues, Maria *O Direito à Cidade, O movimento de Moradores do Porto*, pag. 16, Campo das Letras, 1999

A citação anterior é esclarecedora face ao poder que a entidade patronal poderá deter quando avança no caminho da habitação social, melhorando as condições de vida dos seus operários. Em muitos casos o capital industrial era coincidente ou detinha relações privilegiadas com a classe terra tenente, podendo assim (quando apoiada pelo Estado), tornar-se a *habitação social* uma oportunidade de negócio. Deste modo o capital industrial possibilitava um refrear das lutas operárias, tornando a sua mão-de-obra mais dócil, fomentando assim também a competição e denúncia entre trabalhadores. Guerra, I (2001, pag.55) levanta igualmente uma questão importante: a divisão existente no movimento operário europeu face à avaliação do alojamento enquanto dinâmica reivindicativa, inscrita na reivindicação pelo consumo, *desviando* os trabalhadores das lutas fundamentais: o salário e melhoria das condições de trabalho.

Sobre este assunto Nunes, J (2007, pag.54) apresenta uma boa abordagem do que o autor chama “Construção Social das Populações”, neste caso associada à construção do Programa de Casas de Renda Económica nos Olivais Sul em Lisboa. Segundo o autor, o Estado português construía um conjunto de critérios que permitiam o acesso à habitação a custos controlados, desde que o agregado familiar *encaixasse* no esquema corporativo do Estado Novo. O acesso a estes fogos implicava a integração nas Corporações ou nas diferentes Caixas de Previdência, um determinando rendimento mensal, e de forma a poder controlar directamente os futuros moradores e corromper o espírito do programa, a *conduta moral e cívica*. Este último critério, marcado profundamente pela visão que o regime conservador português tinha sobre as relações sociais entre os agentes, acaba por dizer muito do programa. Uma vez que tal condição seria muito difícil de definir, poderiam ser afastados do acesso a estas casas um conjunto de trabalhadores com quem o regime ou os seus funcionários não simpatizavam. Desta forma dá-se claramente uma diferenciação entre os trabalhadores que tinham funções associadas à área estatal: CTT, INATEL ou mesmo Polícia¹⁸³, dos outros que muitas vezes apresentavam um nível de desigualdade social mais gritante, que por não poderem aceder a este tipo de alojamento *social* continuavam em soluções habitacionais degradadas ou sobrecapadas. Esta é também uma forma do regime construir uma *base social de apoio* à sua acção, *domesticando* estes moradores e demonstrando aos *outros* quem poderia ou não ter acesso a este tipo de alojamento.

¹⁸³ No caso do Bairro de Casas Económicas da Serafina, vizinho do Bairro da Liberdade.

3.2 Três modelos de intervenção habitacional

Concluo esta introdução às questões da habitação e da sua importância apresentando três modelos de caracterização. Estes não devem ser vistos como modelos fechados, que determinam especificamente uma determinada posição face a uma política habitacional, mas como três grandes quadros abertos para analisar uma determinada política habitacional. A opção de utilização destes objectos conceptuais abertos permite a utilização de dois quadros ou mesmo dos três a uma só situação. Assim um determinado programa habitacional, poderá ter certas características que o aproximam do *Liberal*, outras do *Intervencionista*, ou mesmo até tenha marcas *reformistas*, ao mesmo tempo ou em momentos variados do tempo.

O esquema apresentado por Maria Júlia Ferreira¹⁸⁴ apresenta virtualidades porque nele podemos encontrar mecanismos de natureza geral mas que possibilitam um possível enquadramento de situações, programas e formas de problematizar a questão habitacional. A autora propõe-se pensar a habitação de tipo social. Na conceptualização do conceito demonstra que as formas como foi analisado denotam visões sobre a habitação. Algumas leituras privilegiam ou não o papel do Estado, outras que assumem apenas enquanto um bem de uso e que deve ser transaccionado segundo as regras de mercado livre.

Uma Proposta Liberal. À primeira forma de actuação sobre a questão habitacional a autora dá o nome de “liberal”, preconizando o conhecido *laissez faire*. Nesta abordagem, o Estado deve ser afastado da questão da habitação, não consagrando a habitação enquanto direito de todos, mas inscrevendo-a como um bem de comércio, de troca, logo inscrito na lógica de mercado.

Ao inscrever inicialmente a lógica do mercado na habitação, as políticas não controlam a especulação sobre os preços dos terrenos, os custos dos empreendimentos, não procuram lógicas mais utilitárias e económicas, levando naturalmente ao encarecimento artificial das habitações. Deste modo as habitações de melhor qualidade são apenas

¹⁸⁴Ferreira, Maria Júlia *Habitação social em Portugal: breve história e alguns problemas*, Lisboa : [s.n.], 1988. trabalho apresentado à FCSH-UNL, para prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. - Exemplar policopiado, pag.11

possíveis de acesso a classes com maior rendimento, observando-se uma consequente expulsão das classes mais baixas para a periferia na modalidade barraca ou casa insalubre e consecutiva perda de qualidade de vida.

A autora esclarece este primeiro modelo deste modo:

“as que defendem que a habitação é uma mercadoria é um bem de consumo, devendo regular-se pelas leis do mercado, auto regular-se; o jogo das forças em presença deve equilibrar-se; a **intervenção do Estado deve ser mínima** [ênfase meu] pois, sendo um agente externo ao mercado, gera desequilíbrios; é aos indivíduos, isolados ou associados, que compete resolver o problema da habitação”¹⁸⁵

Uma proposta intervencionista: O segundo modelo parte de um outro pressuposto. A habitação participa nos processos de integração/exclusão, a habitação como reprodução ideológica e social do processo produtivo. Assim as más condições de habitação a que estavam ligados os sectores de mais baixos recursos eram uma reprodução material que vinha do mundo do trabalho e do seu sistema de desigualdades.

Este modelo defende que a habitação deve ser analisada enquanto direito dos cidadãos, tanto em termos da sua carência como da sua qualidade, sendo o Estado o garante desse mesmo direito. Este modelo está igualmente ligado à avaliação da experiência do alojamento enquanto dinâmica influenciadora da socialização dos agentes, a sua progressiva integração na restante cidade e esquema de classes sociais.

No que toca a este modelo, segundo as fontes consultadas referentes à Europa Ocidental Guerra, I (2001, pag.57 e 58), apenas poderei apresentar os casos britânicos depois de 1945 e dos países escandinavos (Dinamarca). Segundo esta autora, nestes países não existe uma política *segregativa de vários mercados para vários grupos sociais*, havendo uma forte intervenção do Estado Central, sendo prioritária a construção de habitação de qualidade para todos, uma política que se alarga a toda a população, independentemente da sua origem social e económica.

¹⁸⁵ Ferreira, Maria Júlia *Habitação social em Portugal: breve história e alguns problemas*, Lisboa : [s.n.], 1988. trabalho apresentado à FCSH-UNL, para prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. - Exemplar policopiado, pag.11

As maiores críticas que se fazem ao modelo intervencionista estão ligadas aos custos que estas acções detêm nos respectivos orçamentos dos governos, mas também ao consequente enfraquecimento de todos os interesses privados ligados à construção.

“(…)as que defendem que a habitação é englobada por um **sistema profundamente contraditório** [ênfase meu] e por isso necessita de um agente regulador; só o Estado pode restabelecer e manter o equilíbrio entre as contradições do sistema e os interesses opostos das diferentes classes sociais; a intervenção do Estado deve ser forte e disciplinadora; o Estado é o principal responsável pelo problema habitacional, pois é seu dever proteger e apoiar os mais desfavorecidos”¹⁸⁶

Uma proposta reformista. Por fim, a autora apresenta um último exemplo. Não lhe atribuindo um nome, considero que podemos classificá-lo como *reformista*. Estas teorias reconhecem o direito à habitação mas esclarecem desde logo que o mercado não deve ser esquecido ou abafado pela iniciativa estatal. Este tipo de teorias defendem a existência de habitação de boas condições para as classes mais desfavorecidas, detendo aí o Estado um papel, nomeadamente no que toca à concessão de benefícios fiscais, de amortizações, da cedência de terrenos expropriados pelos municípios ou pelos organismos centrais. Esta é também uma forma de conter ambos os lados da “barricada”.

Esta proposta está profundamente ligada, pelo menos na Europa Ocidental, ao contexto de pós II Guerra Mundial, carência habitacional e aumento do poder reivindicativo dos grupos mais desfavorecidos. Depois de toda a destruição efectuada durante 6 anos de guerra, os países mais marcados pela guerra teriam de promover formas de alojamento para as populações mais desfavorecidas. Ao contrário da proposta Intervencionista anteriormente explicada, dá-se a construção de um mercado *social*, coexistindo a construção orientada para públicos mais desfavorecidos com a iniciativa privada que pode continuar a construir para os seus públicos de eleição.

Tenta-se construir a mais baixos preços, atenuando assim o preço das habitações, fidelizando e construindo uma base de apoio político futuro de determinados estratos da população socialmente importantes. Ao mesmo tempo desenvolve-se uma relação com os detentores do solo, das matérias-primas e com as empresas de construção, que continuam a funcionar segundo as regras de mercado. Esta situação pode ser analisada

¹⁸⁶ Ferreira, Maria Júlia *Habitação social em Portugal : breve história e alguns Problemas*, Lisboa : [s.n.], 1988. - 56 fls. : il. ; 30 cm. Trabalho apresentado à FCSH-UNL, para prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. - Exemplar policopiado, pag. 10

empiricamente a partir da situação que se viveu em Portugal no início dos anos 80, altura em que se notou um forte impulso às cooperativas de habitação e facilitação da concessão de crédito bancário com juros bonificados, possibilitando a compra de casa própria.

“as teorias que defendem que o Estado deve criar meios e desenvolver mecanismos mas a **intervenção directa deve ser moderada** [ênfase meu](...) Ao Estado compete criar mecanismos para a resolução do problema habitacional mas não deve substituir-se aos privados.”¹⁸⁷

Estas construções possibilitavam a compra de apartamentos com juros bonificados, através de prestações que eram facilmente suportadas pelos moradores da classe média urbana. Até aí tinham vivido em sistemas de aluguer em que os seus senhorios, por incapacidade ou vontade especulatória, deixavam degradar. Neste modelo não são referidas com exactidão as situações mais extremas, ou seja as situações das camadas populares que não têm possibilidade de pagar uma renda, que não têm contrato de trabalho seguro, que não se podem inscrever numa cooperativa, mantendo-se em casas de aluguer. Estes são os excluídos desta política de habitação. Ao enunciar um público-alvo de intervenção, as camadas da população minimamente solventes, esta teoria acaba por deixar de fora aqueles que por si só não detêm capitais financeiros para poder aceder à qualidade habitacional.

Conclusão

Este ponto serviu como uma introdução às questões da habitação para as populações mais desfavorecidas. Deste modo, percebi que a habitação terá de ser vista face às condições materiais dos seus utilizadores mas também que esta não é uma questão neutra: está intimamente ligada ao jogo de forças dentro da cidade, à sua diversificação sectorial, às políticas emanadas do sistema político que a encaram ou não como bem de mercado.

Foi possível igualmente analisar a *Habitação* enquanto mecanismo de integração do parque edificado no contexto urbano e o *Alojamento* como fenómeno marcado pela

¹⁸⁷ Maria Júlia Ferreira *Habitação social em Portugal : breve história e alguns Problemas*, Lisboa : [s.n.], 1988. - 56 fls. : il. ; 30 cm. Trabalho apresentado à FCSH-UNL, para prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. - Exemplar policopiado, pag. 11

avaliação e representação feita pelos moradores do seu local de residência. Deste modo poderemos aceder a um conjunto de ferramentas para avaliar o Bairro da Liberdade e a sua situação de habitabilidade, podendo deste modo conhecê-lo em maior profundidade, classificando alguns dos seus períodos de construção mais intensa.

A construção das tipologias *Liberal*, *Intervencionista* e *Reformista* permitiu avaliar como em diferentes espaços temporais e territoriais a Habitação e o Alojamento foram tratados. Como inicialmente explicitado, estes modelos funcionariam como quadros abertos, uma vez que poderiam explicar em complementaridade diversas situações. O Bairro da Liberdade é um exemplo dessa mesma interligação, pelo menos de dois dos modelos apresentados. Neste caso o bairro passou uma *experiência liberal* aquando da sua formação inicial, ou mesmo uma *experiência reformista* aquando do PER ou PIMP/Eixo Norte-sul. Segundo a minha avaliação do processo construtivo habitacional no Bairro da Liberdade não houve qualquer *experiência intervencionista*, explicitando uma vontade em alojar condignamente toda a população do Bairro da Liberdade, independentemente do seu estatuto socioeconómico, da sua integração ou não nos limites dos planos anteriormente referidos.

Conclusões

Com este trabalho pretendi desenvolver um conjunto de ideias ligadas ao valor associado à Habitação, principalmente para estratos da população mais desfavorecidos. Uma tentativa que encerra sempre em si a possibilidade de erros, mas também virtudes e efeitos heurísticos e interpretativos desta realidade social e cultural. Sobre esta questão penso que a investigação permite salientar:

Em primeiro lugar, a percepção de um contexto de desigualdade social, da necessidade de mecanismos de reformulação, promoção e melhoria das condições de vida destas populações, inscrevendo-as nas dinâmicas da cidade e do seu modelo económico. A compreensão do fenómeno habitacional degradado no bairro permitia caracterizar uma determinada parte da cidade, os seus moradores, a sua socialização e futura integração escolar e profissional.

Em segundo lugar a existência de uma dinâmica marcadamente institucional, ligada à resposta a aspirações suscitadas pela comunidade: moradores, desalojados, proprietários, políticos, jornalistas; em que povoam as “boas soluções”, um contexto de *emergência* e a vontade de reconversão urbana daquela parcela da cidade. Esta visão está igualmente ligada às técnicas urbanas que pretendem reverter uma área classificada como clandestina, inscrevendo-a nas lógicas de reorganização urbana e legal. A construção destes *problemas a resolver* poderá passar pela persistência de habitação insalubre, a que o poder político quer dar resposta numa dinâmica claramente populista. Face à necessidade de criação de pólos eleitorais que apoiassem futuramente este ou aquele candidato, de forma a poder influenciar politicamente um conjunto de pessoas que se concentra densamente numa determinada zona, são desenvolvidos projectos de realojamento muitas vezes marcados por fenómenos de nepotismo e entrega indevida de alojamento. Desta forma era criada uma *clientela política* à qual se poderia recorrer nos momentos de eleição e apoio à direcção municipal/estatal.

Partindo dos factores enunciados nos objectivos, penso que é importante avaliar os pontos iniciais deste trabalho, percebendo de que forma os objectivos foram alcançados e que conclusões foi possível alcançar:

- Posicionamento geográfico e físico que o afasta do “centro” da cidade: muitos dos moradores da cidade de Lisboa desconhecem a existência do Bairro da Liberdade e da sua habitação insalubre. O bairro fica localizado numa zona de fronteira do próprio concelho de Lisboa, não havendo um grande número de actividades económicas que implique a passagem de pessoas e actividades por ele, tornando-se *esquecido*.

- Concentração de populações declaradamente excluídas do processo económico: A observação do Bairro da Liberdade pode relativizar um pouco esta dinâmica. Se por um lado encontramos alguns moradores que tiveram a possibilidade de melhorar as suas casas e os realojados PER e PIMP; por outro encontramos uma população envelhecida, com graves problemas de solvência, moradora em casas de má qualidade e que acaba por recorrer à assistência social do Centro Paroquial de São Vicente de Paulo. O recurso às diferentes fontes escritas permitiu perceber que o bairro se tornava mais visível quando era associado a uma estrutura de habitação precária ou mais recentemente como bairro associado a actividades ilegais como a venda de drogas. Muitos moradores acabam por reproduzir esse mesmo enfoque, na medida em que a requalificação da estrutura habitacional é recorrente no seu discurso, assim como a vontade de transformação do espaço envolvente às habitações, melhorando substancialmente a qualidade de vida daquelas populações. Visto de fora, este território era associado a um espaço que se pode qualificar como de *exclusão*, na medida em que persistem desequilíbrios de ordem habitacional e uma certa separação física em relação à restante freguesia de Campolide, podendo ser identificado negativamente na malha urbana de Lisboa.

- Uma estrutura de habitação que congrega diferentes opções urbanísticas: Foi a extrema diversidade de situações habitacionais presente no Bairro da Liberdade que ditou a sua configuração actual. Marcada inicialmente por um *espírito de Liberdade*, o bairro foi crescendo e diversificando-se desde a sua origem, não havendo em 2006, uma solução real e integrada daquelas populações. A não integração nos diferentes programas de reabilitação urbana, assim como uma estrutura fundiária marcada por pequenos proprietários marcará o seu caminho de degradação do bairro.

- A introdução de grandes estruturas urbanas para uso geral que não é orientada para o bairro, implicando realojamentos e visibilidade pública do Bairro da Liberdade. O

processo clandestino de alteração de casas e a permanência de barracas nos seus limites, apenas foi revelado com a necessidade de construção deste eixo viário. O Bairro da Liberdade torna-se importante para a gestão camarária e central, uma vez que os seus terrenos são necessários para esta obra de valor metropolitano e nacional. Percebe-se assim que este *olhar interessado*, não está relacionado com o bairro em si, mas com outras necessidades de carácter exterior. O bairro e os seus moradores ganham uma certa visibilidade que poderá promover a melhoria das suas condições de vida, mas também poderá ser objecto de estigmatização na medida em que só seria conhecido devido às diferentes deficiências da sua estrutura urbana, empobrecendo o seu papel na restante freguesia de Campolide e cidade de Lisboa. O bairro acaba por ser solicitado exteriormente quando se dá um deslocamento de terras que implica a deslocação de população das suas habitações, quando é necessário destruir um bairro de barracas que se tinha consolidado junto à estação de Campolide, ou para construir uma importante via de escoamento de tráfego entre a Margem Sul do Tejo e o Norte de Lisboa. A sua especificidade, a sua história de construção habitacional desordenada acabam por não ser tidas em conta e não serem reconvertidas pelas diferentes intervenções já feitas. Este efeito de visibilidade é muito volátil, estando presente nos momentos em que de facto se reconverte parte do bairro, mas rapidamente se desloca para outros focos. É reafirmada a sua posição periférica, sem a existência de actividades económicas ou culturais que favoreçam a passagem e utilização do espaço por um número mais elevado de pessoas, tornando-se pouco visível para a restante cidade de Lisboa, logo *esquecido*.

Esta condição de maior ou menor visibilidade das suas fraquezas na malha urbana mas também do discurso acerca da necessidade de requalificação, acabam por trazer o Bairro da Liberdade para o campo das decisões públicas, constituindo de alguma forma um objecto interessante de investigação na área das políticas públicas de habitação na cidade de Lisboa. A especificidade e heterogeneidade da estrutura construtiva onde ainda persistem situações de extrema insalubridade, mas que a umas dezenas de metros encontram algumas melhorias, a sua proximidade de Monsanto e a inconsistência das suas escarpas laterais, promovem o Bairro da Liberdade como objecto de discussão pública, sendo identificado como zona a intervir, a nível local e central.

É perceptível este *olhar interessado* tanto no discurso dos moradores, como de autarcas ou mesmo de jornalistas. Os moradores são os primeiros a indicar que o bairro se torna

importante quando uma ou outra obra de maior alcance passa pelo seu espaço, quando uma ou outra visita mais importante promete a reconversão do bairro e depois é esquecido. Os próprios autarcas, nomeadamente da freguesia de Campolide, através da expressão do actual presidente da Junta de Freguesia, como de antigos responsáveis municipais revelam a falta de atenção dada ao Bairro da Liberdade. Este fenómeno é muitas vezes levantado por parte da comunicação social quando o bairro é identificado como “a última favela de Lisboa”, levantando a ideia da permanência histórica do próprio bairro enquanto situação *a resolver*. O objecto fundamental da investigação o *Notícias de Campolide*, expressa claramente este processo. Ao inscrever-se muitas vezes como *porta-voz das populações do Bairro da Liberdade*, a Junta de Freguesia responde aos estímulos de moradores, das diferentes comissões de moradores, assim como demonstrou ser o primeiro e mais directo órgão de gestão pública daquela população. A análise do boletim de informação da Junta de Freguesia permitiu retratar a persistência deste parque habitacional degradado, assim como da expectativa de alguns moradores na reabilitação total do Bairro da Liberdade.

Bibliografia:

Artigos da Comunicação Social

Boletim Lisboa Urbanismo, Nº17, ano 2004

Boletim da Freguesia de Campolide, nº 13, pags. 1-3, *Eixo Viário Norte- Sul*, Abril/Outubro de 1990.

Idem: “*Educação Popular*” para as crianças do Bairro da Liberdade, nº 16, pags 8 e 9, Março/ Abril de 1991.

Comunicado do Conselho de Ministros de 11 de Julho de 2002.

Correio da Manhã: *Lisboa pede ajuda ao Governo*, 6 de Abril de 2006.

CML: *Lisboa, Habitação 92*, Gabinete de Estudos Orlisiponenses

Diário de Notícias, *Família quer Liberdade*, 10 Março de 1993

Diário de Notícias: *Bairros sociais de Lisboa vão ser reabilitados*, 15 de Fevereiro de 2006.

Jornal de Notícias: *Aprovado Plano de Alcântara*, 3 de Março de 2006.

Idem: *Resistência a Demolições no Bairro da Liberdade*, pag.13, 12 de Março de 1993

Lusa: *O Bairro apresenta riscos devido à possibilidade de aluimento*, 2 de Outubro de 2005.

Ministério das Cidades, ordenamento do Território e Ambiente, Decreto nº 28/2002 de 2003

Notícias de Campolide: *Construção da Via Rápida Norte-sul: Realojamento das famílias será definitivo e negociado*, pag.4, nº 20, Janeiro/ Fevereiro de 1992.

Idem: *Sede do Liberdade A.C. “vítima” do progresso*, nº 21, pags.6 e 7, Maio/Junho de 1992.

Idem: *Moradores do Bairro da Liberdade realojados em habitações definitivas*, nº 22, pag.3, Julho/ Agosto de 1992.

Idem: *Realojamento das famílias do Bairro da Liberdade: grande operação em curso*, nº23, pags 1e 6, Novembro/Dezembro de 1992.

Idem: *Quem acode à escarpa do Bairro da Liberdade?* Pag.12, Novembro/Dezembro de 1992

Idem: *Cooperativa “Bairro da Liberdade volta a construir habitação”*, nº 24, pag. 8 e 9, Janeiro/Fevereiro de 1993.

Idem: *Um “livro branco” sobre a política de habitação em Portugal*, nº 25, pag. 6 e 7, Março/Abril de 1993.

Idem: *A propósito do Eixo Norte-Sul: Campolide reivindica condições dignas de habitação para os desalojados*, nº 25, pag. 8, Março/Abril de 1993.

Idem: *A eliminação das barracas ou a demagogia com roupagens sociais*, nº 26, pags. 2,8 e 9, Maio/Junho de 1993.

Idem: *Programa “Recria”, Lisboa não pode cair*, nº 35, pag 4, Julho/ Agosto de 1995.

Idem: *Câmara de Lisboa constrói habitação social em Campolide*, nº 35, pag. 5, Julho/ Agosto de 1995.

Idem: *Informação sobre o bairro da Liberdade*, nº 40, pag. 15, Maio de 1997

Idem: *Cooperativa do Bairro da Liberdade constrói 150 fogos*, nº 42, pag. 1, Dezembro de 1997.

Idem: *A palavra do Presidente: Bairro da Liberdade*, Ano 1, nº 2, pag.1, Abril de 1998.

Idem: *Centro Social dá respostas às carências*, Ano 1, nº2, pags.3, 6, 7 e 8, Abril de 1998.

Idem: *Urbanização, habitação, e iluminação pública*, Ano 1, nº2, pags.3, Abril de 1998.

Idem: *Na senda do progresso*, Ano 1, nº 5 pag.7, Janeiro/ Março de 1999.

Idem: *Bairro da Liberdade*, Ano 1, nº 5 pag.7, Janeiro/ Março de 1999

Idem: *Relatório e Contas do ano 2000, Pelouros de Urbanismo, Habitação, Iluminação Pública e Abastecimento Público (PER)*, Ano 3, nº 14, pag.5, Abril/ Junho de 2001.

Idem: *Bairro da Liberdade*, Ano 3, nº 15, pag.10, Julho/Setembro de 2001.

Idem , *Bairros de Campolide* Julho/Setembro de 2001, pag.11

Idem: *Actividades desenvolvidas no mandato*, pag.13, Outubro/Dezembro de 2001.

Idem: *Bairro acolhe Associações*, pag.16, Janeiro Fevereiro Março 2002.

Idem: *Bairro da Liberdade em risco de derrocada*, pag.7, Dezembro 2003

Idem: *Autocarro “engolido” por cratera*, pag.6, Dezembro 2003

Idem: *Bairro da Liberdade*, pag.10, Dezembro 2003

Idem: *Moradores em “luta” por novas casas*, pag.10, Dezembro 2003

Idem: *Santana Lopes promete...*, pag.6, Dezembro 2003

Idem: *Bairro começa a ficar deserto*, pag.12, Março 2004

Idem: *Moção contra as demolições*, pag.12, Março 2004

Idem: *Campolide em Festa*, pag.7, Junho 2004

Idem: *Moção*, pag.2, Dezembro 2004

Idem: *Bairro da Liberdade*, pag.5, Dezembro 2004

Idem: *Requalificação e reconversão dos Bairros da Liberdade e Serafina*, pag.5
Dezembro 2005

Idem: *Lisboa doente e abandonada*, pag.5, Dezembro 2005.

Portugal Diário: *Carrilho acusa Carmona de “esquecer pessoas” na capital*, 23 de Agosto de 2005.

Idem: *Casas vão ser demolidas no âmbito da estabilização da encosta*, 3 de Fevereiro de 2004

Público, *Liberdade: 250 famílias poderão ficar no Bairro da Liberdade*, pag.46, 23 de Janeiro de 1992

Idem: *Inquérito aos Moradores do Bairro da Liberdade*, pag.51, 29 de Janeiro de 1992

Idem: *Realojamentos em casas abarracadas*, pag.54, 29 de Janeiro de 1992

Idem: *Município acelera realojamentos*, pag.51, 19 de Fevereiro de 1992

Idem: *Morador resistiu violentamente a despejo*, pag.57., 11 de Março de 1993

Idem: *Senhor Aqueduto diga*, 33, pag.5, 5 de Julho de 1994

Idem: *80 casas ameaçam ruir: Ordem de Abandono no Bairro da Liberdade*, pag.9, 22 de Janeiro de 1997

Idem: *Bairro da Liberdade: Realojamentos à vista*, pag.54, 24 de Janeiro de 1997

Idem: *Habitações em perigo no Bairro da Liberdade: protegidos por São Pedro, esquecidos pelos homens*, pag.54, 14 de Abril de 1997

Idem: *Realojamento prometido desde Agosto: À espera que a casa caia*, pag.46, 07 de Janeiro de 1998

Idem: *Bairro da Liberdade: Vasco Franco Realoja família*, pag.47, 09 de Janeiro de 1998

Idem: *Um problema Difícil de Resolver*, 16 de Janeiro de 2004, pag. 52

Idem: *Vasco Franco reconhece excesso*, 16 de Janeiro de 2004, pag.52

Idem: *Realojamento do bairro da Liberdade para a semana*, 30 de janeiro de 2004

Idem: *Moradores do Bairro da Liberdade contra “Intimidação” da Câmara de Lisboa*, 25 de Janeiro de 2004

Idem: *Cavaco não vai “ por os pés na Serafina”*, 10 de Outubro de 2006, edição online
<http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1272814&idCanal=10>

Idem: *Ultimo troço do Eixo Norte-sul inaugurado sob críticas a atrasos na obra*, 10 de Outubro de 2007, versão Online,
<http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1307093>

Sol,: *Ao fim de quatro anos desocupados, encosta tornou-se 'o novo Casal Ventoso'*,
Edição Online, 7 Abril in
http://sol.sapo.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=87848
Visão: “ Os braços de Lisboa”, pags. 14 e 15, 14 de Abril de 1993

Bibliografia Geral

Agier, Michel : *L'invention de la ville : banlieues, townships, invasions et favelas*,
Éditions des Archives Contemporaines, Lisboa, 1999.

Baptista, Luís V: *Cidade e habitação social : o Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa* , Celta Editora, Oeiras, 1999.

Idem: *A cidade em reinvenção : crescimento urbano e emergência das políticas sociais de habitação*, Lisboa século vinte, Tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa 1996.

Idem: *Cidade e Políticas Sociais de Habitação, Armadilhas Conceptuais e Metodológicas*, in *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 3, Dezembro 2001, pag. 71-83.

Barreto, António: com a colaboração de Preto, Clara Valadas, *A Situação social em Portugal,1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996
Chaves, M: *Casal Ventoso: da Gandaia ao Narcotráfico*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais

Cachado, Rita d'Ávila: *Hindus da Quinta da Vitória em processo de realojamento [Texto policopiado] : uma etnografia na cidade alargada*, Tese de doutoramento em Antropologia Urbana, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - ISCTE, 2008

Cardoso, Ana ; pref. de Silva, Manuela: *A outra face da cidade : pobreza em bairros degradados de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

Castells, *La Interccion Administrativa en los centros urbanos de las grandes ciudades*, artigo online <http://www.raco.cat/index.php/Papers/article/view/24741/57504>

Comissão de Toponímia: *Rua da Capela, Rua do Cotovelo, Rua de S. Jacob, Rua de Samaritana e Escadinhas da Liberdade*, C.M.L. Lisboa, Maio, 1995

Cordeiro, Graça Índias (Org); Baptista, Luís Vicente; Costa, António Firmino da: *Etnografias urbanas*, Celta Editora, Oeiras, 2003.

Idem *Um lugar na cidade, Quotidiano, Memória e representação no Bairro da Bica*, Dom Quixote, Lisboa, 1997.

Capucha, Luís: *Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social*, Sociologia: problemas e práticas, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES). - Nº8, Set. 1990.

Conselho Económico e Social da Caixa Geral de Depósitos Org. *Colóquio a política da habitação a 3 e 4 de Abril de 1997*, Concelho Económico e Social Lisboa 1998.

Duarte, Isabel; Maranhão, Maria José *Necessidades e expectativas de inquilinos e arrendatários: um estudo de caso*, Cidades comunidades e territórios. - nº 1 Dez. 2000.

Farinha, Mónica; orient. Graça Índias Cordeiro: *Por uma antropologia do habitar : projecto e quotidiano num bairro de habitação social em Lisboa*, Tese de mestrado em Desenho Urbano, ISCTE, 2001

Farinha, António Manuel Correia, *Habitação e Realojamento: Conceito, Modelo e Relações com o comportamento Patológico Social no Concelho de Lisboa*, Texto Policopiado, Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre, Instituto Superior de Agronomia

Ferreira, António Fonseca, *Por uma Nova Política de habitação*. Porto, Afrontamento, 1987,

Guerra, Isabel: *Planeamento estratégico das cidades: organização do espaço e acção colectiva*, Cidades, Comunidades e Territórios Cidades, nº 1, Dez. 2000.

Ferreira, Maria Júlia, *Habitação social em Portugal: breve história e alguns problemas*, Texto Policopiado, 1987

Ferreira, Vítor Matias: *Fascínio da cidade: memória e projecto da urbanidade*, ISCTE Ler De Vagar, Lisboa 2004

Francisco, Luís Pedro: *Lisboa - Experiências Pioneiras em Habitação Social e Políticas de Habitação*, Texto policopiado, Dissertação para a obtenção de Mestre em Arquitectura da Habitação, Universidade Técnica de Lisboa, Fevereiro de 2002.

Freitas, Maria João: *Recentramento do Olhar nas Questões de Habitação, Territórios Relacionais Generativos*, Cidades comunidades e territórios, Dez. 2001

Idem: *Habitação e Cidadania, no trilho da complexidade de processos relacionais generativos*, Dissertação elaborada no Laboratório Nacional em Engenharia Civil para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Guerra, Isabel: *Um olhar Sociológico sobre o alojamento*, Sociologia Problemas e Práticas, pags. 165-181, 1997

Idem, *Políticas de Habitação, À procura de novas problemáticas*, Cidades comunidades e territórios, Dez. 2001.

Idem, (coord.); Freitas, Maria João; Gros, Marielle; Teixeira, Alda; Moura, Dulce: *Diagnóstico sobre a Implementação do Programa PER nos Municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto*, Centro de Estudos Territoriais, Dezembro 1997.

Gros, Marielle Christine *O Alojamento social sob o fascismo*, Edições Afrontamento, 1982

Gonçalves, Alda e Pinto, Teresa Costa: *Os Bairros Sociais vistos por si mesmos, Actores, Imagens Públicas e Identidades*, Cidades comunidades e territórios, Dez. 2001.

Idem, *Os Bairros Sociais vistos por si mesmos, Imagens, Conflitualidades e insegurança*, Cidades comunidades e territórios, Dez. 2000.

Instituto Nacional de Estatística, *Censos 2001: resultados definitivos: XIV recenseamento geral da população: IV recenseamento geral da habitação* / Instituto Nacional de Estatística. - Lisboa: I.N.E., 2001.

Ministério do Planeamento e Administração do Território, Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território: *Encontros sobre habitação sobre Construção Clandestina*, Publicação: Direcção da Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, 1989, pag.71

Meneses, Cristina *Habitar Portugal 2000-2002*. pref. João Afonso, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos Lisboa, 2004.

Nunes, João Pedro Nunes (2007), *À Escala Humana. Planeamento Urbano e Arquitectura de Habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969)*, Lisboa, Câmara Municipal de, 2007

Paixão, Maria Manuela Miranda ; orient. Ferreira, Vitor Matias, co-orient Seixas, João: *A questão da habitação: dimensões sociais e urbanas: análise da área metropolitana de Lisboa*, Tese de mest. em Cidade, Território e Requalificação, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa-ISCTE, 2004.

Pinho, Jaime *Fartas de viver na lama, 25 de Abril O Castelo Velho e outros bairros SAAL do distrito de Setúbal*, Edições Colibri, Abril de 2002

Pereira, Teresa Sancha: *Rua da Capela, Rua do Cotovelo, Rua de S. Jacob, Rua da Samaritana e Escadinhas da Liberdade*, Comissão Municipal de Toponímias, Câmara Municipal de Lisboa, 1995.

Pereira, V.B: *Uma imensa espera de concretizações...Ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir do Porto*, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8461.pdf>

Rodrigues, Carlos M: *Clandestinos em Portugal : leituras*, Livros Horizonte, Lisboa 1989

Rodrigues, José Manuel Cavaleiro: *Nós não somos todos iguais : campo social de residência e estratégias de distinção num bairro de realojamento*, Tese de mestrado em sociologia rural e urbana, ISCTE, 1997

Rodrigues, Maria *O Direito à Cidade, O movimento de Moradores do Porto*, Campo das Letras, 1999

Seixas, João Coord: *Habitação e mercado imobiliário na área metropolitana de Lisboa*, Câmara Municipal, Lisboa 2005

Idem: *A cidade não governada : motivações públicas e governação urbana* / João Seixas, Cidades comunidades e territórios, nº 1, Dez. 2000

Vilaça, Eduardo: *O “Estado da Habitação, Medidas sem Política num País Adiado*, Cidades comunidades e territórios, nº 1, Dez. 2001

Suporte Informático em Cd-rom:

CML, Divisão Municipal de Habitação: “*Caracterização Sócio-Económica do Bairro da Liberdade*”, apresentação do Plano de Elaboração da Proposta de Reversão do Bairro, em Dezembro de 2006

Sites consultados:

Associação Portuguesa de Sociologia: <http://www.aps.pt>

Bairro da Liberdade: <http://bairrodaliberdade.com/index.html>

Gebalis: http://www.gebalis.pt/site/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1

Junta de Freguesia de Campolide: <http://www.jfcampolide.com/>

Lisboa SOS: <http://lisboasos.blogspot.com/>

Limite: http://wwwlimite.blogspot.com/2005/07/eramos-to-diferentes_07.html

Portal da Habitação: <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/index.jsp>